UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO – EEAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E BIOCIÊNCIAS

CLAUDIA LABRIOLA

MILITARIZAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NA FORMAÇAO DAS ENFERMEIRAS (1908-1947)

RIO DE JANEIRO
2025

CLAUDIA LABRIOLA

MILITARIZAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO DAS ENFERMEIRAS (1908-1947)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências - Curso de Doutorado – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado. Linha de Pesquisa: Bases Fundamentais, Culturais, Ambientais e Históricas de Cuidado em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Porto

RIO DE JANEIRO

2025

Labriola, Claudia
L126 Militarização da Cruz Vermelha Brasileira e seus efeitos na formação das enfermeiras (1908-1947) / Claudia Labriola. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
120

Orientador: Fernando Porto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, 2025.

1. História da Enfermagem. 2. Enfermagem. 3. Cruz Vermelha. I. Porto, Fernando, orient. II. Título.

CLAUDIA LABRIOLA

MILITARIZAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO DAS ENFERMEIRAS (1908-1947)

Defesa de Tese de Doutorado

BANCA EXAMINADORA:

_____

Dr. Fernando Rocha Porto/UNIRIO

Presidente

_____

Dra. Márcia Valéria da Silva de Brito Costa/UNIRIO

1º Examinador

_____

Dr. Marcos Luiz Cavalcantide Miranda/UNIRIO

2º Examinador

_____

Dr. Hugo Alberto Neves de Souza/OncoClínicas

3º Examinador

_____

Dr. Paulo Joaquim Pina Queirós/Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

4º Examinador

_____

Prof. Dr. Paulo Sérgio Marcellini/UNIRIO

Suplente

_____

Dra. Andréa Neves de Sant'Anna/Instituto D'Or

Suplente

Para Maria Beatriz Pontes de Miranda,
uma das percussoras do movimento feminista no Brasil.
Se você estivesse aqui, ficaria surpresa com as conquistas das mulheres.

AGRADECIMENTOS

Essa minha jornada pelo doutorado foi marcada por altos e baixos, perdas e ganhos, lágrimas e sorrisos. Entro de um jeito e saio de outro.

Nessa estrada sinuosa, algumas pessoas fizeram diferença e talvez nem saibam o quanto. Aproveito esse espaço de agradecimento para apontar a importância delas em minha trajetória, mas acreditem, não está na ordem de importância.

Meu querido orientador, Fernando Porto, como estreitamos laços nesse período. Te conheci e me deixei ser conhecida. E que pessoa linda descobri em ti. Quanta generosidade... Fico feliz em ter a oportunidade de continuar trabalhando com você depois da conclusão desse doutorado.

Meus tios, Maria José e Adil, como foram importantes. Acho que vocês não têm essa noção, mas sem a ajuda de vocês tudo seria mais difícil. Ou impossível, quem sabe.

Minha mãe que foi meu apoio emocional. Você sabia que é muito boa em conselhos?

Meus irmãos, Patrícia e Júnior, que torcem por mim e comemoram todas as minhas vitórias.

Minha prima Aline, uma dando força a outra. Seu foco também me ajudou a focar.

Membros do Lacuiden (Johnny, Renato, Daniel,Vitor, Camila, Ana Clara, Felipe, Letícia, Alexandre) que tornaram minhas sextas-feiras tão divertidas com discussões apaixonadas e de

alto nível. Como foi bom o sentimento de pertencimento tão raro devido às minhas limitações sociais e psicológicas.

Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, docentes e administrativos, que me fizeram ter a sensação de casa. A enfermeira nasceu na Anna Nery, mas foi adotada pela EEAP e por isso é esta Escola a minha referência acadêmica.

Renê, amigo de choro e risos. Mais risos, é verdade.

Colegas do Hemorio, Faetec e HU do Fundão, obrigada pela amizade.

Odin, você não entende, mas obrigada pela fidelidade e parceria. Por trazer de volta a minha criança interior com sua alegria e ingenuidade.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa.

Atodos os citados ou não, fica minha mensagem: não só sobrevivi, mas vivi.

Sivis pacem, para bellum (Se quer paz, prepare-se para a guerra)

-Autor desconhecido-

RESUMO

A Cruz Vermelha foi criada em 1863, Genebra, Suiça por cinco cidadãos que vieram a ser conhecidos como o Comitê dos Cinco. No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira foi criada em 1908 pelo médico Joaquim de Oliveira Botelho, mas seu primeiro presidente de fato foi o engenheiro militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Até 1947, a Cruz Vermelha Brasileira teve quatro presidentes militares e todos tiveram longos mandatos. Frente a estedado, o objeto do estudo é a militarização da Cruz Vermelha Brasileira com reflexo na formação das enfermeiras. Para a execução da tese, formulamos o objetivo geral: discutir, analiticamente, a influência dos militares na Cruz Vermelha Brasileira com efeito na formação das enfermeiras e três objetivos específicos: apresentar as estratégias empreendidas, por meio de seus fundadores, para a ideia e difusão da Cruz Vermelha; analisar o processo de materialização e consolidação da Cruz Vermelha Brasileira, por meio da trajetória dos militares presidentes, em prol do desenvolvimento institucional; discutir o *habitus* militar na formação das enfermeiras da Escola Prática de Enfermeiras instituída na Cruz Vermelha Brasileira. O estudo se baseia no método histórico, na dimensão social a partir da teoria social de Pierre Bourdieu. A delimitação temporal é 1908, ano de criação da instituição, até 1947, ano de saída do último militar na presidência da instituição. O estudo identificou que além de militares na presidência da Cruz Vermelha no Brasil, eles também ocuparam importantes cargos na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira levando à incorporação do *habitus* militar por parte das enfermeiras egressas da instituição. A hipótese do estudo: os militares configuraram a Cruz Vermelha Brasileira com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação com reflexo na formação das enfermeiras institucionais foi confirmada, pois a partir dos signos portados pelas alunas até o rito de formatura, observamos a incorporação da cultura militar. Apesar de inseridas no contexto militar, as enfermeiras egressas da instituição se limitaram ao posto de instrutora não podendo ocupar cargos de docente ou diretoria, sinal da dominação e poder dos militares na instituição até o ano de 1946, quando pela primeira vez uma enfermeira mulher e civil assume a direção da Escola.

Palavras-chave: Enfermagem. História da Enfermagem. Militarização. Cruz Vermelha Brasileira. Ensino.

ABSTRACT

The Red Cross was created in 1863 in Geneva, Switzerland, by five citizens who came to be known as the Committee of Five. In Brazil, the Brazilian Red Cross was created in 1908 by physician Joaquim de Oliveira Botelho, but its first president was military engineer Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Until 1947, the Brazilian Red Cross had four military presidents, all of whom served long terms. In view of this, the object of this study is the militarization of the Brazilian Red Cross, which had an impact on the training of nurses. In order to carry out this thesis, we formulated the general objective: to discuss, analytically, the influence of the military on the Brazilian Red Cross, which had an effect on the training of nurses, and three specific objectives: to present the strategies undertaken by its founders to develop the idea and disseminate the Red Cross; to analyze the process of materialization and consolidation of the Brazilian Red Cross, through the trajectory of its military presidents, in favor of institutional development; to discuss the military habitus in the training of nurses at the School of Nurses established at the Brazilian Red Cross. The study is based on the historical method, in the social dimension from the social theory of Pierre Bourdieu. The time frame is 1908, the year the institution was created, until 1947, the year the last military officer left the presidency of the institution. The study identified that in addition to military officers in the presidency of the Red Cross in Brazil, they also held important positions in the Practical School of Nurses of the Brazilian Red Cross, leading to the incorporation of the military habitus by nurses who graduated from the institution. The hypothesis of the study: the military configured the Brazilian Red Cross with their habitus, making it a field of power and domination, with an impact on the training of institutional nurses, was confirmed, since from the signs carried by the students until the graduation ceremony, we observed the incorporation of military culture. Despite being inserted in the military context, the nurses who graduated from the institution were limited to the position of instructor and could not occupy teaching or management positions, a sign of the domination and power of the military in the institution until 1946, when for the first time a female and civilian nurse took over the direction of the School.

Keywords: Nursing. History of Nursing. Militarization. Brazilian Red Cross. Teaching

RESUMEN

La Cruz Roja fue creada en 1863 en Ginebra, Suiza, por cinco ciudadanos que llegaron a ser conocidos como el Comité de los Cinco. En Brasil, la Cruz Roja Brasileña fue creada en 1908 por el médico Joaquim de Oliveira Botelho, pero su primer presidente fue el ingeniero militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Hasta 1947, la Cruz Roja Brasileña tuvo cuatro presidentes militares y todos cumplieron largos mandatos. Ante estos datos, el objeto del estudio es la militarización de la Cruz Roja Brasileña con impacto en la formación de enfermeras. Para realizar la tesis, formulamos el objetivo general: discutir, analíticamente, la influencia de los militares en la Cruz Roja Brasileña con efecto en la formación de enfermeros y tres objetivos específicos: presentar las estrategias emprendidas, a través de sus fundadores, para la ideación y difusión de la Cruz Roja; analizar el proceso de materialización y consolidación de la Cruz Roja Brasileña, a través de la trayectoria de los presidentes militares, en favor del desarrollo institucional; Discutir el habitus militar en la formación de enfermeras en la Escuela de Enfermeras creada en la Cruz Roja Brasileña. El estudio se basa en el método histórico, en la dimensión social de la teoría social de Pierre Bourdieu. El marco temporal es 1908, año de creación de la institución, hasta 1947, año en que el último militar dejó la presidencia de la institución. El estudio identificó que además de los militares en la presidencia de la Cruz Roja en Brasil, también ocupaban cargos importantes en la Escuela Práctica de Enfermeras de la Cruz Roja Brasileña, propiciando la incorporación del habitus militar por parte de las enfermeras egresadas de la institución. La hipótesis del estudio: los militares configuraron la Cruz Roja Brasileña con su habitus, transformándola en un campo de poder y dominación, con impacto en la formación de los enfermeros institucionales, se confirmó, ya que desde los carteles llevados por los estudiantes hasta la ceremonia de graduación, se observó la incorporación de la cultura militar. A pesar de estar inserta en el contexto militar, las enfermeras egresadas de la institución se limitaban al cargo de instructoras y no podían ocupar cargos docentes ni de dirección, señal de la dominación y poder de los militares en la institución hasta 1946, cuando por primera vez una enfermera mujer y civil asumió la dirección de la Escuela.

Palabras clave: Enfermería. Historia de la Enfermería. Militarización. Cruz Roja Brasileña. Enseñanza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comitê dos Cinco 37
Figura 2 – Gregório Thaumaturgo de Azevedo 56
Figura 3 –Miguel Calmon Du Pin e Almeida 57
Figura 4 –Antônio Ferreira do Amaral 59
Figura 5 – Carlos Pereira Leal 61
Figura 6 – Sebastião Ivo Soares 62
Figura 7 –Álvaro Carlos Tourinho 64
Figura 9 –Diretores da Escola Prática de Enfermeiras da CVB (1914-1946) 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–Síntese biográfica dos integrantes do Comitê dos Cinco 36

Quadro 2 –Cruz Vermelha nos principais países do continente americano 50

Quadro 3 – Similitudes entre Florence Nightingale e Anna Nery 75

Quadro 4 – Diretores da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira 80

LISTA DE SIGLAS

ACM - Associação Cristã de Moços

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CVB - Cruz Vermelha Brasileira

DIH - Direito Internacional Humanitário

EUA - Estados Unidos da América

HCE - Hospital Central do Exército

LACUIDEN - Laboratório de Cuidado e Imagem em Enfermagem

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organização Não Governamental

PPGENFBIO - Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Biociências

PPGENF - Programa de Pós-graduação em Enfermagem

SGUP - Sociedade Genebrina de Utilidade Pública

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Apresentação 16
SEÇÃO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS 18
1.1 Motivação 18
1.2 Problematização e objeto do estudo 18
1.3 Hipótese 21
1.4 Objetivos 21
1.5 Justificativa 21
SEÇÃO 2 – METODOLOGIA 23
2.1 Tipo de Estudo 23
2.2 Delimitações da Investigação 23
2.3 Fontes Históricas 23
2.4 Organização dos Dados 24
2.5 Análise dos Dados 24
2.6 Aspectos Éticos e Legais 26
SEÇÃO 3 – RESULTADOS 27
3.1 ARTIGO 1 – CRUZ VERMELHA: IDEIA E DIFUSÃO 28
3.1.1 Resumo 28
3.1.2 Introdução 28
3.1.3 Movimento de Idealização das Sociedades da Cruz Vermelha 33
3.1.4 Estratégias para a difusão da ideia e suas repercussões internacionais 38
3.1.5 Considerações Finais 41
Referências 41
3.2 ARTIGO 2 – CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: A IDEIA DE MILITARIZAÇÃO 45
3.2.1 Resumo 45
3.2.2 Cruz Vermelha 45
3.2.3 Materialização 48
3.2.4 Consolidação 52
3.2.5 Presidente da Cruz Vermelha Brasileira 54
3.2.6 Ideia de Militarização e a Cruz Vermelha Brasileira 64
3.2.7 Considerações Finais 66
Referências 67
3.3 ARTIGO 3 – ESCOLA PRÁTICA DE ENFERMEIRAS- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: *HABITUS* MILITAR PARA O EXERCÍCIO CIVIL 72
3.3.1 Resumo 72
3.3.2 Introdução 72
3.3.3 Referencial Teórico 74
3.3.4 Método 76
3.3.5 Resultados e Discussão 76
3.3.6 Considerações Finais 83
Referências 84
SEÇÃO 4 – EXAME DA HIPÓTESE 88
4.1 Introdução 88
4.2 Exame da Hipótese 89
4.3 [com] Reflexo na formação das enfermeiras institucionais 94
4.4 Hipótese: confirmada, refutada ou relativizada 98
SEÇÃO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 100
REFERÊNCIAS 108

APRESENTAÇÃO

A pesquisa está organizada em cinco seções. Para tanto, a primeira se inicia pelo subtítulo **Motivação,** tendo por base argumentativa na dissertação de mestrado defendida sob a denominação Cruz Vermelha Brasileira: gestão Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal (1908-1918) pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENFF), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) articulada a **Problematização.**

O subtítulo seguinte será anunciado o **Objeto do estudo.** Dando continuidade, outro subtítulo que adotamos para seção 1, intitulamos de **Hipótese,** quando lhe apresentamos para ser examinada após os resultados e para finalizá-la seguida da apresentação dos **Objetivos** - geral e os específicos. Ainda nesta seção, traremos as **Justificativas** com sustentações no sentido argumentativo para o desenvolvimento da pesquisa com base em 3 eixos – ensino, pesquisa e extensão.

A seção 2 tratará da **Metodologia** adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Ela apresentará o percurso metodológico como desenho geral da investigação, seguido do **Referencial teórico** do sociólogo Pierre Bourdieu, que dará origem as seções seguintes em formato de artigos, de acordo com as normas do periódico selecionado para as devidas submissões dos manuscritos. Logo, iremos apresentar aspectos generalizantes, cabendo nos resultados os detalhamentos investigativos do método e referencial teórico aplicados aos dados analisados e discutidos.

Na seção 3 apresentaremos os **Resultados**, no formato de artigos. O primeiro foi intitulado de Cruz Vermelha – ideia e difusão, o segundo denominado de Cruz Vermelha Brasileira: a ideia de militarização e o terceiro, Escola Prática de Enfermeiras – Cruz Vermelha Brasileira: *habitus* militar para o exercício civil. Todos com análise, discussão e considerações finais.

Após essas construções adentraremos na Seção 4 com o título **Exame da Hipótese.** Nesse momento, ela será examinada para afirmação, relativização ou a sua refutação mediante os resultados alcançados.

A seção 5 destinar-se-á as **Considerações finais**, com as ideias centrais das discussões, mediante análise e discussão dos resultados, suas lacunas e contribuições para as perspectivas futuras.

Assim sendo, esta pesquisa se encontra na linha pesquisa História do Cuidado nos Aspectos Micro e Macromoleculares: práticas, saberes e instituições, referente à área de concentração **Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado** do Programa de Pós-Graduação Enfermagem e Biociências (PPGENFBIO), desenvolvida no grupo de pesquisa Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem (LACUIDEN),

da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

SEÇÃO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Motivação

A construção desta pesquisa se deu a partir de minha dissertação de mestrado intitulada “Cruz Vermelha Brasileira: gestão Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal (1908-1918)” (Labriola, 2021). Esta investigou a gestão do militar como presidente da instituição a partir dos periódicos diários da capital do país encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Durante a investigação sobre a bibliografia de Thaumaturgo de Azevedo pude verificar como sua trajetória no exército brasileiro influenciou na sua gestão da Cruz Vermelha Brasileira.

O fato de Thaumaturgo de Azevedo ter sido aclamado presidente da Cruz Vermelha Brasileira me trouxe questionamentos sobre a razão da escolha de seu nome entre outros presentes durante a reunião de criação da instituição no Brasil e se o fato de ser militar, de alta patente do exército, poderia ter sido a justificativa da sequência presidencial.

Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi formado pela Academia Militar em engenheiro e contribuiu para a geografia brasileira, quando traçou as divisas amazonenses e acreanas. Foi membro de instituições acadêmicas como: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sua indicação a comandante da Força Policial do Distrito Federal, atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, ocorreu no contexto que a instituição passava por crise de imagem após o evento conhecido como Primavera de Sangue (1910). Este episódio aconteceu quando Antônio Geraldo de Souza Aguiar - comandante da Força Policial - ordenou que o protesto liderado por acadêmicos de medicina e direito fossem violentamente reprimidos, resultando na morte de dois jovens estudantes (Borges, 2011, p. 119). Logo, isto me conduziu ao entendimento que a sua pessoa era representativa, no campo militar, em prol da liderança no comando.

1.2 Problematização e objeto do estudo

Mediante os militares na presidência da Cruz Vermelha Brasileira, a instituição tinha em seu corpo diretivo a presença de militares do exército e marinha em cargos de liderança. Sabe-se, também, que a ela apesar de ter sua história relacionada aos campos de guerra, a Cruz Vermelha é civil, de direito privado, sem finslucrativos e com neutralidade em momentos de conflitos bélicos e assemelhados (Cunha; Vieira, 2016, p. 41).

À época da Proclamação da República (1889) foi o momento em que os militares debutaram no cenário político brasileiro como liderança governamental. Esta, também,

conhecida como golpe republicano promovido pelo movimento castrense liderados pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca que destituiu o imperador e assumiu o poder a partir de um governo provisório (Araújo, 2019, p. 43).

Após as eleições de 1891, Deodoro da Fonseca assumiu a presidência da nova República, mas por pressões políticas e perda do apoio de seus colegas, renunciou e seu vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu o governo do país. Devido ao governo autoritário promovido pelos representantes do Exército Brasileiro, este período foi chamado de Ditadura das Espadas (Araújo; Rodriguez, 2009, p. 134). O período de 1889-1894, foi marcado pela influência positivista, doutrina presente nas Escolas Militares. Eles acreditavam que ao manter a ordem atingiria o progresso. Os presidentes das províncias do antigo regime foram depostos e substituídos por representantes do Exército e passaram a ser chamadas de estados (Figueiredo, 2011, p. 142). Após a saída do marechal Floriano Peixoto do governo, a influência dos militares reduziu e o Clube Militar foi acusado de participar da tentativa de assassinato do presidente Prudente de Morais levando ao seu fechamento entre 1896 e 1901 (Fausto, 1995).Em 1910, mais um militar se tornava presidente, marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1810-1914). Ele foi o primeiro militar eleito por voto direto no país. Ele, anteriormente, foi ministro da Guerra na gestão Afonso Pena (1906-1909) e teve por missão reformar as forças armadas, bem como suceder a Afonso Pena [1]. Assim sendo, ele foi o candidato da caserna para a presidência. Na eleição (1910), ele foi escolhido com quase o dobro de votos de seu opositor (Hermes da Fonseca - 402.019 votos - e Rui Barbosa - 203.215 votos) Rui Barbosa que foi um dos principais intelectuais de seu tempo (Viscardi; Figueiredo, 2019, p. 30).

Na eleição de 1922, os militares que participavam do grupo tenentista[2] ao apoiarem o candidato Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes. Com a falta de unidade política do movimento, ocorreu o enfraquecimento político. Logo, seu oponente foi derrotado nas urnas, tendo por efeito o movimento conhecido como 18 do Forte de Copacabana[3] (Oliveira, 2015). A insatisfação da população com candidatos que priorizavam a agenda cafeeira[4] aumentava e juntamente com os militares, Getúlio Vargas impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes - candidato da oligarquia. Após o golpe (1930), uma junta provisória assumiu o governo, até Getúlio Vargas tomar posse vestido com fardamento do Exército, mostrando oapoio das forças armadas (Oliveira, 2015). Entendemos que Getúlio

[1] Presidente do Brasil na política café com leite, representante da oligarquia mineira. Seu mandato foi de 1906 a 1909.

[2] Grupo de oficiais de baixa patente do Exército insatisfeitos com a política da Primeira República que não privilegia os militares.

[3] Movimento de insatisfação com a derrota do candidato apoiado pela caserna, mas que por falta de apoio interno, o movimento tomou apenas a Escola Militar do Realengo e Forte Copacabana.

[4] A política conhecida como "café com leite" foi a articulação para manutenção do poder entre as oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais.

Vargas ao ostentar o traje militar para assumir a presidência, nos aponta para a influência dos militares em seu governo.

Durante a história política do país, os militares, mais precisamente o exército, participaram ativamente, ao apoiar as mudanças governamentais. A alta hierarquia deste grupo, composto pelos oficiais tinha papel de liderança, quando a formação e recrutamento selecionava e isolava o corpo militar da sociedade. Segundo Carvalho (2006), após a Proclamação da República, eles ocuparam cargos políticos, o que é um identificador do seu envolvimento na vida pública do país.

Segundo Seidl (2010, p. 77), o positivismo lecionado nas Escolas Militares, introduzido por Benjamin Constant, trazia o oficialato ao desejo de poder em nome de uma modernização da estrutura atual e se consideravam os melhores idealizadores desta função ao apontar que:

> Bem ajustado às aspirações de um grupo às voltas com reconhecimento e poder, os discursos sobre a crença num progresso baseado na ciência, sustentada principalmente por um ensino teórico voltado à formação de engenheiros militares e de bacharéis em ciências físicas e naturais, forneceriam bons instrumentos para um engajamento militar que punha sua ação em nome de um conjunto de princípios "modernizadores". (Seidl, 2010, p. 86)

O excerto pode ser considerado o ponto de partida para a problematização do estudo, ao trazer a reflexão sobre o quadro dirigente de a Cruz Vermelha Brasileira ser ocupado, principalmente, por militares.

A afirmativa pode ser observada pelo quadro de presidentes nas primeiras décadas do século XX da instituição, pois eram militares de alta patente do exército. Da criação até o final da década de 1940, foram quatro presidentes militares, três médicos do exército brasileiro, a saber: o engenheiro Gregório Thaumaturgo de Azevedo, os médicos Antônio Ferreira do Amaral, Sebastião Ivo Soares e Álvaro Carlos Tourinho (Cruz Vermelha Brasileira, 2024).

Além da participação dos militares na presidência da Cruz Vermelha Brasileira, o diretor – médico militar Getúlio dos Santos - do Curso de Voluntárias e Profissionais abrigados na Escola Prática de Enfermeiras (1916) da Sociedade não fugiu à regra e até mesmo o campo de estágio das estudantes no Hospital Central do Exército (Mott; Tsunechiro, 2002; Aguiar et al., 2013). Tal aspecto será mais bem apreciado no decurso da investigação, considerando os símbolos ostentados pelas estudantes e enfermeiras da instituição.

Alguns pesquisadores (Oliveira; Lima; Baluta, 2014; Carvalho, 1972) da História da Enfermagem apontam que a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira estava subordinada ao Ministério da Guerra desde 1916. O Decreto 21.141 de 1932isenta a instituição de equiparação com outra escola de enfermagem. As egressas da Escola Prática de Enfermeiras da CVB tinham seu diploma reconhecido como idôneo em

qualquer departamento governamental do país, segundo o Decreto.

Para tanto, apresentamos como **objeto de pesquisa** a militarização da Cruz Vermelha Brasileira com reflexo na formação das enfermeiras.

1.3 Hipótese

Frente ao que foi apresentado, trazemos a hipótese: os militares configuraram a Cruz Vermelha Brasileira com seu *habitus* tornando- a campo de poder e dominação com reflexo na formação das enfermeiras institucionais.

1.4 Objetivos

Para operacionalizar a pesquisa temos por objetivos

Objetivo geral:

Discutir, analiticamente, a influência dos militares na Cruz Vermelha Brasileira com efeito na formação das enfermeiras

Objetivos específicos:

apresentar as estratégias empreendidas, por meio de seus fundadores, para a ideia e difusão da Cruz Vermelha.

analisar o processo de materialização e consolidação da Cruz Vermelha Brasileira, por meio da trajetória dos militares presidentes, em proldo desenvolvimento institucional.

discutir o *habitus* militar na formação das enfermeiras da Escola Prática de Enfermeiras instituída na Cruz Vermelha Brasileira.

1.5 Justificativa

A Cruz Vermelha Brasileira foi um importante formador de profissional para a enfermagem na capital do Brasil, seus instrutores também eram militares do Exército e isto influencia o perfil do profissional egresso da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira.

Além da Cruz Vermelha Brasileira, outras escolas de formação surgiram na delimitação estudada, mas a presença dos militares nesta formação é um indício de sua contribuição para a identidade da enfermeira. Apesar das peculiaridades do país, o modelo militar de treinamento não foi exclusivo da Cruz Vermelha Brasileira, visto que Florence Nightingale também lançou mão dessa ideologia na formação de nurses e lady nurses (Silva et al., 2020, p. 17, apud Graça, 1996).

Pensar que o campo de batalha é um espaço masculino e a enfermagem possibilitou o acesso de mulheres a esse espaço, é uma quebra de paradigma para o ser enfermeira e o ser mulher, trazendo uma transformação identitária individual e coletiva (Carvalho; Padilha; Neves, 2022, p. 1).

> Analisar a trajetória da profissão pela história da enfermagem pode dar compreensão aos mitos que dificultam o desenvolvimento da profissão a partir de estigmas definidos. Sabendo-se que no período estudado, as mulheres foram estimuladas a entrar no mercado de trabalho, principalmente devido aos períodos de guerra, e a enfermagem ofereceu a oportunidade para o gênero feminino se profissionalizar (Magalhães, 2021, p. 11).

SEÇÃO 2 - METODOLOGIA

Como dito na Introdução no item Apresentação, aqui será apresentado à síntese metodológica da investigação. Logo, relembramos que os detalhes das etapas do percussor da pesquisa serão melhor entendidos na seção Resultados, quando os artigos serão apresentados de acordo com as normas dos periódicos, a serem submetidos.

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo na perspectiva da escrita da história social. Esta investiga no sentido das ciências sociais, quando as análises se aproximam da Antropologia, Sociologia e Psicologia ao dar sentido ao passado em suas múltiplas e (des)continuidades pelas ramificações que proporcionam (Campos; Montanari, 2011).

2.2 Delimitações da investigação

A delimitação temporal deste estudo foi de 1908 - posse do presidente marechal Thaumaturgo de Azevedo- a 1947 -ano de falecimento do general Sebastião Ivo Soares, dando por encerrado a contínua de presidentes militares do exército.

Outra delimitação foi a institucional. Neste sentido, justificamos pela articulação direta com o objeto de pesquisa – Cruz Vermelha Brasileira, órgão central -, criada em 1908 no Rio de Janeiro.

A última, a geográfica no Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal, bem como argumentamos ser o centro político e onde se discutiam as diretrizes sanitárias para um país com altas taxas, por exemplo, de sífilis, câncer e tuberculose agravada após a epidemia da gripe espanhola, tendo por desdobramento a criação do Departamento Nacional de Saúde, liderada por Carlos Chagas.

2.3 Fontes históricas e seus lugares de busca

Foram utilizados como fontes, os periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil/Rio de Janeiro. Este banco de dados encontrado na internet disponibiliza os periódicos de seu acervo por microfilmagem e pela tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres aonde a procura pode ser feita por palavras-chave.
Elas foram utilizadas nesta pesquisa foram: “eleições da Cruz Vermelha Brasileira” e “eleições na Cruz Vermelha Brasileira” para o acesso à diretoria eleita e “escola de enfermeiras Cruz Vermelha Brasileira” para identificar os diretores de ensino.

Também foram utilizadas às fichas profissionais dos militares encontradas no arquivo do Comando Militar do Leste, Rio de Janeiro. Espaço que a documentação da corporação se encontra para a construção da historiografia.

O corpo diretivo eleito da Cruz Vermelha Brasileira era publicado por periódicos diários no momento que sucedia uma eleição na instituição. Logo, o resultado da eleição para presidente e outros cargos na CVB era conteúdo da imprensa escrita do Distrito Federal.

2.4 Organização dos dados

Os dados coletados deram origem a 3 artigos que serão apresentados com mais detalhes na seção 3, intitulada Resultados.

No primeiro, apresentamos os dados oriundos das fontes trianguladas com a literatura e alguns conceitos do referencial teórico. Este se referiu à criação da Sociedade da Cruz Vermelha e seu movimento de internacionalização articulado às disputas dos mentores intelectuais, posição de Florence Nightingale dentre outros assuntos de aderência no sentido de proporcionalizar outras versões e interpretações de autores sobre a trajetória da instituição.

O segundo artigo dialoga com a literatura de aderência iluminada com alguns conceitos de Pierre Bourdieu aplicadas na forma interpretativa da Cruz Vermelha Brasileira, desde indícios da iniciativa à criação e a consolidação institucional. Ademais, apresentamos os presidentes militares, suas articulações, tramas e efeitos no campo social e político em prol da manutenção do poder.

O terceiro artigo traz as simbologias adotadas pela instituição, tendo por mensageiras institucionais, as enfermeiras (Porto; Santos, 2007) formadas na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, além da identificação dos diretores da instituição de ensino.

Após esses dados analisados e discutidos, na modalidade de artigo, partimos para o exame da hipótese traçada. Esta será a seção 4, apreciamos, por meio da discussão atender o objetivo geral para que, então, seja possível a construção das considerações finais.

2.5 Análise dos dados

Para a análise dos resultados aplicaremos os conceitos adotados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu (1930 – 2002) foi um sociólogo francês com formação em filosofia que desenvolveu a teoria social do construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista. Esta teoria admite a existência de estruturas que seriam construções sociais que dirigem as ações dos agentes que compõe esse espaço.

Para esta teoria, Bourdieu desenvolveu o conceito de campo social. O campo é um espaço, objetivo ou subjetivo, onde ocorrem às lutas para manutenção da ordem existente

ou desejo de mudança desta ordem (Bordieu, 2004, p. 23).

No campo social existe uma hierarquia entre os agentes onde as posições podem ser de dominantes e dominados. Cada campo possui regras próprias e as estratégias utilizadas pelos agentes de forma individualizada ou por grupo tem como objetivo atingir melhor posição dentro da hierarquia social no interior deste campo (Bordieu, 2004, p. 25).

Ainda segundo Bourdieu (2004, p. 29),

> Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e a posição.

Essas estratégias para se manter ou alcançar posição superior na hierarquia interna do campo, pois um campo é espaço de conflitos que Bourdieu denomina luta simbólica (Bourdieu, 1989, p. 124). Cada campo tem suas regras próprias e o grupo mais adaptado e conhecedor das regras do jogo do campo social a qual faz parte, está no lugar do dominante.

Um agente está inserido em diversos campos sociais concomitantemente e pode pertencer em diferentes espaços hierárquicos no interior dos campos, pois os campos sociais são independentes entre si.

O agente ou grupo possui uma bagagem que o qualifica para a hierarquia, um sistema de mediação entre a sociedade e o indivíduo denominado por Bourdieu de *habitus*. O *habitus* é o capital incorporado, que pode ser individual ou coletivo. Os portadores do *habitus* constituem grupos ou classes em virtude da posição social atual e passada na estrutura social (Carvalho, 2003, p. 103).

O conceito de *habitus* tem origem na palavra *hexis* de Aristóteles utilizado para designar características físicas e de alma adquiridas durante a trajetória social (Setton, 2002, p. 63). O *habitus* está presente na ação antes dela acontecer, antecede o fazer, influencia a decisão. “São princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Bourdieu, 1996, p. 22).

O *habitus* é uma característica social, uma experiência biográfica. Segundo Setton (2002, p.63), “é o conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as estruturas de um campo o estimulam”.

Bourdieu aponta que o campo é a estrutura estruturada e o *habitus*, a estrutura estruturante.

Além da influência do *habitus* nas estratégias de luta simbólica no campo social, Bourdieu traz o capital como conceito dinâmico de aquisição e acumulação. O capital é o recurso que oferece vantagens e privilégios e se divide em capital econômico, cultural e social.

O capital econômico está relacionado à renda, bens materiais e serviços que o

acesso depende do capital econômico. Este conceito é utilizado para a compreensão da desigualdade social.

O capital social diz respeito ao círculo social, as relações sociais que o agente está inserido que pode beneficiar ou não sua dinâmica no campo social. O capital social pode sofrer influência construída a partir da interferência familiar.

O capital cultural incorporado está relacionado à contribuição familiar como interesses culturais, domínio da língua culta e a importância dada à educação escolar. Este capital cultural incorporado irá beneficiar ou não na vivência escolar facilitando a compreensão dos códigos escolares. O capital cultural objetivado está relacionado aos bens culturais adquiridos como livros, esculturas, artes em geral.

Bourdieu identificou que o agente que detém o capital econômico em abundância pode acessar os demais capitais. Logo, o capital econômico permite o agente na aquisição do capital social e cultural.

No campo social, Bourdieu identifica o capital simbólico como àquele que representa algo em determinado contexto social. O capital simbólico pode ser o capital cultural, social ou econômico e seu significado e importância dependente do campo a que se refere. É a representação social dos demais capitais e seu valor atribuído por essa representação.

Destacamos que o referencial teórico não termina aqui, pois teremos que nos debruçar em outros conceitos do sociólogo, por exemplo, a representação objetal e suas devidas decodificações a literatura referente a semiótica.

2.6 Aspectos éticos e legais

Segundo a Resolução n. 510 de 7 de abril de 2016, as pesquisas que utilizam informações de acesso público são isentas de registro e avaliação do Sistema CEP/CONEP. Esta resolução normatiza as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Também respaldada pela Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998 que define que publicações periódicas como os jornais e revistas utilizados na pesquisa somente é protegido pela lei até um ano após a publicação de seu último exemplar. Os dados profissionais dos citados são considerados informações de acesso público.

SEÇÃO 3 - RESULTADOS

Os resultados desta tese estão estruturados em formato de três artigos a saber:

artigo 1: **Cruz Vermelha: ideia e difusão** que trata das estratégias de criação e divulgação da Cruz Vermelha internacional com sede em Genebra, Suíça

artigo 2: **Cruz Vermelha Brasileira: a ideia de militarização** que trata da criação da Cruz Vermelha Brasileira e a trajetória dos presidentes militares.

artigo 3: **Escola Prática de Enfermeiras – Cruz Vermelha Brasileira: *habitus* militar para o exercício civil**.

3.1 ARTIGO 1 - CRUZ VERMELHA: IDEIA E DIFUSÃO[5]

3.1.1 Resumo

A Cruz Vermelha no nível internacional foi criada em 1864 em Genebra, Suíça, por um comitê composto por cinco cidadãos suíços que mobilizaram a sociedade europeia da época criando o que hoje é considerado o marco inicial do Direito Internacional Humanitário. As estratégias utilizadas para a criação e difusão da ideia são retratadas neste estudo com bases em fontes bibliográficas e documentais publicadas internacionalmente.

3.1.2 Introdução

A Europa viveu um clima de guerra, principalmente, na segunda metade do século XIX com os conflitos da guerra da Criméia (1853 – 1856), Independência Italiana (1859) e guerra Franco-prussiana (1870 – 1871) (Parisi, 2017) e a preocupação com a saúde dos soldados feridos era na intenção de tratar aqueles que tinham condições de voltar para os campos de batalha, e os que estavam gravemente feridos eram abandonados (Nakao, et al., 2017).

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar as estratégias empreendidas, por meio de seus fundadores, para a ideia e difusão da Cruz Vermelha. O contexto envolveu as circunstâncias da Batalha de Solferino e diversos encontros com pessoas importantes para apoiarem a iniciativa.

Nessa perspectiva, fomos à busca de fontes – escrita e imagética. Elas clarificaram pela técnica de triangulação dos dados, o que apontaram indícios para depreensões e inferências para a construção da narrativa histórica das estratégias empreendidas ao envolverem tramas, alianças e desafetos que perduram até ao final da vida de alguns envolvidos.

A discussão contou com o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, o que conduziu as considerações finais com as respectivas lacunas/limitações da presente pesquisa. Nela, também, apresentaremos algumas ideias centrais encontradas, o que teve por investimento novas janelas investigativas pelas interpretações e versões adotadas.

Para tanto, devemos retroceder um pouco no tempo, pois foi durante a Guerra da Criméia (1853-1856) que a imprensa inglesa noticiou que apenas 1/6 das mortes de soldados eram decorrentes da batalha e a maioria das perdas se davam por doenças, principalmente a cólera (Tran, 2007). Jornais como *The Times* e *The Daily News* influenciavam a opinião pública contra a guerra e criaram o mito da enfermeira que reformou o serviço de atendimento nos campos de guerra e iniciou o processo da enfermagem moderna (Tran, 2007).

[5] Artigo submetido

A guerra da Criméia foi um marco que mudou a história das guerras e é considerada a primeira guerra moderna devido ao uso de armas leves como fuzis, produzidas pelo exército britânico (Magalhães, 2017) e pela participação da imprensa noticiando toda a batalha a partir de fotografias de guerra que atingia a massa analfabeta (Ferreira, 2010).

O acesso às imagens de guerra, o uso de armas de tiro, notícias das mortes que chegavam nas manchetes de jornais trouxeram à sociedade a necessidade de regulamentar a guerra e em 1856 na Declaração de Paris e o Código Lieber em 1863, na Guerra Civil Americana, começa a ser traçada o que se conhece hoje como código de guerra (Batista, 2007). Esse movimento juntamente com a expansão da filantropia da Reforma Protestante, colaborou para a criação da Cruz Vermelha Internacional. Henry Dunant em seu livro "Lembrança de Solferino" fez apelo a caridade cristã para aliviar o sofrimento dos soldados feridos (Dunant, 1862, p. 115).

Jean Henry Dunant, nascido em 8 de maio de 1828, em Genebra–Suíça. Foi o primeiro filho de Jean-Jacques Dunant, comerciante calvinista e sua esposa Antoinette Dunant-Colladon, envolvida com trabalhos caritativos (Bimpage, 2003, p. 33).

Destacamos que o calvinismo foi o movimento religioso protestante de base reformadora que desenvolveu principalmente na sociedade genebrina do século XVI. João Calvino, apesar de francês, viveu em Genebra e lá exerceu sua liderança religiosa, também conhecido como o Reformador de Genebra, pregava a predestinação divina e a moralidade cristã. Logo, para ele, a desorganização moral e social era a desordem da fé (Biéler, 2012, p. 45).

A fé na igreja calvinista justificava os ideais de Dunant, fossem no trabalho, como missão divina e compromisso social. Seu pai, foi influenciador na sociedade de Genebra, pois participar de trabalhos sociais fez parte do *habitus* primário da educação de seu filho.

O *habitus* é o princípio gerador de práticas distintas. Este é o *modus operandi* do sujeito no ambiente social (Bourdieu, 1997a, p. 42) produto do trabalho pedagógico primário, isto é, oriundo da educação familiar (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 53).

Dunant também foi um dos fundadores da Associação Cristã de Moços (ACM) em Genebra (1855). Essa instituição religiosa tem como lema "Para que todos sejam um" (João 17:21), como referência a Bíblia. Ademais, ele foi o responsável pela criação da instituição em vários países da Europa. Estas tinham como objetivo os jovens que iam para as metrópoles em busca de empregos produzidos pela industrialização contra o uso de álcool, jogos de azar e prostituição. (Baía, 2012, p. 10).

Aos 31 anos de idade, Henry Dunant criou uma empresa para explorar a produção de milho na Argélia, colônia francesa. Contudo, as dificuldades impostas pelas autoridades franco-argelinas em ceder o direito de uso de água na região de sua plantação,

resolveu procurar Napoleão III. Ao ter conhecimento de que o imperador acampava com seu exército na região de Solferino, foi até a cidade italiana. A cidade encontrava-se em batalha pela expulsão dos austríacos da região do Piemonte-Sardenha (Moorehead, 1998, p. 7).

A batalha foi decisiva para a unificação italiana e Napoleão III, imperador francês, se unira a Vítor Emanuel II, rei da Sardenha. Essa aliança simbólica – pacto ou cooperação - entre a França e a Sardenha garantiu o retorno das cidades de Nice e Sabóia como recompensa[6].

Para Moorehead (1998, p. 7), a empresa de Dunant encontrou muita burocracia na Argélia e sua busca por Napoleão III era na intenção de burlar as exigências locais. Apesar de carregar o sobrenome Colladon (família de sua mãe), uma família que gozava de prestígio em Genebra, o que lhe garantia poder simbólico (Bourdieu, 1989, p.14) em sua cidade, ele não detinha do capital necessário para resolver o empasse da colônia francesa e por isso buscou o capital político de Napoleão III para solucionar o entrave apresentado na colônia francesa.

A viagem à Itália mudou o homem Dunant. A batalha de Solferino foi considerada a mais sangrenta da unificação italiana e o último conflito bélico com soberanos à frente das tropas (Falcon et al., 1985). Assim sendo, ele não só presenciou como trabalhou na assistência aos soldados feridos. Ao retornar à Genebra, escreveu o livro de memórias que, apesar de, ter o nome de Memórias de Solferino, sua aventurosa empreitada aconteceu na cidade de Castiglione Delle Stiviere (Vanni et al., 2020).

De acordo com a obra "Memórias de Solferino", Dunant relatou que reuniu algumas mulheres do vilarejo e dois turistas ingleses que estavam na cidade de Castiglione Delle Stiviere, para atender aos feridos e enterrar os mortos. Foram três dias e três noites para enterrar todos os cadáveres da batalha (Dunant, 2016, p. 47). Apesar de, alegar que os soldados eram deixados amontoados sem atendimento, sabe-se que Napoleão III homenageou o sacerdote Dom Lorenzo Barziza com a medalha de cavalheiro da Legião da Honra pelos seus serviços de ajuda humanitária ao organizar 12 hospitais na cidade de Castiglione delleStivieredo no período de 25 a 30 de junho de 1859. Data que Dunant afirma estar na cidade (Vanni et al., 2020).

No estudo de Vanni et al. (2020), nos leva a pensar que Dunant não foi o inspirador do atendimento aos feridos em Solferino. Ao contrário, foi inspirado pelo atendimento que já existia e era realizado por religiosos católicos. Ele relata que as mulheres de Castiglione gritavam: "Tutti Fratellli" (são todos irmãos) inspiradas pelo atendimento que Dunant realizava sem considerar ao qual exército o ferido pertencia, mas pode-se deduzir

[6] Os conflitos bélicos resultaram em 6000 mortos e 30000 feridos amontoados para serem atendidos por apenas 3 médicos (Fantinato, 2017)

que a expressão *tutti fratelli* venha a ser *fratelli tutti*, frase utilizada por São Francisco de Assis em suas admoestações[7].

A participação de religiosos na guerra já foi indicada na literatura. O exemplo dessa participação é de Camilo de Lellis e sua ordem que caminhava entre mortos e feridos em batalha utilizando uma cruz vermelha no peito de sua vestimenta desde o século XVI, mas os religiosos eram poucos (União Social Camiliana, 2010).

O fato de Dunant não ter citado Dom Lorenzo Barziza é compreensível já que descreve a assistência aos soldados como um ato heroico solitário que liderou uma cidade civil e contagiou a todos com seu humanitarismo cristão. Campbell (1949, p. 20) já identificara o percurso padrão do herói romântico como um "homem comum do cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva. O herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes".

Dunant é a incorporação do herói mitológico que deixou a Argélia para se aventurar em Solferino, organizou o atendimento aos soldados com a ajuda de figuras a qual não dá a identidade, foi vitorioso em sua ação e retornou para sensibilizar o mundo da necessidade de uma instituição que auxilie os soldados feridos em campos de batalha. O percurso do herói é um padrão encontrado em vários mitos de origem, inclusive na Bíblia, livro conhecido de Dunant.

O livro "Memórias de Solferino" escrito após seu retorno à Genebra descreveu os horrores da batalha, mas existe nessa obra algumas inconsistências, a saber: a cidade e o hotel em que Dunant ficou hospedado, pois Vanni et. al (2020) relata que correspondências trocadas referem que a cidade onde ele ficou hospedado foi Castiglione delle Stiviere e as mulheres que o auxiliaram eram religiosas. Também é encontrado nesse trabalho (Vanni et. al, 2020) que sua obra deveria ter sido intitulada "Memórias de Castiglione delle Stiviere".

Pensar que as aventuras de Henry Dunant, como voluntário, entre os religiosos já organizados na cidade e sob a liderança de um clérigo católico não dariam àquelas memórias o drama necessário para atingir seus futuros leitores. Isso nos conduz às técnicas utilizadas pelo jornalismo para atrair a atenção a partir do acrônimo AIDA (Atenção, Interesse, Desejo e Ação) que representa os atrativos para vender a ideia, para captar a atenção a fim de promover determinada atitude (Malanga, 1987, p. 48).

Ao articular a obra de Dunant com a técnica AIDA, nos conduziu ao que Bourdieu nos relata sobre os interesses de quem produz um texto jornalístico como drama, sangue, sexo e crime (Bourdieu, 1997b, p. 22). Para tanto, ao aplicarmos de forma adaptada a ideia

[7] As admoestações de São Francisco de Assis foram diálogos ou discursos transcritos por terceiros. São 28 textos curtos (http://centrofranciscano.capuchinhossp.org.br/index.php?option=com_fontes&view=leitura&id=414&parent_id=4)

do livro, podemos trazer o pensamento que com cenário de conflito, com momentos sanguinolentos e de mortes. Depreendemos que, a atenção era a possibilidade de apelo para que fosse tomada certa decisão para amenizar a situação instalada.

Ser testemunha ocular da batalha e o responsável pela mobilização do atendimento aos feridos confere à Dunant o poder simbólico de um porta-voz dos soldados feridos. Somente com esse poder, há a possibilidade da mudança proposta por ele. Dunant não pertencia ao corpo militar e por isso não fazia parte da estrutura já existente, mas o porta-voz autorizado é investido de poder para falar em nome de um grupo porque é a encarnação do grupo (Bourdieu, 2004, p. 167). Para Bourdieu (1989, p. 12), é necessário um corpo de especialistas para a produção do campo simbólico e Dunant utilizou a sua experiência como herói em Solferino para adquirir poder simbólico para a transformação do campo já dominado pela medicina militar (Bourdieu, 1989, p. 81).

Dunant, além de relatar a batalha com detalhes que apenas um observador muito próximo poderia fazê-lo, mas não sem ser ferido, faz uma leitura honrosa dos soldados nos campos da batalha. Na obra (Dunant, 2016, p. 23), ele utiliza descrições elogiosas à coragem dos militares franceses que lutaram bravamente "... prometendo vingar seus mortos" e com devoção à causa (...) enquanto rolava no chão apertou sua preciosa patente contra o coração". Não foi por acaso que o autor tratou o exército como herói, mas para legitimar o espaço ocupado. Isto significa que o campo simbólico (das batalhas) era possibilidade de delimitar um novo espaço social, o da assistência aos feridos, mas somente quem tem a legitimidade das palavras pode manter a ordem ou a subverter. (Bourdieu, 1989, p. 14-15).

Sua obra "*Memories of Solferino*", anteriormente intitulada "*Souvenir de Solferino*" recebeu três edições num mesmo ano (1863). As mudanças no título, página de capa e alterações no texto ocorreu a partir de contribuições dos leitores da primeira edição, além do fato das duas primeiras edições terem a informação de *ne se vendpas* (proibição da venda), a terceira edição foi comercializada e tinha um formato menor. Dunant informava que as edições anteriores foram realizadas pelo sucesso da obra, mas não indica as alterações ocorridas (Sánchez-Mártinez, 2014).

A mudança do título da obra, também, foi uma alteração importante. Isto se deve pela lembrança, o que é diferente de memória. Não se trata de simples tradução, porque o idioma inglês tem a palavra *regards* que seria a tradução exata de *souvenir* e a língua francesa e tem a palavra *mémoires*.

Para Sampaio e Dantas (2020), enquanto a lembrança é produzida pela experiência da memória, "...a memória alicerça-se sobre experiências instituídas... e é atualizada ou reelaborada em determinados contextos históricos". Ricoeur (2003, p. 424) conceitua lembrança como fragmentos imprecisos, enquanto a memória é a possibilidade de

produção. Logo, o livro *Memory of Solferino* foi reelaborado a partir da opinião dos destinatários do *Souvenir de Solferino.*

Também é observado pelos biógrafos de Dunant seus preconceitos retratados em seu livro. Os registros tratam figuras populares de forma diferente dos nobres, além de conferir aos austríacos comportamentos selvagens, enquanto os franceses são identificados com comportamento civilizado. (Hutchinson, 1996, p. 15)

No livro Lembranças de Solferino (2016, p. 29), os argelinos são adjetivados por "fúria africana e fanatismo muçulmano". Hutchinson (1996, p. 15) percebe na escrita de Dunant, o tratamento diferenciado que recebiam a nobreza em comparação com os soldados comuns, as mulheres da alta sociedade comparadas às camponesas de Castiglione e afirma que este era o reflexo do panorama social burguês do século XIX.

A estratégia de reprodução (Bourdieu, 2002, p. 92) de Dunant consistiu em repetir as distinções que lhe são conhecidas e com a finalidade da manutenção da ordem social. Ele nasceu em família próspera de Genebra e reconhece nos indivíduos de sua classe o *habitus* que os difere das classes sem capital simbólico. Apesar da redação condescendente com os franceses, a proposta de Dunant, na Europa, apresentou alguns entraves, principalmente entre ingleses e franceses.

Os franceses viram o livro de memórias de Dunant como crítica ao seu exército e cercado de exageros (Gumpert, 1938, p. 85). Os britânicos não viam com bons olhos a presença de voluntários em campos de batalha. Isto conduz ao pensamento de que as alterações realizadas para a terceira edição foram com a intencionalidade de se aproximar mais dos militares, visto que eles não apresentaram boa recepção (Gill, 2014).

Nesse contexto, Dunan fez apelo a Florence Nightingale para que apoiasse a causa, mas não recebeu o apoio esperado. Hutchinson (1996, p. 40) aponta que ao contrário do que se pensava, que Florence não havia entendido a proposta, a verdade é que Dunant não compreendeu a posição da enfermeira que não concordava com o voluntariado em guerra, mas sim, pessoal profissional e bem-preparado.

O livro Lembranças de Solferino foi à estratégia adotada por Dunant para sensibilizar e propagar uma proposta que traria mudanças mundialmente. Ser testemunha ocular da guerra o colocou em posição de credibilidade e capitalizar simbolicamente o que lhe permitia falar em nome daqueles que foram feridos nos campos de batalha, ou seja, seu porta-voz (Bourdieu, 1989, p. 81) e ao mesmo tempo no lugar daqueles que iriam prestar socorro.

3.1.3 Movimento de idealização das Sociedades da Cruz Vermelha

Como identificamos, temos por assertiva que Dunant escreveu seu livro com a intenção de sensibilizar a sociedade europeia sobre umserviço de voluntários para atender

nos campos de batalha, mas que não fosse criado em momentos de guerra, mas sim, durante a paz. Desta forma, ele iniciou a campanha distribuindo o livro para os jornais e algumas pessoas de seu contato e indicações relevantes como estratégia de apelo em prol da causa e recebeu algumas respostas de apoio, mas careceu de divulgação por parte dos jornais como gostaria.

Militares e médicos civis mostraram interesse na proposta, mas Dunant não tinha capital social para mobilizar representantes do governo para que a ideia se tornasse possível. Este é o conjunto de recursos resultantes da posição que se ocupa ao trazer as redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos (Bourdieu, 2002). A ideia da Sociedade de Auxílio aos Soldados Feridos foi apresentada à Sociedade Genebrina de Bem-estar por seu presidente, Gustave Moynier, para entrar na pauta nas reuniões do Congresso Internacional de Caridade.

Moynier foi um dos destinatários do livro de Dunant e demonstrou interesse pela causa e acreditava na capacidade de multiplicação da ideia pelos congressos, dentre eles, o Congresso de Caridade a ser realizado em setembro de 1863 em Berlim. Esta seria a oportunidade de captar mais adeptos para a criação da entidade. Apesar da intervenção de Moynier, a direção do congresso exigiu um novo relatório com a proposta e indicou mais três associados, o que deu origem ao Comitê dos Cinco. Juntamente com Henry Dunant, o comitê foi formado por Gustave Moynier, um jurista filantropo; general Luis Appia, médico militar; Théodore Maunoir, médico cirurgião e o general Dufour (Sánchez-Martínez, 2014).

Cada membro do Comitê dos Cinco tinha o capital simbólico necessário para a criação das Sociedades: o militar, o médico e o filantropo. Representações sociais necessárias para atingir o público-alvo da Cruz Vermelha pelo *habitus* (Bourdieu, 1989, p. 64) dos agentes envolvidos e Dunant, como uma espécie de missionário em prol de uma causa humanitária.

Ressaltamos que Dunant sozinho não atingiria o objetivo proposto. Contudo, a de se observar a formação de *habitus* entre os cinco envolvidos apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Síntese biográfica dos integrantes do Comitê dos Cinco

Nomes	Síntese biográfica da formação do habitus
Henry Dunant	Era um comerciante de família religiosa em Genebra, os demais componentes tinham importante posição social, principalmente no cenário da filantropia e poderiam contribuir para a proposta já que suas assinaturas já conferiam o capital simbólico necessário para a crença na Sociedade a ser formada.
Gustave Moynier	Suíço, era presidente da Sociedade Genebrina de Utilidade Pública (SGUP), formado em Direito em Paris. A Sociedade Genebrina de Utilidade Pública tinha 30 anos de fundação e ele foi presidente desde 1858. Entre seus trabalhos, a Sociedade se dedicou às crianças pobres, trabalhadores da indústria e meninas convalescentes, além de fundos de educação pública. Ademais, ele era um representante da entidade nos congressos de Bruxelas (1856) e Frankfurt (1857), bem como com uma rede de contatos com os líderes da filantropia na Europa (Sánchez-Martínez, 2014). Ademais, era delegado do Congresso de Caridade e acreditava na cultura dos congressos para a divulgação da Sociedade, mas o Congresso Internacional de Caridade que aconteceria em Berlim, 1863, foi cancelado. Moynier então, sugeriu realizar um congresso próprio em Genebra e os demais membros do Comitê concordaram e assim, foi marcada a Conferência Internacional de Genebra para outubro de 1863 (Bennet, 2005, p. 34).
General Guillaume Henri Dufour	Filho de suíços, mas nascido em Constança, Alemanha. A figura de maior importância para Genebra dos cinco co-fundadores da Cruz Vermelha. Foi engenheiro, urbanista, professor e político. Herói militar da batalha de Sonderbund em 1847, foi tutor do imperador Napoleão III (Hutchinson, 1996). Responsável pela modernização da cidade de Genebra e pelo desenho do mapa topográfico da Suiça, conhecido como mapa Dufour. Também foi o criador da bandeira suíça (Langendorf, 1987).
Louis Appia	Nascido em Hanau, Alemanha, formado em Medicina pela Universidade de Heidelberg. Aos 40 anos, muda- se para Genebra. Torna-se especialista em medicina militar e prestou serviços médicos na Batalha de Solferino, apesar de não haver encontro entre Appia e Dunant. Mais tarde iniciou uma campanha para o fim da utilização de balas expansivas para armas de fogo em batalhas. Em correspondências pessoais, foi identificado grande amizade com Maunoir, também médico (Morgenstern, 1981).
David Eugène Théodore Maunoir	De família de médicos, cirurgião formado pela Faculdade de Medicina de Paris, com dois mandatos como presidente da Sociedade Médica Genebrina com longa experiência em filantropia médica e com conhecimento da língua inglesa, o que faltou nos demais componentes do Comitê. Maunoir não teve uma trajetória profissional prolífica e estaria no esquecimento, caso não fizesse parte do Coitê dos Cinco (Durand, 1977).

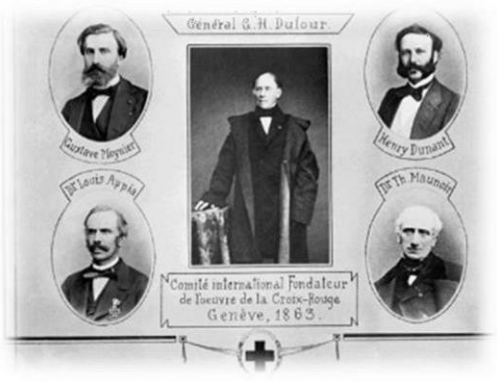
Fonte: o autor

A figura 1, a seguir, trata-se de uma imagem tradicional em diversas pesquisas ou em apresentações orais, ela apresenta os cincos articuladores para o nascimento da Cruz Vermelha. Ao centro o General Guillaume Henri Dufour ladeado à direita por Gustave

Moynier e Dr. Louis Appia e pelo lado esquerdo Henry Dunant e Dr. David Eugène Théodore Maunoir e abaixo na centralidade da imagem a redação "Comitè Internancional Fundaleur de la Croix-Rouge, 1863" finalizada com o símbolo da cruz, que acreditamos ser na cor vermelha pelo texto e contexto.

Os ladeados ao general General Guillaume Henri Dufour no texto imagético apresentam trajes sociais característicos da época em plano fotográfico[8] de *close*. Contudo, a figura central o formato da imagem é retangular, enquanto os demais são redondos, bem como em tamanho distinto e de plano central.

Figura n.1 – Fundadores da Cruz Vermelha.



Fonte: Site institucional da Cruz Vermelha Internacional[9]

Outro dado que apresentamos para a construção de nossa futura depreensão, é sobre a infralogia visual que a obra, denominada As ciências do impreciso (Moles, 1995), nos cita ser um conjunto de regularidades enunciativas do funcionamento e apreensões dos fenômenos exteriores. Esta apresenta regras totalizadas em 15, mas destacamos a primeira, que na redação do autor é "Lei da centralidade, os elementos que se apresentam no centro da imagem são mais importantes, ou melhores, do que aqueles que estão na periferia" (p. 127).

Ao articularmos o contexto, argumentos teóricos, aspectos técnicos imagéticos e imagens, podemos apontar que Dunant careceu de se encontrar na centralidade da composição da figura n.1, apesar de seu nome ser representativo na trajetória da Cruz Vermelha. Depreendemos que ele escasseia de relevo como muitos podem pensar, o que nos faz remeter a obra de Bennet (2005, p. 79). O autor relata que havia desnível social entre Moynier e Dunant, o que à luz de Bourdieu (1983, p. 106) é entendido pelo conceito de *habitus*, logo, com formações distintas, o que justificava a sua posição do texto

[8] Classificações dos planos fotográficos: geral, quando retrata ambientes amplos, geralmente em exterior; conjunto, destinados às pessoas quando elas não são os objetos centrais da foto; central, quando as pessoas são o objeto central da foto; americano, é aquele que as pessoas são retratadas da cintura para cima; primeiro plano, conhecido como close de pessoas ou objetos; e detalhe, variante do primeiro em sua máxima representação (Ciavatta, 2002, p. 134)

[9] https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/photo-gallery/2014/150-years-photo-exhibition- brazil.htm

fotográfico.

O Congresso de Caridade foi cancelado e o Comitê dos Cinco decidiu fazer o próprio congresso, a Conferência de Genebra, como ficou conhecida. Mas aconteceu na Europa em setembro de 1863, o Congresso de Estatística (Berlim) e a maioria dos que participariam do evento cancelado, estaria presente nesse (Sánchez-Martínez, 2014). Moynier foi um dos fundadores da Sociedade de Estatística de Genebra e seria delegado suíço nesse evento (Morgenstern, 1981), mas a escolha de Dunant para representar o Comitê dos Cinco no Congresso de Estatística foi de Basting, médico militar e delegado da Holanda no evento. O dr. Basting, médico militar e grande admirador de Dunant, traduziu o livro Lembranças de Solferino para o holandês e trocava cartas afetuosas com o escritor. Basting sugeriu utilizar o Congresso de Estatística para propagar a Conferência de Genebra (Bennet, 2005, p. 36).

Apesar de a história oficial apresentar a recepção positiva pelos representantes do governo para a criação de uma sociedade permanente de socorro aos soldados feridos em batalha, existem lacunas de como aconteceu no Congresso de Estatística em que a proposta de criação da Cruz Vermelha foi feita por Henry Dunant. Neste evento, ele se autodeclarou representante da Cruz Vermelha, à época, o fato virou palco de discussões sobre a criação de uma sociedade de apoio ao serviço de saúde do Exército, mas a ideia não teve a recepção desejada (Sanchez-Martínez, 2014).

O convite para a participação do fórum que aconteceu no Congresso de Estatística, Berlim (1863), tinha o título de "Fórum Internacional Para Examinar Os Meios De Prover Contra a Insuficiência Dos Serviços Sanitários Do Exército Em Campo", mas com esse título, o fórum perdeu muitos interessados, inclusive os militares que viam como uma humilhação a criação de entidades para apoiar as deficiências do Exército. Isto, apesar dos presentes concordarem, ocorria desequilíbrio entre o número de feridos e o quantitativo de profissionais para atendê-los nos campos de batalha (Sanchez-Martínez, 2014).

A direção do Congresso de Estatística então se limitou a publicar o convite para a Conferência que aconteceu em Genebra, mas Dunant levou a acreditar em anúncio publicado na *Gazette de Lausanne* e *Novelliste Vaudoi*[10] que o evento aprovou com unanimidade a Conferência que viria a acontecer em outubro de 1863 (Sanchez-Martínez, 2014).

A Conferência de Genebra teve a presença de 36 pessoas, sendo 12 delas membros suíços. A maioria dos participantes eram médicos militares e não houve representantes de Portugal, Dinamarca, Bélgica e Noruega (Crossland, 2014). Para Sanchez-Martínez (2014), se tratou de um evento de pequeno porte, mas eficaz, pois os presentes se dispuseram a acompanhar as discussões e saíram como propagadores da ideia.

[10] Jornais diários suíços de língua francesa

Sobre as braçadeiras, não se sabe de quem foi a ideia da sua utilização nas cores branca e vermelha em uma peça com o símbolo de cruz geométrica. Sabe-se que, em 1876, a instituição recebeu o nome de Cruz Vermelha e o argumento de que o símbolo escolhido era em homenagem à bandeira da Suíça surgiu após a Turquia recusar o uso do símbolo por se tratar da simbologia cristã (Hutchinson, 1996, p. 35).

Esse dado traz à tona afirmativas correntes em diversos estudos, na temática institucional, quando se afirmam que o símbolo é em decorrência das cores invertidas da bandeira da suíça com base na obra Histórico Cruz Vermelha Brasileira (1923), ao relatar que o signo assim foi determinado na Conferência Internacional da Cruz Vermelha (1864). Para Parsons & Del Vecchio (1963), a cruz vermelha em fundo branco foi escolhida pela representação da caridade.

A data da criação da Cruz Vermelha Internacional é marcada pela Primeira Conferência de Genebra (1863), com o nome de Sociedades Nacionais de Ajuda aos Soldados Feridos (Borges, 2006). Esta foi considerada um dos marcos do Direito Internacional e o livro de Dunant - Lembrança de Solferino - é considerado a principal influência para a elaboração do Código Lieber (1863), o manual americano com as leis e costumes de guerra (Guedes, 2018).

Desde sua criação, a Cruz Vermelha foi desenvolvida para ter sociedades independentes em cada país ao invés da centralização em Genebra. No início, a função do Comitê era apenas de coordenação e intermediação, mas com o tempo a participação em operações de campo aumentou (Santos, 2014). Para Forsythe &Rieffer-Flanagam (2007), afirma que se a proposta fosse de uma sociedade centralizadora, provavelmente, haveria maior rejeição.

Mediante ao exposto, entendemos que houve militarização das sociedades locais, isto é, a subordinação das sociedades aos militares para que não fosse desenvolvido uma sociedade civil envolvida no trabalho militar, mas ao mesmo tempo com apoio aos feridos em guerra.

3.1.4 Estratégias para a difusão da ideia e suas repercussões internacionais

A biografia de Henry Dunant elaborada por Gumpert (1938, p.70-73) esclarece que ele enviava cartas para os militares e soberanos das principais nações européias, solicitando apoio para a criação de Sociedades de atendimento aos feridos em batalha, mas careceu de retorno desejado, quando resolveu mudar a estratégia. Para isso, escreveu com detalhes a barbárie testemunhada no intuito de sensibilizar os leitores. Ao publicar sua obra, por meios próprios, distribuiu para o máximo de pessoas que pudessem alcançar. Logo, ao mudar seus planos de sensibilização teve o efeito esperado, mas também articulou matérias que elogiavam o relato na imprensa (Sánchez-Martínez, 2014).

O periódico inglês de Charles Dickens – All The Year Round - mostrou apreço pela ideia e o nomeou de “homem de branco” (Gumpert, 1938, p. 85). Contudo, isso não foi o suficiente para seduzir os britânicos.

Relatos de que Florence Nightingale teria apoiado a iniciativa da Cruz Vermelha é encontrado na obra de Sebastião Dodel Santos (1971, p. 66), intitulada *Florence Nightingale*. Nela, o autor articula ambos com premiações do Nobel da Paz (1901) e que ela teria sido homenageada duas vezes (1883 e 1901) pela Cruz Vermelha em evento realizado pela instituição.

Contudo, outros relatos apontam para outras versões e interpretações sobre a possibilidade de apoio por parte de Florence Nightingale ao tomar conhecimento daquela instituição. Hutchinson (1989, p. 566) afirma que ela reprovou imediatamente sob justificativa de que o tratamento dos feridos em batalha deveria ser de iniciativa do governo. O argumento era de que se o atendimento fosse feito por sociedades civis, o conflito se tornaria fácil e não haveria empecilho, viver-se-ia em estado de guerra.

Ademais, em carta escrita por Florence encaminhada a Thomas Longmore - cirurgião militar e herói da guerra da Criméia – ela relatou que uma sociedade como aquela só funcionaria num pequeno Estado que nunca viu uma guerra, como Suíça, por exemplo. (Moorehead, 1998, p. 30).

Mediante o relato, talvez, conhecido por poucos da possibilidade de não apoio de Florence Nightingale a iniciativa da criação da Cruz Vermelha cause certa estranheza. Mas, os argumentos estão postos e cabe lembrar que ela era uma defensora de apenas mulheres para o cuidado, a extinção de curiosas e a criação cursos/escolas de enfermagem. Tal proposta, em parte, não era distinta da dela, mas cabe o questionamento: a que custas?

Responder o questionamento é aprofundar as relações, o que no momento não é nosso objetivo nesta pesquisa, apesar do assunto ser transversal. Contudo, investir no sentido de apoio, optamos por deixar para outro momento, deixando aqui os indícios também para outros pesquisadores.

Voltamos às estratégias adotadas por Dunant. Para apresentar a proposta, na Europa, foi realizada a Conferência e o Comitê dos Cinco, quando encaminhou convites para sua rede de contatos para a participação do encontro que aconteceu em outubro de 1863, Genebra. Os convidados eram filantropos, médicos militares influentes e representantes dos governos europeus (Hutchinson, 1989, p. 45). Moynier, por ser presidente da Sociedade Genebrina de Utilidade Pública (SGUP), tinha uma ampla rede de contatos de filantropos e juntamente com Dunant desenvolveram os temas a discutir no evento.

A participação de Dunant no Congresso Internacional de Estatística não saiu como o controlador Gustave Moynier esperava. Dunant e o Dr. Basting decidiram acrescentar

nas discussões a neutralidade dos serviços médicos em campos de batalha sem a consulta do Comitê. A proposta levantou a curiosidade dos presentes no evento, o que teve por efeito o início do processo de ruptura de confiança entre Dunant e Moynier. Dr. Basting e Dunant redigiram um documento e distribuíram ao relatarem a necessidade de tornar a equipe médica e voluntária dos exércitos seguras em guerra foi oportuna (Sánchez-Martínez, 2014).

Apesar da discordância entre Moynier e Dunant sobre a estratégia para a divulgação da Sociedade, pode-se dizer que a participação no Congresso de Estatística e o uso da imprensa para divulgar o livro e a circular cooperaram. Carecemos de definir qual das estratégias foram mais efetivas, mas não podemos negar que ela surtiu o efeito, mesmo diante da discordância de Moynier. Deste fato, o que sabemos que o desafeto entre eles perdurou por toda a vida deles[11].

Cabe destacar que a Prússia era governada pelo chanceler Otto Von Bismarck, que demonstrou interesse pela criação de sociedades para prestar auxílio aos feridos em guerra. Isto nos aponta a inferência de que houve interesse em contribuir com a ideia devido às intenções do império prussiano na época que estava em campanha para unificar o império germânico. Argumentamos o dito, pois Otto Von Bismarck, também conhecido como chanceler de ferro, foi o responsável pelo surgimento do império alemão com a anexação de vários impérios germânicos, o que evidenciava preocupação com os envolvidos no conflito (Sbrocco, 2011, p. 6), o que entendemos mesmo que fosse como cortina de fumaça.

> A pedido de Basting e contra a vontade de Moynier, foi discutido nessa Conferência a neutralidade da equipe voluntária de enfermagem, mas para surpresa de todos, o desejo dos presentes foi de ampliar a neutralidade para todas as pessoas que prestavam socorro, inclusive, as ambulâncias e hospitais civis (Sánchez-Martínez, 2014).

É interessante elucidar que a apelação do Comitê dos Cinco não era inédita, pois na Europa já havia pedidos de melhoria do atendimento dos feridos em guerra e de neutralidade do pessoal médico em campos de batalha. É possível citar nomes como do belga André Uytterhoeven (1799-1868), o italiano Ferdinando Palasciano (1815-1891) e o francês Henri Arrault (1799-1868) que pediam atenção da sociedade para os soldados feridos em batalha anterior à Conferência de Genebra.

Pensar que as estratégias adotadas por Dunant com a publicação de seu livro e o uso da imprensa para divulgar a proposta, além do uso do Congresso de Estatística para atingir o público desejado, foi o conjunto de ações necessárias para o sucesso do evento.

[11] No artigo de Ottaviani et al. (2005), demonstra que Dunant fugia de alguém que lhe queria morto. Apesar de não citar nomes, em cartas para seus irmãos deu a entender que se tratava de Moynier. No final de sua vida, Dunant apresentava ser vitima de perseguição pedindo inclusive, para manter a porta de seu quarto sempre trancada por medo de assassinato.

Ferdinando Palasciano (1861) pediu uma Convenção para a criação de sociedades neutras para atendimento nos campos de batalha, mas não foi convidado para Conferência e nem mesmo mencionado como percussor da ideia, apesar de contato realizado com Louis Appia na Batalha de Solferino. (Parsons& Del Vecchio, 1963).

Ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1863, vários governos responderam ao Comitê em apoio à Conferência, exceto a Grã-Bretanha que demonstrou seu desinteresse com rapidez (Sánchez-Martínez, 2014). Tal fato, necessitamos articulação com a possibilidade de negação de Florence sobre a instituição a ser criada, considerada sua influência, poder e prestígio na esfera governamental.

Moynier, como presidente provisório do Comitê, encaminhou uma carta a todos os participantes da Conferência para que sondassem entre seus respectivos governos o interesse de sancionar o acordo de neutralidade em tempos de guerra ao pessoal médico, voluntários na prestação do socorro, ambulâncias e hospitais. Esta correspondência foi o processo de consulta que culminou no tratado multinacional assinado em 24 de agosto de 1864, a data consagrada como a I Convenção de Genebra (Convention pour l'amélioration du sort des militaires blessés dans les armées em campagne) (Crossland, 2018, p. 15).

3.1.5 Considerações Finais

A Criação da Cruz Vermelha Internacional careceu de ineditismo, mas o que possibilitou a concretização da ideia pelo conjunto de estratégias adotadas, principalmente, por Dunant e Moynier, mas o livro Memórias de Solferino pode ser considerado o diferencial para sua materialização.

Dunant identificou que o apelo por melhores condições em assistência aos feridos nos campos de batalha não recebeu a atenção merecida, mas após a distribuição do seu livro e o uso da imprensa a seu favor, foi a estratégia que levou as nações europeias a assinarem o tratado que deu origem ao Direito Humanitário Internacional.

Apesar da descrença de alguns, a instituição foi criada e com o tempo, aumentando o número de nações signatárias. Os documentos encontrados ajuda a recontar a estória de criação desta instituição internacionalmente conhecida e reconhecida, mas que ainda tem lacunas que precisam ser preenchidas, principalmente na relação entre Dunant e Moynier.

Referências

BAÍA, Anderson da Cunha. *Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929).* 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

BATISTA, Fabrício Martins. *Ética na guerra: aconduta humanitária em conflito armado*.Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual

Paulista, São Paulo, 2007.

BENNET, Angela. *The Geneva Convention: thehiddenoriginsoftheRed Cross*. Gloucestershire: Sutton Publishing, 2005.

BIÉLER, André. *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BIMPAGE, Serge. *Moi, Henry Dunant, j'airêvéle monde*. Paris: Albin Michel, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões e práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997a.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão, Seguido de A Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción – criterios y bases Sociales delgusto*. Trad. Del. Carmen Ruiz de Elvira. Cidade do México: Taurus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. 7ª ed. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Ed. Pensamento, 1949.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 12, n. 1, p. 33-46, 2012.

CROSSLAND, James. *War, Law andHumanity: thecampaigntocontrolwarfare, 1853 – 1914*. London: Bloomsbury Academy, 2018.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. *Histórico da Cruz Vermelha Brasileira*: 1908-1923. Rio de Janeiro: Editora Cruz Vermelha Brasileira, 2023.

DUNANT, Jean Henry. *Lembrança de Solferino*. Genebra: Cruz Vermelha Internacional, 2016. Disponível em: https://www.icrc.org/pt/lembranca-de-solferino

DURANT, Roger. ThéodoreMaunoir est aussiunfondateur de la Croix Rouge. *Gesnerus: SwissJournaloftheHistoryof Medicine andSciences*, v. 34, p. 139-155, 1977.

FALCON, Francisco, et. al. *A Formação do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985.

FANTINATO, João Marcos de Castello Branco. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho. *Revista da EMERJ*, v. 20, n. 79, p. 263-308, Maio/Agosto 2017. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista79/revista79_263.pdf

FERREIRA, Adriana**.** O realismo imaginário das primeiras fotografias de guerra. *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais*, v. 2, n. 2, p. 142-161, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/2186. Acesso em 15 ago. 2023.

FORSYTHE,David P.; RIEFFER-FLANAGAN, Barbara Ann. *The*

InternationalCommitteeoftheRed Cross: a neutral humanitarianactor. New York: Routledge, 2007.

GILL, Rebecca. The originsofthe British Red Cross Society andthepoliticsandpracticesofrelief in war, 1870-1906. *Asclepio*, *[S. l.]*, v. 66, n. 1, p. p029, 2014. DOI:10.3989/asclepio.2014.03. Disponível em: https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/581. Acesso em: 8 feb. 2023.

GUEDES, Maria Tarcila F. A Proteção dos Bens Culturais em Tempos de Guerra e de Paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto Roerich e na Convenção de Haia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material,* v. 26, p. e19, 2018.

GUMPERT, Martin. *Dunant, the Story oftheRed Cross*. Oxford: Oxford University Press, 1938.

UTCHINSON, John F. *Championsof Charity – warandtheriseoftheRed Cross*. Boulder: Westview Press, 1996.

LANGENDORF, Jean-Jacques. *Guillaume Henri Dufour ou lapassiondu juste milieu*. Michigan: Editions René Coeckelberghs, 1987.

MAGALHÃES, Bruno Barbosa Fett. Inovação na guerra moderna: marcos principais, limitações impostas pela ética militar e pela lei internacional. *Military Review*, 3º trim, p. 3-9, 2017.

MALANGA, Eugenio. *Publicidade: uma introdução*. São Paulo: Edima, 1987. MOLES, Abraham. *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOOREHEAD, Caroline. *Dunant'sdream: war, switzerlandandthehistoryoftheRed Cross*. New York: Carroll & Graf Publishers, 1998.

MORGENSTERN, Sallie. Henry DunantandtheRed Cross. *The Academy Book*, v. 57, n. 4, p. 311-326, Mai, 1981.

NAKAO, Hiroyuki, et al. Review ofthehistoryoftheoriginoftriagefrom a disaster medicine perspective. *JournalofJapaneseAssociation for Acute Medicine*, v. 4, n. 4, p. 379-384, 2017. DOI:10.1002/ams2.293

OTTAVIANI, Raimonda, et al. Rewritingthebiographyof Henry Dunant, thefounderoftheInternationalRed Cross. *Vesalius*, v. 11, n. 1, p. 21-25, 2005.

PARISI, Maurício Orestes. A guerra no "longo século XIX: teorias da guerra e análise histórica. *Revista Hades*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2017. DOI: 10.34024/hades.2017.v1.7964. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/hades/article/view/7964. Acesso em: 23 jun. 2023.

PARSONS, R; DEL VECCHIO, Giorgio. On The HistoryOf The Red Cross. *JournalOf The HistoryOfIdeas*, v. 24, n. 4, p. 577-583, 1963.

RICOEUR, Paul. *La memoria, lahistoria, el olvido*. Madri: Ed. Trotta, 2003. SAMPAIO,

Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias. Memória e Representações: entre lembrança e esquecimento. *Revista Fontes Documentais*, v. 3, n. 3, p. 62 – 75, 2020.

SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, Gonzalo. EnemiesbyAccident, NeutralontheRebound: diversityandcontigencyatthebirthofwarhumanitarianism, 1862 – 1864. *Asclepio*, v. 66, n. 1, 2014. DOI: 10.3989/asclepio.2014.02. Disponível em: https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/580. Acesso em 8 fev. 2023.

SANTOS, Gabriela Zanella. *O Comitê Internacional da Cruz Vermelha.* 2014. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Sebastião Dodel. Florence Nightingale. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1917, p. 78.

SBROCCO, Fernando Moreira. *A Alemanha no Período Entre-guerras: um estudo sobre a hiperinflação e a ascenção do nazismo*. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Unesp, Araraquara, 2011.

TRAN, Tri. Behindthemyth: therepresentationofcrimeanwar in nineteenth-centurybritishnewspaper, governmentarchives&contemporaryrecords. *Cahiers Victoriens et Édouardiens [online]*, 66 Automme, p. 54-82, 2007. DOI: 10.4000/cve.10385. Disponível em: http://journals.openedition.org/cve/10385. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA. *Diretrizes da Educação Básica Camiliana*. São Paulo: Editora Gráfica Bernardi, 2010. *E-book*.

VANNI, Duccio, et al. A Memoryof Solferino (“Um Souvenir de Solferino”) in Italy. The role of a book ontheoriginof Italian Red Cross Society. *Medicina Histórica*, v. 4, n. 1, p. 7-11, 2020.

3.2 ARTIGO 2 - CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: A IDEIA DE MILITARIZAÇÃO[12]

3.2.1 Resumo

A Cruz Vermelha Brasileira foi criada em 1908 por um grupo de médicos, militares e intelectuais e presidida quase que exclusivamente por militares do Exército Brasileiro por mais de quatro décadas desde sua criação até 1947. Foram 6 presidentes, um engenheiro militar, um político bahiano, um empresário com gestão provisória e três médicos militares. O artigo analisa o processo de materialização e consolidação da instituição no Brasil por meio da trajetória dos militares presidentes à luz de Pierre Bourdieu.

3.2.2 Cruz Vermelha

A Cruz Vermelha Internacional foi criada em 1864, ano da Primeira Convenção de Genebra. À época, o Brasil não encaminhou delegados para representá-lo, sua ausência não foi exceção, porque nem todas as potências europeias se apresentaram, por exemplo, Áustria e Grã-Bretanha. Por se tratar de uma iniciativa inovadora, a Convenção careceu de receber a credibilidade esperada (Convention de Geneve, 1906).

Gill (2014, p.30) aponta que um observador britânico ao receber o convite para participar da Convenção Genebrina, descreve o comitê organizador como uma reunião irresponsável de "cavalheiros suíços que não desempenham nenhuma função que seja de real importância".

Mesmo ao carecer de credibilidade totalizante das potências europeias, a articulação ocorreu rumo à organização internacional e prosseguiu em 1906, 1929 e 1949. Estas são conhecidas como Convenções de Genebra, pois se trata de um conjunto de tratados que visavam legislar sobre a guerra no sentido de proteger os soldados feridos, os civis e a equipe médica/saúde (Barbosa, 2010, p. 295).

A criação de uma instituição é um espaço social. Ele é constituído de princípios que funda sua objetividade. Trata-se de estrutura para a distribuição das mais diversas formas de poder que podem variar com o lugar e o momento (Bourdieu, 1996, p. 50). Isto implica, desde a ideia até a fundação, que ela era revestida de preocupações, podendo ser um dos motivos de não ter aderência total, pois estaria para nascer uma concorrente. Logo, a Cruz Vermelha era uma possível ameaça para os que não concordaram naquele espaço com vistas à internacionalização.

As Convenções da Cruz Vermelha, também, são conhecidas como marco de criação do Direito Internacional Humanitário (DIH). Isto implica que os principais

[12] Artigo submetido

tratados tiveram por referência as articulações ocorridas na instituição, sendo elas: Declaração de São Petersburgo (1868) e as Convenções de Haia (1899 e 1907) (Pereira, 1983, p. 12).

A Cruz Vermelha foi criada para ser a instituição de auxílio aos feridos em guerra e por estratégia de reconversão, foi adquirido um capital simbólico de fundadora do DIH. Essa conversão, aumentou o capital da instituição. A estratégia de conversão traz uma mudança na estrutura patrimonial porque altera o capital e o capital convertido, é mais rentável, resultando em mobilidade social (Bourdieu, 2007, p. 122).

Cabe destacar que, o Brasil foi convidado a assinar a Declaração de Petersburgo (1868) que proibia a utilização de projéteis expansivos (Pereira, 1983, p. 12). Estes projéteis, conhecidos como balas dum-dum, devido ao primeiro arsenal de criação desses tipos de corpo esférico ou cônico arremessado pelo impulso de um explosivo na cidade de Dum Dum, Índia (Teixeira, 2007, p. 24).

Em 1868, o Brasil encontrava-se envolvido no conflito contra o Paraguai (1864-1870), considerado a maior guerra da história da América Latina (Mota, 1995, p. 244). Talvez, essa seria a justificativa para que o país não tenha participado da Declaração de St. Petersburgo, juntamente, com todo o continente americano (Gasser, 1993, p. 512). O mesmo aconteceu com a Primeira Convenção de Haia, 1899, quando o Brasil não enviou representantes ao declinar do convite e somente o México representou a América Latina (Araújo, 2013, p. 29).

A Primeira Conferência de Haia, conhecida como Conferência da Paz de Haia, foi convocada pelo Czar Nicolau II da Rússia e realizada na cidade de Haia, Holanda (Barcroft, 1989). O país foi escolhido como sede do evento para que não houvesse interferências das grandes potências europeias nos trabalhos. Apesar de ter recebido o convite, o Brasil encaminhou comunicado com a justificativa de ausência por se encontrar em momento de organização das forças armadas, visto que o convite era para discutir o desarmamento (Cunha, 1977, p. 9).

Destacamos a distinção de conferência para convenção. A primeira foi o encontro das nações, independente de concordância, para discutir os tratados e a segunda foi o conjunto de tratados que foram assinados pelas nações que o seguiram. (Nazareth, 2010). Logo, a Conferência da Paz de Haia (1899) foi o resultado da Convenção de Haia (1899). A ausência do Brasil nas principais conferências mundiais se deu pela política de característica regionalista do país. O regionalismo ocorreu devido aos problemas de saúde pública, crises militares internas e 80% da população analfabeta. Isto reforçava que o país, apesar de ser o terceiro lugar em território era uma “república de quinta” (Almeida, 2020). Entender o olhar externo do Brasil no conjunto das ações internacionais nos leva a crer o subdesenvolvimento e baixo envolvimento para alcançar a posição merecida pelo território

ocupado. Por outro lado, a experiência em conflito de monta teria sido na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Logo, se carecia de tradição em assuntos pautados, apesar de enfretamentos internos oriundos de ameaças de invasões e ações similares.

O governo republicano brasileiro, desde a Proclamação da República até 1902, não focava os esforços na política externa e como causa e consequência, o Brasil teve onze ministros[13] [13] das Relações Exteriores entre 1890 e 1902. No último ano o cargo foi assumido por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (Silveira; Quaglia; Cardoso; Bittencourt, 2010), indicado por Rodrigues Alves (1902-1906) que viveu certo período de prosperidade no país ao iniciar as modificações no Distrito Federal, a partir da urbanização do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e campanhas de saúde pública do sanitarista Oswaldo Cruz (Muñoz, 2009, p. 6).

Barão do Rio Branco se manteve ministro das Relações Exteriores por dez anos (1902-1912) e sua política de aproximação com os Estados Unidos tinha por objetivo liderar o prestígio entre as nações Sul-Americanas. Com a organização das relações internacionais a partir do ministro Rio Branco, o Brasil participou da Segunda Convenção da Cruz Vermelha (1906). Esta tinha por objetivo rever a Primeira Convenção e estender discussão com a inclusão das forças navais. As autoridades brasileiras encaminharam como delegados: o militar marechal Trompowski, adido militar [14] na Suíça, Itália e Grã-Bretanha e o cônsul Carlos Lemgruber-Kropf (Convention de Geneve, 1906).

Os indicados por Rio Branco foram também delegados na II Conferência da Paz em Haia (1907). Nesta, o líder da delegação foi Ruy Barbosa, que orientado por Barão do Rio Branco, fez um discurso que ficaria para a história [15], o que teve por efeito o epíteto de Águia de Haia a Ruy Barbosa (Garcia, 1996, p. 113).

Rio Branco ao indicar delegados, para Bourdieu (2004), trata-se do efeito de porta-voz. É aquele que fala em nome do grupo ao exercer o poder simbólico reconhecido pelos seus pares. Portador de um contrato tácito para agir e produzir efeito que pode (des)fazer em nome do grupo (Bourdieu, 2004 p. 166-168). A política externa do ministro de

---

[13] Quintino Bocaiuva (novembro de 1889-janeiro de 1891), Justo Chermont (fevereiro de 1891-novembro de 1891), Fernando Lobo Leite Pereira (novembro de 1891-fevereiro de 1892), Serzedelo Correia (fevereiro de 1892-junho de 1892), Custódio de Melo (junho de 1892-dezembro de 1892), Antônio Francisco de Paula Sousa (dezembro de 1892-abril de 1893), Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (abril de 1893-junho de 1893), João Filipe Pereira (junho de 1893-outubro de 1893), Alexandre Cassiano do Nascimento (outubro de 1893- novembro de 1894), Carlos Augusto de Carvalho (novembro de 1894-setembro de 1896), Dionísio Cerqueira (setembro de 1896-novembro de 1898), Olinto de Magalhães (novembro de 1898-novembro de 1902), J.J. Seabra (novembro de 1902-dezembro de 1902)

[14] Representação diplomática militar

[15] Rui Barbosa defendeu a igualdade dos países na Corte de Justiça Arbitral, isto é, todos as nações tinham o direito de indicar um juiz, ao contrário do que desejavam as potências europeias e os EUA.

Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, permitiu o Brasil debutar nos eventos internacionais, considerando as ausências que antecederam sua nomeação (Swiech, 2020, p. 104). O Brasil assina a Segunda Convenção de Genebra (1906) e dá início no país a organização para a criação de uma Sociedade da Cruz Vermelha (Cruz Vermelha Brasileira, 1917, p. 2).

3.2.3 Materialização

O presente estudo destina-se a analisar o processo de materialização e consolidação da Cruz Vermelha Brasileira (CVB), por meio da trajetória dos militares presidentes, em prol do desenvolvimento institucional.

Para tanto, adotamos a temporalidade do período de 1908 a 1947. Estes argumentamos pelas gestões presidenciais da instituição desde o primeiro - Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1908-1918) a Sebastião Ivo Soares (1942-1947) -, o que corresponde a 34 anos de gestores militares.

As fontes documentais selecionadas foram literaturas de aderências articuladas aos documentos da Cruz Vermelha Brasileira, tais como, atas do período e histórico institucional. Estes foram triangulados com foco para o debate histórico em prol da construção da narrativa sobre a ideologia da militarização da entidade à luz de Pierre Bourdieu.

Antes de apresentarmos a materialização da Cruz Vermelha Brasileira, apesar de vários estudos já terem se debruçado sobre a trajetória institucional [16]. Optamos aqui em apresentar o indício da circulação da ideia anterior a data de 5 de dezembro de 1908 quando ela foi criada.

Em 1893, Joaquim Nabuco em decorrência da Guerra Civil no Rio do Sul, também conhecida como dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835 a 1845), cosiderado o conflito armado mais duradouro que ocorreu no continente americano (Souza, 2018, p. 91). Este ocorreu em ambito regional de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil, a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da provínciacomo estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense, quando Nabuco proferiu o discurso intitulado a favor dos feridos da Guerra Civil do Rio Grande do Sul (Nabuco, 1893).

O fato ocorreu durante a quermesse organizada pela Comissão Central Cruz Vermelha, no Cassino Fluminense. Este era localizado no Rio de Janeiro, Rua do Passeio, 90 – Centro, que abrigou mais tarde a sede do edifício Automóvel Club. Neste espaço

[16] Para saber mais, consultar as obras: “Cruz Vermelha Brasileira: gestão de Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal (1908-1918)” de Labriola, 2021; “História da Enfermagem Brasileira: lutas, ritos e emblemas” Porto& Amorim, 2007

Nabuco fez seu pronunciamento a favor dos feridos em combate.

O documento é composto de doze páginas com elucubrações e argumentos políticos, em defesa do Regime Monárquico, para fazer, provavelmente, os ouvintes refletirem sobre a situação da Guerra Civil no Rio Grande do Sul.

Para tanto, em determinada parte ele proferiu as seguintes palavras: "A Cruz Vermelha surge neste momento como um symbolo nacional apropriado. É o signal de perigo que se levanta em todas as pontas da costa à approximação da borrasca. Ainda que ensopa de sangue, é sempre a cruz de Christo" (Nabuco, 1893, p.11-12).

O excerto chama a atenção para a menção do surgimento da Cruz Vermelha, como um símbolo nacional apropriado. Símbolo que trazia em si o código de representação dos cuidados com os feridos de guerra.

O discurso de Joaquim Nabuco nos faz remeter a certo interesse dele em trazer ao público a inculcação da Cruz Vermelha. Este é o princípio que deve ser entendido como o sentido de que vale a pena jogar. Assim sendo, ele é um jogo social de ilusão, como uma relação encantada, pois o produto é oriundo da cumplicidade (im)posto nos corpos e mentes para a produção objetivada (Bourdieu, 1996,139-140).

Trazer o texto e contexto do discurso nos faz inferir sobre as ideias circulantes da Cruz Vermelha em território brasileiro, tendo o símbolo cruz como elemento central na vertente da religião católica. Tal registro também foi localizado por Porto (2009) que também entendeu como indício para a criação da instituição no Brasil.

O fato de em 1893, a ideia ter sido proferida por Nabuco nos faz remeter a temporalidade do período de 1890-1902, quando o Brasil já teria nomeado 11 ministros das Relações Exteriores. Isto nos aponta para certa inércia na política internacional, como no caso da Cruz Vermelha, quando o José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, recebeu a pasta e avançou com resultado em 1906, ao debutar na Segunda Convenção de Genebra.

Depreendemos do dito que, apesar das ausências para a participação do movimento da Cruz Vermelha, o Brasil sabia da existência, mas pelos registros argumentativos problemas internos com maior prioridade pareciam ser mais importantes de serem resolvidos. Isto afastou o país, neste tipo de inserção internacional, o que ocasionou a sua entrada tardia ao ocupar o 146º lugar na assinatura da Convenção.

Destacamos no quadro a seguir a ordem de criação da Cruz Vermelha no continente americano, além da assinatura do Tratado de Genebra de cada nação. Podemos observar, também, que a criação das filiais da entidade não se deu por movimento militar, como no Brasil.

Quadro 2: Cruz Vermelha nos principais países do continente americano

País	Ano de assinatura do tratado[17]	Ano de criação da instituição	Primeiro presidente	Profissão/ocupação
Peru	1880	1879	José Antonio Roca Y Boloña	Sacerdote católico
Argentina	1879	1880	GuilllermoRawson e ToribioAyerza	Médicos
EUA	1882	1882	Clara Barton	Secretária
Costa Rica		1885	Roberto Fonseca Calvo	Professor universitário
El Salvador	1874	1885	Augusto Bouineau	Aristocrata francês
Venezuela	1894	1895	Vincent KennettBarrington	Empresário
Canadá	1896	1896	John Morison	Militar
Uruguai	1900	1897	Aurelia Ramos de Segarra	Aristocrata filantropa
Chile	1879	1903	Don Sigfrido Braun	Não foi possível identificar
Brasil	1909	1908	GregórioThaumaturgo de Azevedo	Engenheiro militar
Cuba	1907	1909	Diego Tamayo Figueredo	Médico
México	1905	1909	Luz Cosío Lopez	Filantropa
Equador	1907	1910	Hermann Moeller Kleve	Não foi possível identificar
Colômbia	1906	1915	Hipólito Machado	Médico civil
Bolívia	1879	1917	Lea de Degesnt	Não foi possível identificar
Panamá	1907	1917	Matilde de Obarrio de Mallet	Ensaísta e filantropa
Paraguai	1907	1919	Andrés Barbero	Médico
Guatemala	1903	1923	Daniel Rodríguez	Engenheiro

Fonte: Autores

O contexto de criação das irmãs institucionais se deu em virtude dos conflitos, principalmente de limitação de fronteiras ou conflitos internos. A Guerra do Pacífico (1879-1884), conflito entre Chile e a aliança Peru-Bolívia (Cavalcante, 2019, p. 77), foi um desencadeador da assinatura do Tratado de Genebra dessas nações. Como signatárias da Convenção da Cruz Vermelha, esses países tinham apoio de serviços médicos enviados aos locais de batalha.

Apesar da neutralidade conferida aos serviços de saúde e ambulância, o exército do Peru, Bolívia e Chile denunciaram (Lira, 2016; Chang, 2017) desrespeito ao Tratado de Genebra durante o conflito devido ao ataque de profissionais com o símbolo da instituição. Apesar da assinatura do Tratado e a criação da Cruz Vermelha peruana, a

[17] Encontrado emTratados do DIH- Geneva Convention, 1864 ratification (icrc.org)

Bolívia e o Chile só criaram sua Sociedade no século XX.

O batismo de uma instituição é como se fosse o nome de uma família. Ele é o suporte de sustentação de onde veio, quem fez e faz parte simbolicamente, bem como as famílias – conjunto de pessoas. Ele dá fé, credibilidade pela trajetória, o que gera o efeito de poder e prestígio (Bourdieu, 1996, p.80-81).

Ademais, é adotar um espírito de família. Isto é admitir a palavra na construção verbal – palavra de ordem. Este traz consigo o *habitus* baseado na prática de consenso no mundo social. Logo, ele cria e dá sentido as coisas como trabalho institucional, de rito ao técnico, sendo o princípio de coesão como um artefato simbólico (Bourdieu, 1996,124-135).

Entender as outras instituições da Cruz Vermelha é, de fato, vê-las irmãs reunidas em torno de objetivos e princípios comuns. É justificar os atos e, prol maior da instituição mãe, pois quando uma cresce, todas crescem juntos.

Os EUA e Argentina mobilizaram a sociedade para a criação de uma congênere devido aos conflitos internos. Tanto os EUA, como Argentina, vivenciaram uma guerra civil no contexto da criação da Cruz Vermelha, a Argentina em 1880 e os EUA em 1882. O Brasil criou a Cruz Vermelha Brasileira em contexto de paz, mas repleto de problemas de ordem sanitária. À época, Oswaldo Cruz estava à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública e tomou medidas de saneamento na cidade do Rio de Janeiro, capital do país no intuito de controlar as epidemias que se espalhavam rapidamente pela cidade. Nesse momento, a febre amarela, varíola e peste bubônica recebiam a atenção da polícia sanitária que previa a desinfecção domiciliar, arrasamento de edificações consideradas insalubres e notificação obrigatória permanente das doenças epidêmicas (Oliveira, 2012, p. 35).

Em 1907, após viagem à Europa, quando foi a estudo, e com passagem por Genebra, o médico Joaquim de Oliveira Botelho tomou a iniciativa de organizar a entidade em terras brasileiras. Para tanto, ele fez um discurso na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1907, ao apresentar a trajetória da Cruz Vermelha e convidar os médicos para participarem da instituição (Cruz Vermelha Brasileira, 1917, p. 2).

Fazer com palavras é impor o poder simbólico de determinada visão. Logo, é construir grupo, agregar, consagrar ou revelar coisas já existentes, o que os agentes, especialmente, o porta voz é capaz de fazer com discursos performáticos em ser reconhecido e se reconhecer (Bourdieu, 2004, p. 166-167).

Pensar nessa lógica é entender o que Joaquim de Oliveira Botelho fez em inculcar a ideia aos médicos na participação do feito. Isto significa reconhecê-lo como importante para a instituição e fazê-la reconhecida pelo capital simbólico que ela é capaz de produz na sociedade.

No segundo semestre de 1908, foram discutidos os estatutos da nova instituição.

As reuniões eram presididas por Gregório Thaumaturgo de Azevedo, general do Exército. Apesar da presença do marechal Trompwsky e Carlos Lemgruber-Kropfter representando o Brasil na Segunda Convenção de Genebra (1906), não encontramos registros de ambos na ata de criação da Cruz Vermelha no Brasil (Cruz Vermelha Brasileira, 1929, p. 2).

Em 5 de dezembro de 1908, ocorreram os primeiros passos para a materialização institucional. À época foi nomeada a diretoria provisória presidida por Oswaldo Cruz e Gregório Thaumaturgo de Azevedo - vice-presidente. Contudo, o ilustre sanitarista declinou da presidência e o marechal Azevedo foi aclamado presidente (Labriola, 2021, p. 15).

Ao articularmos o posto mais alto da instituição a um militar traçamos algumas inferências, a saber: 1) Joaquim de Oliveira Botelho pelos registros consultados triangulado à literatura de aderência, mesmo sendo o incentivador carecia de tempo para se dedicar por ser médico e civil; 2) Oswaldo Cruz era um nome de relevância e reconhecimento internacional pela sua trajetória na saúde pública, mas declinou com indícios de alegação de dedicação severa do que viria a frente para a consolidação institucional. Logo, como podemos identificar ambos eram civis e envolvidos no campo da saúde e pela trajetória internacional e assuntos correlatos da Cruz Vermelha, o aspecto militarizante parecia fugir ao conhecimento deles.

Como podemos identificar, direta e/ou indiretamente, Joaquim de Oliveira Botelho produziu efeito em seu discurso ao ter na diretoria provisória Oswaldo Cruz – médico e sanitarista. Ele era um nome de credibilidade necessária, pois seus feitos eram de monta de reconhecimento nacional e internacional.

3.2.4 Consolidação

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é constituído por três instâncias, a saber: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho. Para o reconhecimento da Sociedade Nacional no nível da Federação, era necessário que o governo local reconhece o diretório nacional. Esta instância das Sociedades foi criada em 1919 e trata de um aparato legal internacional e doméstico (Meinero; Perna, 2015, p. 111).

Atualmente, são 192 estados signatários e 189 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho[18], considerando que a ONU reconhece 193 estados soberanos. Pode-se observar pelo quadro 1 que assinar os Tratados de Genebra antecedeu

[18] [18] O crescente vermelho é o simbolo utilizado pelas nações islamicas por considerarem a cruz uma representação cristã.

a criação de Sociedades Nacionais na maioria dos países porque ser signatário permite estar protegido pelas leis do Direito Humanitário Internacional mesmo sem a assistência local, embora o Comitê Central tenha estimulado a criação de Sociedades Nacionais acreditando que assim seria mais bem recebida pelo serviço de guerra do país (Forsythe; Rieffer-Flanagan, 2007, p. 10).

As Sociedades Nacionais são até hoje independentes, neutras e imparciais. Não podem ser consideradas Organização Não-governamental (ONG), porque tem parceria com o governo local, mas também não fazem parte da estrutura do governo porque sãoindependentes dele. Com estatuto próprio, precisa passar por avaliação da Comissão Conjunta para Estatutos, em Genebra, para ser reconhecida (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, 2021, p. 7).

Existiu um protocolo para o reconhecimento da instituição local como representante do país no Movimento Internacional. O primeiro passo é ser reconhecida nacionalmente pelo governo do país, o que significa que seu papel auxiliar é condição para a incorporação desta no Movimento Internacional. O papel auxiliar da Sociedade Nacional consiste em "apoiar as autoridades nacionais complementando ou substituindo os serviços humanitários públicos" (Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, 2021, p. 8).

Mediante a criação da Cruz Vermelha Brasileira, ela precisava ser reconhecida nas instâncias nacional e internacional. Após sua criação em 1907, a instituição ficou em estado latente e em 5 de dezembro de 1908, foi definido sua diretoria definitiva e votado seus estatutos (Labriola, 2021, p. 15).

A Cruz Vermelha Brasileira foi reconhecida pelo governo Hermes da Fonseca pelo Decreto n. 2.380, de 31 de dezembro de 1910. Este o reconheceu como representante nacional da instituição no país e a obrigava a emitir relatório semestral com levantamento de pessoal e material para o Ministério da Guerra.

Reconhecer e ser reconhecido são um processo de mão dupla. Este obriga a determinados aspectos, por exemplo, relatório. Este pode ser entendido como parte do círculo da crença, quando ocorre a possibilidade de publicação, na integra e/ou parcial, o que evidencia o capital de legitimação pela distinção. Afinal, resultados da produção são para mobilizar a energia simbólica ao se comprometer como o funcionamento do espaço social. (Bourdieu, 2004b, p. 27).

A perspectiva de fazer levantamento de pessoal e material e encaminhar ao Ministério da Guerra é revestir a crença da credibilidade e ao mesmo estabelecer alianças. Esta como um poder mágico que faz agir o *habitus* no silêncio, desapercebidamente, no *modus operandi* aplicado em prol de fazer as coisas que interessam.

Foi solicitado ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha, em Genebra, o reconhecimento da Sociedade Nacional brasileira, em 16 de março de 1912. O presidente

do comitê central, Gustave Ador, elaborou o documento que oficializou a Cruz Vermelha Brasileira. A solicitação de reconhecimento internacional foi encaminhada pelo secretário Joaquim de Oliveira Botelho (Ador, Favre, 1912, p. 91).

O reconhecimento da Cruz Vermelha brasileira pelo comitê de Genebra levou o presidente Hermes da Fonseca a declarar a Sociedade como de utilidade internacional e reconhecida por todas as nações cultas, além de ser a única que se organizou no país pelo Decreto n. 9.620 de 13 de junho de 1912.

Pensar em reconhecimento de uma instituição nacional por uma Sociedade Internacional, nos remete a um ato pelo qual um grupo se constitui como, o falar por falar no lugar de. Isto significa, o que cita Bourdieu (2004b p. 196-197), a duplicação da personalidade que acumula a condição de pessoa e àquela atribuída a posição do individual ao coletivo.

A Sociedade Internacional ao reconhecer a Cruz Vermelha Brasileira como integrante do grupo lhe dá poderes relativos em agir, mas também de cumprir e fazer cumprir os princípios de interesse para a instituição matriz. Isto implica em firmar a aliança simbólica em prol da manutenção do funcionamento do sistema de representação com seus princípios, emblemas, *habitus* e todo o capital que ela se constitui.

3.2.5 Presidentes da Cruz Vermelha Brasileira

Para sustentar o título anunciado Cruz Vermelha Brasileira – A Militarização até o momento o texto trouxe o contexto com fortes indícios para os aspectos que envolvem a temática militar. Isto em virtude da causa gênese de nascimento da instituição sobre o ocorrido na Batalha de Solferino. Para tanto, iremos apresentar o *habitus* de cada presidente, sem esquivarmos das ilusões biográficas.

No Brasil, como dito antes o nascimento institucional ocorreu fora das cenas de conflitos bélicos, mas sim em circunstâncias de epidemias diversas. Isto nos faz remeter ao título da obra Cruz Vermelha Brasileira: formação em tempos de paz, de autoria Taka Oguisso, Vanderli de Oliveira Dutra e Paulo Fernando de Souza Campos (2009).

O conteúdo apresenta aos leitores aspectos gerais da instituição, mas dá ênfase na filial do estado de São Paulo. Contudo, evidencia, por exemplo, que a formação das enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira era subordinada ao Ministério da Guerra, o que na década de 1930 causou diversas dificuldades para as lideranças da enfermagem como a instituição do Decreto n.º 20.109/1931. Este aspecto legal determinava que o modelo de ensino a ser seguido fosse por meio dos padrões da Escola de Enfermeiras Ana Nery. Isto aponta para outro indício para a ideologia de militarização na instituição.

Apesar de fugirmos sobre o que propõe o subtítulo, entendemos ter sido esclarecedor o indício apontado. Assim sendo, a partir deste momento apresentaremos os presidentes da Cruz Vermelha Brasileira, no período de 1908 a 1942.

A delimitação temporal é argumentada no sentido da datação inicial de sua criação da Cruz Vermelha Brasileira fora do cenário bélico e final a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

No período de 34 anos da Cruz Vermelha Brasileira foram 6 presidentes de temporalidades de gestão de no mínimo de 1 ano e máximo de 12, sendo todos, direto e/ou indiretamente, envolvidos com corpo militar.

Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1908-1918)

Figura n. 2 – Gregório Thaumaturgo de Azevedo



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira (http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Nascido em 17 de novembro de 1853 no município de Barras, Piauí. Foi admitido pelo Exército aos 15 anos de idade e foi nesta instituição que se bacharelou em engenharia militar, matemática e ciências físicas. Após a conclusão dos estudos, foi nomeado para as fortalezas Santa Cruz, Laje e São João, Rio de Janeiro.

Em 1879, secretariou a comissão de limites entre Brasil e Venezuela. Devido ao seu trabalho nesta comissão, foi designado a comandar as fronteiras do norte do país. Em 1889, foi para Recife dirigir as obras militares na construção da estrada de ferro Recife-Olinda. Neste período, aproveitou que estava na cidade e graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1889.

Com a Proclamação da República, 1890, foi indicado a governador do Piauí. Durante sua curta gestão promoveu várias vilas à cidade, realizou reformas financeiras, no ensino e criou mesas de orçamento. Também colecionou inimigos que pressionaram o Governo Federal a demiti-lo e em junho de 1891, retorna ao Rio de Janeiro (Araújo, 2017, p. 117). Em setembro de 1891, toma posse no governo do Amazonas por indicação de Deodoro da Fonseca, mas com a queda deste governo, todos os indicados pelo presidente são destituídos. Para não entregar o cargo, Thaumaturgo de Azevedo decreta estado de sítio, mas é preso na Fortaleza de São Joaquim do Rio Branco e exonerado do Exército por conspiração contra o presidente (Lopes, 2015).

Em 1895, foi anistiado pelo presidente Prudente de Morais e retomou sua patente

56litar. Também foi nomeado chefe da comissão de limites entre Brasil e Bolívia, dando cumprimento ao Tratado de Ayacucho, lavrado após a Guerra do Paraguai, mas não concordando com a perda do território que hoje é o Acre, deu início a uma campanha para defender este território. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi enviado à região como prefeito do Alto Juruá fundando a cidade de Cruzeiro do Sul. Após 3 anos de gestão, foi demitido do cargo e retorna ao Rio de Janeiro.

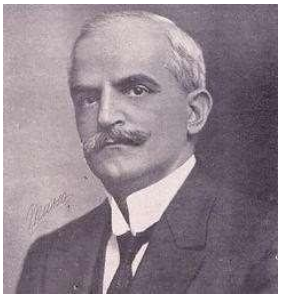
Foi nomeado em 1909, comandante da Força Policial do Distrito Federal (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) após o evento denominado Primavera de Sangue e deixou o cargo em 1910, após nova eleição presidencial (Lopes, 2015).

Esteve na presidência da Cruz Vermelha Brasileira desde sua criação até dezembro de 1918. Em sua gestão, a instituição adquiriu o terreno do antigo morro do Senado por doação do Governo Federal, organizou os cursos de Enfermagem Voluntária e Profissional; construiu o prédio onde sediou a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira; contribuiu para o atendimento durante a epidemia de gripe espanhola tornando o edifício da Escola em hospital de campanha; formou profissionais de enfermagem que trabalharam na Primeira Guerra Mundial pela Cruz Vermelha Francesa (Labriola, 2021, p. 16).

Seu mandato teve fim por derrota eleitoral, foi reformado pelo Exército em 1918 no posto de marechal. Faleceu em 23 de agosto de 1921e deixou 5 filhas (Labriola, 2021, p. 13).

Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1918-1922)

Figura n. 3 – Miguel Calmon Du Pin e Almeida



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira
(http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Nascido em 18 de setembro de 1879 na cidade de Salvador, Bahia. Era sobrinho-neto de seu homônimo, o Marquês de Abrantes e filho do contra-almirante engenheiro naval da marinha, Antônio Calmon Du Pin e Almeida. Graduou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Distrito Federal em 1900. Essa escola é considerada o berço da engenharia no Brasil e foi criada com o nome de Academia Real Militar, pois o curso de engenharia estava relacionado ao curso de engenharia militar, mas a partir de 1874,

acontece a divisão em Escola Militar e a engenharia civil na Escola Politécnica (Monteiro, 2018, p. 539).

Foi docente na Escola Politécnica da Bahia e nomeado para o comando da Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas daquele estado em 1902 a 1906. Foi eleito deputado federal em 1906 pelo Partido Republicano da Bahia. Assumiu o ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo Afonso Pena (1906-1909). Apoiou a campanha de Rui Barbosa e após sua derrota, foi para Europa. Foi eleito deputado federal em 1912, mas viajou para Europa em 1913 ficando até 1915 (Camargo, 2022).

Participou da campanha eleitoral de Rui Barbosa para presidente em 1919, mas sem êxito. Foi eleito presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em 1921 e eleito deputado federal no mesmo ano. Foi nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio na gestão de Artur Bernardes (1922-1926) (Camargo, 2022).

Sua gestão na Cruz Vermelha Brasileira foi de 1918 (eleição) a 1922 quando renunciou ao cargo para assumir o ministério da gestão Artur Bernardes, mas desde 1921 estava afastado do cargo de presidente da CVB e seu vice-presidente, Ferreira do Amaral, o substituiu (Cruz Vermelha Brasileira, 1929, p. 54). Foi em sua gestão que deu início à construção do edifício sede da Cruz Vermelha Brasileira.

Antônio Ferreira do Amaral (1922-1929)

Figura n. 4 – Antônio Ferreira do Amaral



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira
(http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Nascido em 14 de julho de 1865 na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Filho de João Ferreira do Amaral e Isabel Pereira de Aquino. Concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se com a tese “Das fraturas da Coxa” em 1888. Ingressou no Exército em seu quadro de médicos pelo Decreto de abril de 1889 no posto de 2º tenente.

Sua primeira designação foi o Hospital Militar da Guarnição da Corte, o equivalente ao Hospital Central do Exército atualmente, que ficava localizado no Morro

do Castelo. Sua função era chefiar a clínica cirúrgica onde se manteve no posto por cinco anos. No final de 1889, seguiu para o Mato Grosso em Comissão do Ministério do Império para prestar socorro às vítimas da peste, como era popularmente chamada a febre amarela (Lima, 2013). Em fevereiro de 1890, retornou para o Rio de Janeiro promovido à capitão médico de 4ª classe. Em agosto do mesmo ano, foi solicitado do Inspetor Geral de Higiene, cargo subordinado a apenas ao de Ministro do Império, que averbasse em seus assentamentos o agradecimento e louvor pelos socorros prestados aos indigentes acometidos pela epidemia em Corumbá. A Inspetoria Geral de Higiene foi o embrião da Diretoria Geral de Saúde Pública (Santos, 2015, p. 191). De outubro de 1891 a janeiro de 1892, se afastou de suas atribuições por licença médica.

Teve sua atuação elogiada pelo Governo Federal no atendimento aos feridos na Revolta da Armada que aconteceu entre setembro de 1893 a março de 1894. Esse movimento foi iniciado nas unidades da Marinha no Rio de Janeiro e chegou ao Sul do país. A justificativa da revolta, era que a Marinha foi desprestigiada em relação ao Exército, força de origem dos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Sem o apoio do Exército, o movimento foi sufocado (Teive, 2021).

Em janeiro de 1895 foi nomeado ajudante do recém-criado Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia, atual Instituto de Biologia do Exército, que foi criado com inspiração no Instituto Pasteur de Paris, França. Esse laboratório foi o primeiro do gênero no Brasil (Silva, 2004, p. 29).

No final de 1902, frequentes casos de beribéri correram na Escola Militar do Brasil, antigo nome da Escola Militar de Praia Vermelha. Foi indicado uma comissão médica para elucidar a origem da doença, e Ferreira do Amaral foi indicado à comissão. A doença conhecida por Beribéri sabe-se hoje que é por deficiência da Tiamina (vitamina B1) e pode ser causada por má nutrição ou exercícios físicos intensos (Ministério da Saúde, 2012).

Em 1907 foi à Europa pelo Exército e ao retornar, foi promovido ao posto de tenente coronel. Em 1909, foi nomeado diretor do Hospital Central do Exército (HCE) substituindo o médico Ismael da Rocha, que também estava na diretoria da Cruz Vermelha Brasileira. Sua gestão no HCE foi de 1909 a 1914. Em sua gestão como diretor do hospital, inaugurou o pavilhão central Floriano Peixoto, em 1913, que abrigou a Escola de Aplicação Médico-Militar de enfermeiros e padioleiros.

Sua gestão no HCE terminou quando foi nomeado para chefiar a 6ª Divisão do Departamento da Guerra e em 1918, assumiu o Serviço de Saúde do Exército. Foi em sua gestão que médicos foram enviados à França na Primeira Guerra Mundial pela Missão Médico Militar. A Missão Médico Militar, também conhecida como Missão Aché, foi um acordo com o governo francês de enviar médicos brasileiros para a criação de um hospital franco-brasileiro em Paris para tratar os soldados feridos. Essa missão recebeu críticas na

imprensa brasileira porque quase não foram enviados médicos militares, e as nomeações dos civis eram políticas. A justificativa para que poucos militares fossem indicados é que o Exército possuía poucos médicos e precisava desses profissionais para manter seus serviços. De fato, durante a epidemia de gripe espanhola, no mesmo ano, os hospitais militares foram abertos para a população (Brum, 2018, p. 86).

Foi responsável pela criação de novos hospitais militares como Alegrete, Bagé, Santa Maria, Cruz Alta, São Gabriel e o Hospital do Exército de São Paulo. Também criou o hospital de Campo Belo, atual Centro de Recuperação Itatiaia, para o tratamento da tuberculose.

Em 1922 foi eleito presidente da Cruz Vermelha Brasileira e durante toda a sua gestão foi construído o edifício sede da instituição, mas não assistiu à conclusão da obra. Em setembro de 1923, foi reformado pelo Exército a pedido e em 1929 veio à óbito ainda como presidente da CVB.

Carlos Pereira Leal (1929)

Figura n. 5 – Carlos Pereira Leal



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira (http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Pelo passamento de Antônio Ferreira do Amaral, assumiu a presidência, seu vice-presidente de forma interina (abril a setembro de 1929) até que novas eleições fossem convocadas. Carlos Pereira Leal era fundador e diretor da Equitable, seguradora americana. Esposo de Heloisa Leal, presidente da Seção Feminina da Cruz Vermelha Brasileira desde sua criação em 1914 (Soares, 2017, p. 27).

Sebastião Ivo Soares (1929-1930) e (1942-1947)

Figura n. 6 – Sebastião Ivo Soares



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira (http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Nascido em 19 de maio de 1977 na cidade de Parahyba do Norte, atual João Pessoa. Filho de Ildolvo Ivo Soares e Amarile Meira Cunha de Holando Soares. Concluiu o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1900, doutorando-se com a tese "Tracheotomia: suas indicações e acidentes". Sua inserção ao corpo do Exército aconteceu anterior à conclusão do seu curso, pois no terceiro ano de faculdade foi enviado voluntariamente para tratar dos feridos do Massacre de Canudos, em 1897.

O Massacre de Canudos foi organizado pelo Estado contra seguidores religiosos de Antônio Conselheiro. O argumento utilizado para a invasão a Canudos foi de que ali estava se instalando uma monarquia com a intenção de derrubar a República há pouco instaurada (Duarte, 2020, p. 133).

Ao concluir seu curso, é admitido ao corpo médico do Exército em 1901 como médico adjunto sendo nomeado para a guarnição de Pernambuco. Em 1902, promovido ao posto de tenente e nomeado a integrar a Comissão de Linhas Telegráficas de Corumbá a Cuiabá, foi diretor do hospital de Corumbá e em 1905, foi nomeado para a enfermaria da fábrica de pólvoras do Coxipó, Cuiabá.

Promovido a capitão em 1908 e enviado ao Rio de Janeiro para servir na clínica médica do Hospital Central do Exército, Benfica. Após três anos, foi enviado ao Hospital Militar de Recife, tornando seu diretor entre 1916 e 1917. Ao término de sua gestão, foi nomeado chefe do Serviço de Saúde e Veterinária, em São Paulo. Em 1920, foi enviado pelo Governo Federal para o sertão da Bahia (cidade de Barreiras) integrar a força militar que atuou em Goiás após a Chacina do Duro.

A Chacina do Duro ou Chacina dos Nove foi um embate entre a política de Hermes da Fonseca, presidente do país entre 1910-1914, e o coronelismo do sertão nordestino. Esses coronéis detinham mais poder que o governo local. O massacre do Duro ocorreu entre dezembro de 1918 e janeiro de 1919 na vila de São José do Duro e matou nove pessoas entre soldados e familiares do coronel Wolney (Andrade, 2021, p. 19).

Em Barreiras, atendeu aos militares e a população contra as endemias da região do sertão da Bahia. Neste local, encontrou a população com malária e doenças de

transmissão sexual, principalmente entre os militares do Exército.

Ao retornar da Bahia (junho de 1920), foi promovido tenente-coronel e designado a chefia o Serviço de Saúde e Veterinária no Rio de Janeiro. Em maio de 1922, o Exército inaugurou o curso de aperfeiçoamento da Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército e Sebastião Ivo Soares foi matriculado e concluiu o curso em setembro do mesmo ano. Em novembro de 1922, foi promovido a coronel. Em maio de 1923 foi eleito ao conselho fiscal do Clube Militar e em julho de 1923 foi promovido a general e designado a direção do Hospital Central do Exército onde ficou até 1924, pois em 28 de setembro do mesmo ano é designado diretor de Saúde da Guerra, cargo subordinado ao Ministro da Guerra e em substituição ao general Ferreira do Amaral.

Durante seu período como responsável pela Diretoria de Saúde do Exército (1924-1930), concluiu as obras do sanatório militar de Campo Belo (1926), iniciado na gestão anterior, inaugurou o curso de aplicação da Escola de Saúde do Exército para médicos e farmacêuticos nas dependências do HCE (1927) e a criação dos regulamentos do serviço de saúde da aviação. Também representou o Brasil no Congresso Internacional de Medicina e Farmácia em Paris (1925) e em Varsóvia, Polônia (1927).

Foi escolhido por aclamação, presidente da Cruz Vermelha Brasileira, em substituição ao general Ferreira do Amaral por óbito. Sua primeira gestão foi de 1929 a 1930 e neste ínterim foi inaugurado o edifício da instituição. Ficou na presidência da CVB até 1930, quando renunciou ao cargo por motivos políticos, afinal Ivo Soares era apoiador de Washington Luís e após o golpe que o retirou do governo, Ivo Soares é demitido da Direção de Saúde do Exército, é reformado e entrega seu posto de presidente da CVB.Sua saída da presidência da CVB foi renúncia, mas continuou no conselho diretor.

Retornou em 1942por eleição após a renúncia de Álvaro Tourinho e faleceu ainda na presidência da Cruz Vermelha Brasileira em 28 de abril de 1947 de tuberculose íleo-cecal. Não deixou filhos. Sebastião Ivo Soares encerrou o ciclo de presidentes da Cruz Vermelha Brasileira após seu óbito.

Álvaro Carlos Tourinho (1930-1942)

Figura n. 7 – Álvaro Carlos Tourinho



Fonte: Site oficial da Cruz Vermelha Brasileira (http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cmd/presidentes-nacionais-1908-2015/)

Nascido em 19 de fevereiro de 1882 na cidade de Salvador, Bahia. Filho de João Gonçalves Tourinho e Caetana Olympia da Moraes Tourinho. Concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1902, doutorando-se com a tese "Um novo processo de intervenção nos abcessos postero-superiores do fígado". Foi admitido no serviço militar como médico adjunto na guarnição de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. Após dois anos, foi promovido a tenente médico de 5ª classe.

Em 1908, foi designado à comissão construtora da fábrica de pólvora sem fumaça em Piquete. Esta foi a segunda fábrica de pólvora no país, depois da fábrica da Estrela que se situava em terreno próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas. A fábrica de pólvora sem fumaça teve o início de sua construção em 1902 quando o Governo Federal adquiriu uma área de 3500 hectares na região de Piquete, estado de São Paulo. Suas atividades deram início em 1909 para atender às Forças Armadas (Borges, 1963, p. 17).

Apesar da indicação para a comissão, no mesmo mês Álvaro Tourinho foi licenciado pelo Ministro da Guerra para ir à Europa estudar. Logo, não assumiu o posto para qual foi nomeado. Ficou na Europa até 1910 quando o Exército exigiu seu retorno. Em diversos anúncios de jornais é possível identificar que o médico se especializou em otorrinolaringologia em hospital de Berlim, Viena e Paris[19].

Ao retornar, foi promovido ao posto de capitão e designado a servir na 8ª região em Niterói, Rio de Janeiro. Em setembro de 1911, foi nomeado para o serviço de clínica do HCE, bairro de Benfica no Rio de Janeiro.

Após dois anos na enfermaria, foi nomeado a 3ª cadeira da 2ª série da Escola de Aplicação Médico-Militar. A Escola de Aplicação Médico-militar foi idealizada em 1860 com o objetivo de formar médicos especialistas em medicina militar, mas somente em 1910 pelo Decreto 10.402 (Brasil, 1910) que este serviço foi reorganizado. Por esse decreto, foi criada a Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde e a Escola de Medicina Veterinária em um prédio anexo ao HCE que também mantinha o curso de enfermeiros e padioleiros do Exército. Apesar da nomeação de médicos para a Escola em 1913 com a distribuição das disciplinas em dois anos, o curso não aconteceu e o capitão Álvaro Tourinho ainda servia em Benfica (Silva, 1958) e atendia em seu consultório particular situado na rua São José, Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1914, integrou as mesas examinadoras e comissão julgadora da cadeira de

[19] Os anúncios divulgados nos classificados dos principais jornais relatavam que o dr. Álvaro Tourinho tinha longa prática nas clínicas de Berlim, Viena e Paris: ouvido, nariz, garganta e prótese de parafina.

otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A cátedra de otorrinolaringologia foi criada em 1911 pelo médico Eduardo Rodrigues de Morais na Faculdade de Medicina da Bahia (Nogueira Jr. et al., 2007).

Em abril de 1916, representou o serviço de saúde do Exército na inauguração do Hospital de Brigada Militar em São Paulo, atual Hospital da Polícia Militar do Estado de São Paulo e em dezembro de 1917, foi promovido a major por merecimento.

Em 1918, o Brasil declarou estado de guerra após ter seus navios bombardeados por submarinos alemães. O comando militar brasileiro não teve interesse em enviar tropas para o front, mas por pressão de políticos e intelectuais, organizou seu apoio à França enviando médicos para dar assistência aos soldados feridos que chegavam à Paris (Cid, 2021, p. 17). Pela Missão Médica Militar em apoio à França, vários médicos brasileiros foram enviados no paquete La Plata para a Europa. A maioria dos médicos escolhidos eram civis com pouca experiência e se voluntariaram para "construir seu currículo" (Brum, 2018).

Apesar de ter experiência profissional na Europa e ser cirurgião, Álvaro Tourinho não foi convocado para trabalhar na Missão Médica Militar de 1918 porque o Hospital Central do Exército (HCE) detinha de poucos profissionais militares e convocá-los iria prejudicar o atendimento, lembrando que a cidade sofria com a gripe espanhola. Para a Missão Médica na França, os poucos militares que foram convocados eram médicos que já se encontravam na Europa para estudo (Silva, 2001). Durante a gripe espanhola, o dr. Álvaro Tourinho atendeu a população no hospital de Benfica (HCE) não limitando a assistência aos militares e seus familiares.

Em 16 de outubro de 1920, contraiu matrimônio com Beatriz Cornélia de Almeida, e por merecimento, foi promovido a tenente-coronel e indicado a comissão deadmissão de médicos e veterinários da Escola de Saúde do Exército em setembro de 1922. Apesar de ter sido nomeado docente da Escola de Aplicação Médico-militar em 1913 e não lecionado, o Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho, nomeou Carlos Álvaro Tourinho, comandante da Escola em março de 1924. A Escola tinha médicos brasileiros nas comissões técnicas, mas eram militares franceses que ficaram responsáveis pela direção da Escola de Aplicação Médico-militar e responsáveis pela reorganização da Escola Militar de Realengo, como devolutiva pelo apoio do Brasil durante a I Grande Guerra. Apesar da imprensa brasileira tratar a Missão Médica Militar do Brasil à França como apoio teatral (Brum, 2014, p. 315), os médicos brasileiros e suas esposas como enfermeiras ficaram responsáveis por abrir e manter um hospital militar em Paris para atendimento de soldados feridos. O hospital foi uma adaptação de um colégio Jesuíta e após o retorno da Missão ao Brasil, o hospital foi entregue à Faculdade de Medicina de Paris (Cid; Ferreira, 2022, p. 100).

Em setembro de 1922 foi nomeado comandante da Escola de Saúde do Exército e

ficou até 1924 (Soares; Silva; Orlandini, 2021). Em outubro de 1924, foi promovido à coronel e nomeado diretor do Hospital Central do Exército onde exerceu o cargo até abril de 1929, quando foi nomeado diretor de saúde da 1ª região militar que compreende os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em 7 de maio de 1931, foi promovido à general de brigada do Exército. No ano de 1933, recebeu a medalha militar de prata pelos serviços prestados ao Exército.

Álvaro Tourinho deixou o cargo de diretor de saúde da 1ª região militar para assumir o cargo de diretor da saúde da Guerra em novembro de 1930 e em dezembro do mesmo ano, é eleito presidente da Cruz Vermelha Brasileira – diretório central.

Sua eleição foi em substituição ao general Ivo Soares numa eleição bastante conturbada devido ao momento político da época quando o país se encontrava em uma dicotomia eleitoral entre apoiadores do golpe que levou Getúlio Vargas ao poder e seus opositores que esperavam a posse de Júlio Prestes (Fausto, 1995, p. 325). Esse fato levou a renúncia de Ivo Soares. A eleição para presidente da CVB foi considerada ilegal após a vitória de Estellita Lins, primeiro secretário da CVB, devido aos votos que utilizavam procurações. Com a candidatura de Álvaro Tourinho, novo Diretor de Saúde do Exército no governo Vargas, a assembleia elegeu este como presidente.

Em sua gestão aconteceu a 3ª Conferência Pan-Americana da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro de 15 a 26 de setembro de 1935. Esse encontro contou com a participação de representantes do Movimento da Cruz Vermelha de 18 países das Américas e 17 de Associações Internacionais (Batista, 2005) e foi durante o evento que a praça Vieira Souto, onde foi erigido o palacete da Cruz Vermelha Brasileira – diretório central, recebeu o nome de praça Cruz Vermelha em homenagem à instituição pelo Decreto 5.626, de 5 de setembro de 1935.

Em 1938, Álvaro Tourinho foi indicado como representante do governo brasileiro à XVI Conferência Internacional da Cruz Vermelha de 20 a 24 de junho em Londres, e 8ª Sessão do Comitê Internacional de Medicina Militar de 1 a 4 de julho em Luxemburgo.

Sua gestão como diretor de Saúde do Exército foi até 1940 quando foi reformado a pedido. Sua gestão na Cruz Vermelha Brasileira foi até 1942 quando renunciou.

Faleceu em 31 de julho de 1960 no Hospital da Beneficência Portuguesa acometido de câncer pulmonar. Deixou três filhos adultos.

3.2.6 Ideia de militarização e a Cruz Vermelha Brasileira

Até o momento usamos o termo militarização, mas não nos posicionamos sobre o entendimento sobre o significado. Assim sendo, chegou o momento mediante aos ditos anteriores sobre nossa posição sobre o termo.

Iniciamos ao mencionar que o termo militarização carece de consenso. Contudo, Cynthia Enloe (2007, p. 4) apresenta certa perspectiva dele ao identificar que pessoas,

coisas ou organizações podem se militarizar. Isto implica em adotar valores militarizantes pela identificação, por exemplo, no uso de uniformes em civis. Logo, a noção não se encontra centrada no aspecto bélico, mas nas relações pessoais.

Os militares têm lugar privilegiado no imaginário brasileiro e isto pode ser justificado pela história política do país. Isto nos remete ao fato deles terem banido a monarquia há muito tempo falida no século XIX. O protagonista para a materialização foi o marechal Deodoro ao destituir o imperador D. Pedro II e instituiu a república militar. Esta trazia modernidade e segurança, mas não se conserva no poder por inabilidade política, mas na ala progressista do Exército na figura de Floriano Peixoto que ocupava o lugar deixado por seu antecessor (Saes, 2005, p. 14).

A imagem do militar salvador e responsável pela ordem interna é consequência da função das Forças Armadas nas constituições brasileiras. Segundo Carvalho (2021, p. 24), é o papel mediador das forças armadas apareceu em cinco das sete constituições, excetuando apenas as duas constituições que foram aprovadas sem assembleia (1824 e 1930). A Constituição de 1988, que rege o país até hoje, estabelece que as Forças Armadas são responsáveis por garantir os poderes constitucionais.

A Constituição de 1824, trata da figura do imperador como o poder moderador e após a queda do Império, esse poder moderador foi substituído pelo poder militar. Logo, as Forças Armadas desempenhavam o poder moderador, tutelado ao Estado.

A ética militar é composta pelo conservadorismo, característica na educação militar; o apego à hierarquia e disciplina; monopólio estatal da violência. Para Pedrosa (2012, p. 13), o conservadorismo não faz parte da característica do público que procura as forças armadas como carreira, mas é resultado do exercício profissional e da educação militar. Também é causa do conservadorismo, a valorização de personagens históricos que defenderam a pátria com coragem, os ditos heróis. Este apego é oriundo do passado, por exemplo, como Caxias, Floriano Peixoto, Marechal Rondon entre outros, que contribuíram para a preservação das características conservadoras das Escolas Militares. O apego à hierarquia e disciplina característico da estrutura militar é no sentido de docilizar os corpos, controlar o indivíduo pelo poder estatal. Estes são princípios basilares da vida militar. O controle corporal tem relação com a obediência simétrica e as camadas inferiores da casta a que pertence para ser controlado pelas superiores, ou seja, o poder em cascata. As sanções para a desobediência são punições que vão desde a repreensão até a detenção e a consequência da falta de disciplina, sendo ela perigosa para a sociedade, visto que o agente desempenha o monopólio estatal da violência (Thomazi, 2008, p. 128- 129).

O monopólio estatal da violência foi apresentado por Weber (2015, p. 56) para a compreensão da legitimidade do Estado moderno em usar a força na manutenção do poder. Esse uso da violência de forma legítima é representado pelo exército que

disciplinado e hierarquizado, defende os interesses do Estado, em sentido maior.

Tanaka (2004, p. 58) afirma que no Brasil, o prestígio do Exército começou a aumentar com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) e atingiu seu cume com o golpe militar (1889) que instaurou a república no país.

É importante ressaltar que a República foi um projeto militar. Sua manutenção foi alinhada a tutela desses atores, por meio das forças políticas, e são responsáveis pela conservação da ordem para garantir a estabilidade do sistema político (Carvalho, 2019, p. 25).

Apesar de parecer um grupo homogêneo, a identidade militar é diversa e quando se trata da intelectualidade militar, ele é constituído por oficiais de carreira. Ademais, eles têm sua identidade tão bem construída que sobrevive ao tempo (Alves, 2008, p. 192-193).

O papel messiânico de salvador da pátria, moralizador do sistema político e a tutela dos civis na conduta dos assuntos nacionais encontram na formação do país, a saber: mestiço e tropical, a necessidade de tutela do guardião pacificador. Além disto, tem por missão civilizatória no sentido de garantir a "ordem e progresso", lema positivista, filosófico difundido na Escola Militar, da época do golpe militar, que instaurou a República (Alves, 2008, p. 192; Maciel; Mendonça, 2020).

Enquanto as polícias militares de cada estado da federação são responsáveis por criminalidade pontual e controle social, as Forças Armadas é ocupada por uma responsabilidade maior, o controle político no nível nacional (Bohn, 2016, p. 13). Os militares das Forças Armadas, principalmente do Exército, possuem um privilégio que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não possuem.

Essa imagem do militar pacificador, salvador da pátria, moralizador, garantidor da ordem e progresso é ideal para assumir a responsabilidade de uma entidade internacional e que sua existência depende da participação da sociedade civil como mantenedora de seu funcionamento. A identidade dos militares produz na Cruz Vermelha Brasileira a segurança e estabilidade necessária para sua existência.

3.2.7 Considerações Finais

A Cruz Vermelha Brasileira, diferente de suas irmãs institucionais, foi presidida por militares de alta patente por quase 40 anos de existência. Como a escolha para presidente era por meio de voto direto dos sócios adimplentes a partir de chapa eleitoral, podemos inferir que esses sócios tinham no militar do exército a imagem do gestor ideal que gostariam de imprimir à instituição.

É curioso pensar que um país com cultura pacífica e neutralidade em suas relações exteriores como o Brasil possa semear o caráter militar dessa instituição internacional. Militarizar a Cruz Vermelha não foi prerrogativa da entidade no país, mas na América essa estratégia não se repetiu.

Este artigo reflete sobre a configuração do campo Cruz Vermelha Brasileira pelo *habitus* militar a partir da identificação do percurso profissional dos presidentes da entidade.

Ao traçar a trajetória profissional dos presidentes da instituição, o estudo demonstrou que os militares que a presidiram compunham a alta hierarquia do Exército Brasileiro. Apesar da Cruz Vermelha ser uma entidade civil de direito privado, sua imagem foi construída em torno do ser militar, ou paramilitar.

Referências

ADOR, Gustave; FAVRE, Camille. "Reconnaissance de la Société brésilienne de la Croix-Rouge (Cent quarante-et-unièmecirculaireaux Comités centraux)". Bulletin International desSocietes de la Croix-Rouge. Cambridge University Press, 43 (170): 91- 93; 1912.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Da Conferência da Paz de Haia (1907) às negociações de paz de Paris (1919): Quando o Brasil emergiu para a diplomacia mundial? Palestra Embaixada da Bélgica, Brasília. Comemoração do Centenário da Visita do rei Alberto ao Brasil(1920); 28jul2020.Disponível em: https://diplomatizzando.blogspot.com/2020/07/da-conferencia-da-paz-da-haia-1907-as.html

ALVES, Claudia. Educação e identidade no discurso militar do século XIX. História & Perspectivas, Uberlândia, 38: 191-211, jan/jun; 2008.

ANDRADE, Carlos Rafael de Sousa. Violência política em Goyaz na Primeira República a partir da obra O Tronco. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História, PUC Goiás, Goiânia, 2021.

ARAÚJO, Thaise de Sousa. Governo Taumaturgo de Azevedo: o Piauí, o começo republicano e o velho arcabouço político monárquico (1890). Rev. Contraponto, 6 (1): 103-121, 2017.

ARAÚJO, Brenda M. Ramos. Contribuição de Rui Barbosa a uma ordem mundial democrática. Monografia (graduação Faculdade de Direito) – PUCRJ, 2013, 76 p.

BARBOSA, Luiz Henrique Lucas. As Convenções de Genebra e o estatuto de Roma: normas de efeito moral? Rev SJRJ, Rio de Janeiro, 17 (28): 289-318; 2010.

BARCROFT, Stephen. The Hague Peace Conferenceof 1899. Irish Studies in International Affairs, 3 (1): 55-68; 1989.

BARRETO, Pedro Henrique A. Organizações não governamentais nas políticas mundiais: análise da atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na difusão de normas no sistema internacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

BATISTA, Dieckson de Oliveira. O mito Anna Nery e a enfermagem brasileira. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, 2005.

BOHN, Maurício F. A militarização da Polícia Militar no Brasil: os obstáculos para uma polícia cidadã. RHM, 16 (03): 9-30; jul/dez 2006.

BORGES, W. Dantas. A indústria de explosivos no Brasil. A Defesa Nacional, 50 (590- 1): 11-28; 1963.

BOURDIEU. Pierre. Razões práticas – sobre a teorização da ação. Campinas: São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A produção da crença: contribuição para a economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004b.

BOURDIEU. Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EdUSP, 2007.

BRASIL. Decreto nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910. Reorganiza o Serviço de Saúde do Exército. Disponível emhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/ decret/1930- 1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-republicacao-79918-pe.html. Acesso em 08 out 2023.

BRUM, Cristiano Enrique. A medicina vai a guerra: a missão médico-militar brasileira na França durante a Primeira Guerra Mundial (1918-1919). História: Debates e Tendências, 14 (2): 306-316, jul/dez, 2014.

BRUM, Cristiano Enrique. A (des) mobilização de médicos na Grande Guerra: o caso da Missão Médica brasileira na França (1918-1919). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2018.

CAMARGO, Angélica Ricci. Miguel Calmon Du Pin e Almeida. In: Biografias – Memória da Administração Pública Brasileira. 2022. Acesso em 30 set 2023. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/1087-miguel-calmon- du-pin-e-almeida

CARVALHO, Amalia Correa. Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. São Paulo: Todavia; 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Uma República tutelada. In: Forças Armadas e política no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Todavia; 2021.

CAVALCANTE, Ruth. Guerra do Pacífico: a história de uma derrota. Cadernos Prolam USP, 18 (34): 74-94, 2019.

CHANG, Aramis López. La acción de las ambulâncias de la Cruz Roja peruana y boliviana em la Batalla del Alto de la Alianza, 26 de mayo de 1880. Cátedra Villarreal, 5 (2): 173-194, 2017.

CID, Gabriel Ferreira. A missão médica militar na Primeira Guerra Mundial. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Programa de Pós-graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

CID, Gabriel Ferreira; FERREIRA, Gabriel Lobo. A missão médica militar na Primeira

Guerra Mundial. EsSEX: Revista Científica: 4: 91-102, 2022.
CONVENTION DE GENEVE. Actes de laConférence de Revision – reunie a Genève, 11 jun a 6 jul 1906. Genève: Imprimerie Henri Jarrys; 1906, p. 311.
CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Livo ata das Reuniões do Conselho Diretor Nacional: 1908-1929. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira, 1929.
CUNHA, Pedro Penner da. A diplomacia da paz – Ruy Barbosa em Haia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1977; 52 p.
DUARTE, Robinson Santos. Guerra de Canudos (1896-1897): da emancipação sertaneja a barbárie promovida pelo Estado-nação. Revista Geonordeste, ano XXXI, n. 1: 131-147; 2020.
ENLOE, Cynthia. Globalizationandmilitarism: feminists make the link. Lanham: Rowman&Littlefield, 2007, 187 p.
FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 1965.
FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO. Guia do papel auxiliar das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho África. 2ª ed. Genebra: IFRC, 2021, 36 p.
FORSYTHE,David P.; RIEFFER-FLANAGAN, Barbara A. J. The International Committeeof the Red Cross, a neutral humanitarian actor. Oxon: Routledge, 2007, 115 p.
GARCIA, Eugenio Vargas. Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa. Tempos de História, 4 (1): 103-124; 1996.
GASSER, Hans-Peter. A look attheDeclarationof St. Petersburg of 1868. In: International Review oftheRed Cross (1961-1007). Cambridge University Press, 33 (297): 511-516, 1993.
GILL, Rebecca. The origins of British Red Cross Society andthepoliticsandpraticesofrelief in war, 1870-1906 (Dossier: war, empire, Science, progress, humanitarismo. Debate andpraticewithintheinternationalRed Cross Movement from 1863 totheinterwarperiod. Asclepio Revista de Historia de la Medicina y de laCiencia, v. 66, n. 1, p. 29-42, 2014.
LABRIOLA, C. Cruz Vermelha Brasileira: gestão Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal (1908-1918). Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, UNIRIO, 2021.
LIMA, Jorge Alves. O ovo da serpente: Campinas, 1889. São Paulo: Arte e Escrita, 2013, 360 p.
LIRA, Isidro Huete. La medicina militar chilena durante la Guerra del Pacífico (1879-1884). ARS Médica Revista de CienciasMedicas, 30 (1), 2016.
LOPES, Raimundo Helio. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. In: ABREU, Alzira et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.
MACIEL, Tadeu Morato; MENDONÇA, Thaiane. A tutela como forma de atuação das

Forças Armadas: do marechal Rondon aos militares do governo Bolsonaro. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS (virtual), dez 2020.

MEINERO, Fernando Pedro; PERNA, Fernanda Haab. Teoria das organizações internacionais: análise dos elementos que permitem identificar a Cruz Vermelha enquanto organização internacional intergovernamental. Revista do Curso de Direito – FSG, 9 (17): 106-119, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de consulta para vigilância epidemiológica, assistência e atenção nutricional dos casos de béri-béri. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

MONTEIRO, Rogério. Pureza e desinteresse como distinção: as matemáticas entre engenheiros politécnicos na virada do século XIX para o XX. História Unisinos, 22 (4): 534-546; 2018.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silencio: a guerra contra o Paraguai(1864- 1870) 130 anos depois. Estudos Avançados, 9 (24): 243-254; 1995. https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200012

MUÑOZ, Luciano da Rosa. A política externa de Rio Branco. Cadernos de Relações Internacionais, 2 (2): 1-23; 2009.

NABUCO, Joaquim. Discurso do dr. Joaquim Nabuco pronunciado na kermesse organizada pela comissão central da Cruz Vermelha a favor dos feridos da Guerra Civil do Rio Grande do Sul a 2 de julho de 1893 no Cassino Fluminense. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1893, 13 p.

NAZARETH, Gleydson Gonçalves. As convenções e recomendações de direitos humanos da OIT e sua aplicação no direito brasileiro. Revista Jus Navigandi, ano 15 (2702); 24 nov 2010. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/17891. Acesso em 23 set 2023.

NOGUEIRA JR, João Flávio. Breve história da otorrinolaringologia: otologia, laringologia e rinologia. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, 73 (5): 693-703; 2007.

OLIVEIRA, André Luiz. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. Encontros Teológicos, 27 (1): 31-42, 2012.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Ideologia e ética militar no Brasil. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares [internet], 27 (11), 2012. Disponível em: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/236/213

PEREIRA, Antônio Celso Alves Pereira. Guerra nuclear e proteção internacional dos direitos humanos. Rev. Faculdade Direito UFMG, 26 (9): 9-21; 1983.

PORTO, F. Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery (1935-1956). Relatório de Pós-doutorado, Escola de Enfermagem USP, São Paulo, 2009.

PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. História da Enfermagem brasileira: lutas, ritos e emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007, 368 p.

SAES, Guillaume Azevedo M. A república e a espada: a primeira década republicana e o

florianismo. Dissertação (Mestrado em História Social) USP, São Paulo, 2005.
SANTOS, Marco. Demógrafos sanitaristas: o remédio era a boa estatística. Cadernos de Desenvolvimento Fluminense, 7: 185-204; 2015.
SILVA, Arthur Lobo da. O serviço de saúde do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex; 1958.
SILVA, Arthur Lobo da. Serviço de Saúde do Exército (memorial). [s.l.: s. ed.]. 2001.
SILVA, Alberto Martins. Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar. Brasilia: Thesaurus, 2004.
SILVEIRA, Isadora Loreto; QUAGLIA, Laura de Castro; CARDOSO, NathassiaArrúa de Oliveira; BITTENCOURT, Taiane de. A inauguração do multilateralismo na política externa brasileira: a participação do Brasil na 2ª Conferência de Paz de Haia. Fronteira, 9 (17): 29-46; 2010.
SOARES, Jô; SUZUKI JR., Matinas. O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada. vol. 1. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2017.
SOARES, Otávio Augusto B; SILVA, Leonardo Ferreira B; ORLANDINI, Fernanda Vieira C (orgs). Escola de Saúde do Exército: mais de umséculo de ensino em saúde militar. Rio de Janeiro: EsSEx, 2021.
SOUZA, José Edimar de. Notas de pesquisa: a batalha de Porongos no contexto da Guerra dos Farrapos (1844). Revista Expedições, 9 (3): 90-102; 2018.
SWIECH, Gregório Furtado. Barão do Rio Branco: entre o direito internacional e a política. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós-Graduação em Direito, UERJ, 2020.
TANAKA, Heiji. Doutrina e ideologia dos militares. Akrópolis, 12 (1): 57-66, jan/mar; 2004.
TAKA, Oguisso; DUTRA, Vanderli de Oliveira; CAMPOS, Paulo F. de Souza. Cruz Vermelha Brasileira: formação em tempos de paz. São Paulo: Ed. Manole, 2009.
TEIVE, Januária. Revolta da Armada. In: Que República é essa? Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 25 mai 2021. Acesso em 01 out 2023. Disponível em:http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/308-revolta-da-armada.html
TEIXEIRA, Márcio Leite. Munição de infantaria para combate em ambientes urbanos. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.
THOMAZI, Robson Luiz Marques. A hierarquia e a disciplina aplicadas as instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) Faculdade de Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2008.
WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Berlim: Dunker&Humblot, 2015.

3.3 ARTIGO 3 –ESCOLA PRÁTICA DE ENFERMEIRAS - CRUZ VERMELHA BRASILEIRA: *HABITUS* MILITAR PARA O EXERCÍCIO CIVIL[20]

3.3.1 Resumo

Objetivo: discutir o *habitus* militar na formação de enfermeiras da Escola Prática de Enfermeiras instituída na Cruz Vermelha Brasileira. **Método:** estudo histórico na dimensão da história social com delimitação temporal de 1916, data da criação da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, até 1946, gestão da primeira diretora enfermeira civil. Os documentos utilizados foram a partir de buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, atas institucionais e bibliografia de aderência. **Resultados:** por 30 anos, a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira teve a influência do *habitus* militar a partir de seus diretores e espaço de campo prático no Hospital Central do Exército. O *habitus* influenciou os símbolos e ritos no curso de enfermeiras da instituição.

3.3.2 Introdução

A enfermagem modernatem estreita relação com os conflitos bélicos internacionais Florence Nightingale se tornou o marco na reconfiguração da profissão em virtude dos cuidados prestados por pessoas leigas e religiosas, mediante sua atuação na Guerra da Criméia (1853-1856). Isto a tornou referência com uma escola de enfermagem (1860) para a formação de enfermeiras, mesmo diante das críticas com a medicina e o seguimento religioso[2], o que a imortalizou com o codinome de Dama da Lâmpada pela imprensa inglesa e após a sua morte (1910) foi erguido um monumento em espaço público como heroína britânica (1915)[3].

No Brasil, a figura escolhida como ícone da profissão enfermagem foi a de Anna Nery, em virtude de ser voluntária no conflito da Tríplice Aliança (1864-1870). Como viúva para atender aos feridos e doentes oriundos do conflito [4], inclusive com codinome de Mãe dos Brasileiros dado pelos soldados da pátria[5]. Tratou-se de personalidade disputada entre a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira – órgão central – Rio de Janeiro e a Escola de Enfermeiras Departamento Nacional de Saúde Pública para ser patronesse institucional com definição pela última instituição de ensino com a denominação, em 1931, Escola de Enfermeiras Anna Nery[2].

Dois vultos da profissão que têm em comum o gênero feminino, mas não só isso.

Para melhor elucidar o dito apresentamos o quadro demonstrativo n.3Quadro 3 – Similitudes entre Florence Nightingale e Anna Nery[3]

[20] Artigo submetido, referência no estilo Vancouver

Dados pessoais	**Florence Nightingale**	**Anna Nery**
Data de nascimento	12 de maio de 1820	13 de dezembro de 1814
Data do passamento	13 e agosto de 1910	20 de maio de 1880
SIMILARIDADES		
Voluntária na guerra	Guerra da Criméia	Guerra da Tríplice Aliança
Cognominada	Dama da Lâmpada	Mãe dos Brasileiros
Homenagem em vida	Medalha de Honra da Rainha Victoria	Medalha de Dom Pedro II
Destaque na imprensa escrita sobre o passamento	Jornal do Commercio (Br) (1910)	Jornal do Commercio (Br) (1880)
Precursora	Sociedades da Cruz Vermelha da Europa	Sociedades da Cruz Vermelha das Américas
Monumento	Londres (1915)	Rio de Janeiro (1956)

Em síntese, as similitudes apresentadas no quadro n. 1 evidenciam honrarias e visibilidade dada às duas. Contudo, há dissimilitudes, pois Florence ao retornar da Guerra da Crimeia abriu uma instituição de ensino e Anna Nery não. Por outro lado, a Mãe dos Brasileiros abriu uma enfermaria privada que funcionou, ao menos, no período de 1871-1875 pelos estudos realizados por Maria Lucia Mott[6]. Logo, se faz compreender no tempo presente as comemorações realizadas na enfermagem brasileira em maio de 12 – pelo nascimento de Florence - a 20 de maio – pelo passamento de Anna -, por meio do Decreto n.48.2020/1960, ao instituir a Semana Brasileira de Enfermagem.

Assim como elas, o nascimento da Cruz Vermelha ocorreu mediante a Batalha de Solferino (1859), com a vivência do genebrino Henry Dunant. Em síntese, ele foi à Itália para solicitar apoio de Napoleão III para seus negócios na Argélia, mas ao chegar à cidade se deparou com feridos deixados sem assistência, segundo relatado no livro “Memórias

de Solferino"[7]. Ele tinha admiração por Florence Nightingale e reconheceu sua influência na criação da instituiçao[8].

No Brasil, a Cruz Vermelha foi criada a partir da iniciativa de um médico civil, Joaquim de Oliveira Botelho e teve como presidente da diretoria provisória o sanitarista Oswaldo Cruz. Apesar de receber o apoio da comunidade médica brasileira, os primeiros anos de seu funcionamento foram presididos quase que exclusivamente por militares do Exército. Seu primeiro presidente foi Gregório Thaumaturgo de Azevedo, engenheiro militar, que esteve à frente da instituição desde sua criação (1908) até 1918. Ele foi admitido no Exército aos 15 anos de idade e se reformou na instituição no cargo de marechal. Foi durante sua gestão a criação dos Cursos de Enfermeira voluntária (1914) e profissional (1916), consequentemente a criação da Escola Prática de Enfermeiras (1916) ao abrigar ambos no órgão central da Cruz Vermelha Brasileira[9].

Cabe destacar que a filial da Cruz Vermelha de São Paulo teria criado o Curso de Enfermeiras Voluntárias anterior ao órgão central, em 1912, dirigido pela médica Maria Rennotte. Inclusive, com destaque na imprensa, em 1915, com preparo das enfermeiras para a I Guerra Mundial[10].

Apesar do atraso, Thaumaturgo de Azevedo já havia demonstrado interesse na criação da Escola anteriormente. O Curso de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira - diretório central foi posterior ao mesmo curso da Cruz Vermelha filial São Paulo e, por isso, podemos inferir a influência para o presidente da seção nacional[11].

O Curso de Enfermeiras Voluntárias (1914) era voltado para as senhoras consócias da instituição e não tinha a função de encaminhá-las para o mercado de trabalho, distintamente do Curso de Enfermeiras Profissionais (1916). Este era destinado às mulheres que iriam exercer a profissão como recurso de sustento da família, por tanto eram candidatas de classes sociais menos abastadas e algumas já exerciam a função sem formação técnica[11].

Na esteira dos acontecimentos, a Cruz Vermelha preparava enfermeiras para além das guerras, mas também para os tempos de paz e calamidades com a finalidade de atender as demandas da sociedade em clínicas, hospitais e atendimento em casas de famílias sob a direção do ensino por militares, o que chama a atenção. Por essa razão, o **objetivo** deste estudo é discutir o *habitus* militar na formação de enfermeiras da Escola Prática de Enfermeiras instituída na Cruz Vermelha Brasileira.

3.3.3 Referencial teórico

A teoria social de Pierre Bourdieu[12] nos leva a compreender as estruturas sociais a partir dos papéis dos atores e suas dinâmicas, assim sendo aplicaremos quatro conceitos do teórico, a saber: *habitus*, violência simbólica, rito institucional e representações objetivas e mentais

O conceito de *habitus* destina-se a forma inconsciente como o indivíduo age socialmente e é adquirido durante a vida, a partir da socialização ao mudar a pessoa e seu olhar sobre o mundo. Um indivíduo possui mais de um *habitus* que se apresenta como um componente estruturante e estruturado. Ele é estruturante porque determina como o indivíduo ao agir no ambiente social e estruturado ao ser construído pelas condições sociais inseridas pelo sujeito.

Bourdieu conceitua a violência simbólica[13] como um tipo de dominação que não é determinado pela força física, mas sim por meio das normas e valores, ao manter as estruturas sociais ao dificultar certas mudanças. Ela acontece a partir do conjunto de crenças perpetuadas no processo de socialização para que o dominador se mantém sobre o dominado de forma individual ou coletiva. A legitimidade do discurso conferida pela posição ocupada no espaço social é responsável pela perpetuação da dominação e consequentemente, exploração.

O dominante ou dominado é aquele que carrega a representação de tal colocação social em certas liturgias. Elas são ritos com símbolos objetais do poder simbólico de determinado grupo. Logo, elas têm efeito no imaginário e são reconhecidas com o objetivo de identificar e determinar o espaço ocupado, socialmente, para seus portadores ou propriedades[14].

Trata-se de um estudo baseado no método histórico, na dimensão da História Social. Barros[15] defende que ela é a mais ampla dimensão da história, pois as teorias perpassam pelas relações entre os sujeitos na sociedade. Esta compreende os mais variados domínios que, neste estudo, trata-se da História do Ensino com vertente social.

3.3.4 Método

A delimitação temporal corresponde ao período de 1916 a 1946, justificado com a criação da Escola Prática de Enfermeiras, da Cruz Vermelha Brasileira – órgão central sob a égide do médico militar Getúlio dos Santos e o marco final pelo início da gestão da instituição de ensino por Maria Beatriz Pontes de Miranda – enfermeira civil, respectivamente.

Outras delimitações aplicadas foram a geográfica e institucional. A primeira no Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal, e a segunda a Cruz Vermelha Brasileira – órgão central. Ambas se articulam entre si, considerando o espaço social como centro político do Brasil.

Os locais de busca da documentação foram: a Cruz Vermelha Brasileira – órgão central -, o arquivo do Exército Brasileiro situado no Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro (físico) e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nos espaços físicos buscamos: atas, relatórios institucionais, revistas institucionais e fichas profissionais, e no digital fonte com base nas palavras-chave (expressão): cruz vermelha brasileira e

professor da cruz vermelha brasileira.

Os documentos foram selecionados pelos critérios de inclusão: aderência as delimitações propostas aos temas de comportamentos e signos impostos as enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira - órgão central e de exclusão temática como representações secundárias e/ou com referência na instituição, tais como: conteúdos de publicidades comerciais de diversas modalidades, documentos referentes a instituição, mas sem articulação com a Escola Prática de Enfermeiras.

A análise documental ocorreu pela triangulação das fontes com aplicação dos conceitos propostos no referencial teórico para seguir na discussão com a literatura de aderência. Esta resultou em três subtítulos: Militares na Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira; Os militares e as enfermeiras; e *habitus* instituído para as enfermeiras.

Ressalta-se que a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa por se tratar de documentação de domínio público regulamentada pela Resolução n. 510/2016.

3.3.5 Resultados e Discussão

Embora a literatura sobre o tema [16] e a versão oficial da instituição [17] identifique Oswaldo Cruz como primeiro presidente da Cruz Vermelha Brasileira, sua diretoria foi provisória e na data marco da criação da instituição, Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi aclamado presidente [18]. Podemos partir dessa afirmação relatar que o primeiro presidente da Cruz Vermelha Brasileira era militar do Exército.

Militares na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira

Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi engenheiro militar e sua gestão na instituição teve duração de 10 anos (1908-1918) [18] e foi durante seu mandato a criação da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira que mantinha os cursos de enfermeira voluntária e profissional. Além do marechal Thaumaturgo de Azevedo, a Cruz Vermelha Brasileira foi presidida por outros militares: Antônio Ferreira do Amaral (1922-1929), Sebastião Ivo Soares (1929-1930 e 1942-1947) e Álvaro Carlos Tourinho (1930-1942). Todos os citados foram médicos militares que em sua trajetória profissional no Exército ocuparam o cargo de diretor do Hospital Central do Exército e diretor de Saúde do Exército que é o cargo máximo ocupado na área médica.

O regulamento do curso de enfermeiras determinava que apenas médicos sócios da Cruz Vermelha poderiam ser professores, com exceção à disciplina de economia doméstica e que às enfermeiras, lhe cabia apenas o papel de auxiliares de ensino. Além disto, o regulamentado da Escola previa cinco professores e um diretor. [19]

O primeiro diretor da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira foi o médico Getúlio dos Santos - oficial do Exército. Ele esteve à frente da instituição de

ensino até 1929, quando foi a óbito. Contudo, antes de sua morte foi autor do livro "Livro do enfermeiro e da enfermeira–para uso dos que se destinam à profissão de enfermagem e das pessoas que cuidam de doentes" publicado pela Cruz Vermelha e com edições em 1916, 1918 e 1928.[20]

O jornal O Paiz de 22 de outubro de 1915 [21] veiculou matéria que a direção da Escola Prática de Enfermeiras era exercida por Getúlio dos Santos. Ele também ministrava aulas, bem como o médico Ferreira do Amaral. Antônio Ferreira do Amaral na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, desde sua criação até 1922.

Após esse período, na gestão presidencial da instituição de Ferreira do Amaral - médico do Exército Brasileiro e com trajetória na direção do Serviço de Saúde do Exército, além de diretor do Hospital Central do Exército, Benfica, Rio de Janeiro - sua gestão na Cruz Vermelha Brasileira foi até 1929 [13], quando veio a falecer no exercício do cargo.

Após a morte de Getúlio dos Santos, como diretor por mais de uma década, não houve outro com gestão tão longa. Em 1946, houve uma de não militar na instituição de ensino, até então, os professores que se revezavam na direção eram médicos militares, mas assim como o primeiro diretor, eles eram oficiais de baixa patente, ou seja, major ou tenente- coronel, ficando o cargo da presidência da Cruz Vermelha Brasileira os militares - generais ou marechais.

Os militares não se limitavam à direção da Escola e ocupavam os cargos de professores também. É interessante pensar que apesar do curso formar enfermeiras, quem ensinava os cuidados de enfermagem não eram profissionais da categoria e sim, médicos. O regulamento da instituição de ensino previa que apenas sócios da Cruz Vermelha Brasileira podia ocupar o cargo de docente e inferimos que os profissionais de enfermagem das forças armadas não se associavam à instituição.

A Cruz Vermelha Brasileira tinha em seu corpo diretivo, a alta sociedade carioca. A direção da instituição era o reflexo do *habitus* pelo capital econômico e cultural dos sócios. Pensar a enfermagem no início do século XX até a década de 1910, quando eram poucos os cursos profissionais no Rio de Janeiro - Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1890), Curso de Enfermeiras no Hospital Evangélico (1912), Curso de Enfermeira da Policlínica de Botafogo (1917) [2] - para atender a demanda social. Logo, inferimos que o corpo de enfermagem das forças armadas era ocupado por enfermeiros práticos que vinham de classe social menos favorecida e, por isso, não tinham capital cultural para o ensino e ocupar espaço na Cruz Vermelha Brasileira.

Em 1946, a Escola foi dirigida por uma mulher civil e enfermeira pela primeira vez - Maria Beatriz Pontes de Miranda - ao se tornar diretora da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira. Ademais, ela foi eleita para o cargo diretivo (1945-1946) da Federação Nacional dos Enfermeiros, criada 1932 [22]. Não foi possível

identificar a instituição de formação dela, mas inferimos tratar-se da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira devido à sua posição social e idade. Um estudo[23] aponta que ela se tornou enfermeira com idade mais avançada para a época e pertencia à elite intelectual do Distrito Federal devido ao seu casamento com Pontes de Miranda, jurista, diplomata e escritor. Ela não tinha o perfil de estudantes da Escola de Enfermeiras Anna Nery, jovens de 20 a 35 anos de idade, solteiras ou separadas do marido ou viúvas[24].

Beatriz foi casada com o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), Pontes de Miranda. Ela era militante da causa feminista e, em 1947, foi vice-presidente da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino juntamente com Bertha Lutz, uma das mais conhecidas feministas do país [22]. Ela tinha certa proximidade com a enfermagem antes e documentou isso como Deputada Federal em prol da defesa do cargo de enfermeira como vocação feminina[25].

Apesar da primeira diretora enfermeira da Escola ter sido indicada, ainda, no mandato de um presidente militar, Sebastião Ivo Soares, presidente da instituição até 1947, foi um militar mais progressista. Podemos fazer essa inferência, devido a sua exoneração do cargo de diretor de Saúde do Exército por ter apoiado Washington Luis que, quando sofreu o golpe de Estado, em 1930, articulado por militares ao encerrar a vida política que privilegiava a elite latifundiária[26].

O presidente Washington Luis tinha uma agenda mais modernizadora que visava a urbanização do país e apesar do golpe de 30 ter sido apoiado por militares, Sebastião Ivo Soares apoiou a situação.

A presença dos militares na Cruz Vermelha Brasileira não se limitava ao cargo de presidente, visto que médicos militares eram professores e diretores da escola de enfermeiras da instituição. Além dos discentes, o campo de prática era o Hospital Central do Exército, o que insinua que a cultura carregada do *habitus* militar na formação das profissionais.

O quadro 4 mostra a relação de diretores da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira no período estudado.

Quadro 4 - Diretores da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha (1914-1947)

Diretor	Período	Ocupação
Getúlio dos Santos	1914-1929	Médico militar
Artur de Alcantara	1930	Médico

		militar
José Ascelyno	1933	Médico militar
Carlos Eugenio Guimarães	1935	Médico militar
Jesuíno de Albuquerque	1940	Médico militar
Artur Alcantara	1940, 1941, 1943	Médico militar
A Guilherme Gonçalves	1942	Não encontrado
Alvaro de Paula Guimarães	1943	Médico civil
Vivaldo Lima	1944	Médico militar
A Guilherme Gonçalves	1945	Não encontrado
Maria Beatriz Pontes de Miranda	1946	Enfermeira civil

A figura 8 indica o padrão de enfermagem desejado pela Cruz Vermelha Brasileira, baseado na disciplina e repressão, modelo de instrução militar, o que nos permite compreender o poder simbólico pela constituição do hospital nos moldes que conhecemos atualmente.

O hospital com função curadora ou reabilitadora nasceu nos hospitais militares para controlar o contrabando de mercadorias a partir dos hospitais marítimos e proteger os soldados a partir do valor atribuídos a estes, pois com o desenvolvimento de tecnologias de guerra, havia um treinamento para o *front* e esse homem treinado passou a receber investimento do Estado[27].

A disciplina esteve presente no nascimento do hospital moderno a partir da vigilância constante ao doente pela enfermagem. Para mantê-la, surgiram os sistemas de graus na carreira militar e nos hospitais entre os profissionais. Isto implicou em fabricar corpos docilizados[28] e a escolher alunas mulheres, visto que no período estudado não foram encontrados homens no curso,os diretores homens e militares nos levam a inferir que o modelo escolhido pela Cruz Vermelha Brasileira era de uma enfermagem com profissionais submissos ao médico como um soldado ao seu superior imediato.

Isso nos fez remeter ao III Congresso Médico Latino-Americano ocorrido no

Uruguai (1907), quando aspectos relacionados à enfermagem foram discutidos na seção Higiene e Demografia, por meio do discurso de Cecília Grierson – representante da Argentina[29].

Ela resgatou o dito da criação das instituições de ensino na Inglaterra e Estados Unidos da América, anterior à criação da escola criada por Florence Nightingale (1860), considerando às críticas realizadas por Charles Dickens. Em suma, ela apontou as fragilidades do modelo francês de Désiré-Magloire Bourneville comparado ao de Florence Nightingale, por exemplo, bem como recriminou o ensino na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, anexa ao Hospício Nacional de Alienados, por aceitar homens e estar centrada na direção da figura masculina. Contudo, termina sua preleção ao citar a necessidade de hierarquia no espaço hospitalar, ou seja, ela deveria seguir como nas forças armadas, quando os soldados deveriam ser as enfermeiras e os médicos os oficiais[30].

Bourdieu[13] identifica o *habitus* sexuado como a biologização do social. Isto reflete na divisão social do trabalho por muito tempo creditado pelas diferenças biológicas, creditando à mulher funções semelhantes à maternidade e ao trabalho doméstico. A escolha por mulheres para o serviço de enfermagem tem relação com a dominação masculina do espaço que confere mais prestígio ao reduzir as funções da enfermagem ao trabalho instintivo.

Essa perspectiva nos remete ao momento de criação da instituição, em 1863, quando os militares presentes na I Conferência de Genebra discutiram as atividades civis em campos de batalha com a preocupação de subordinação desses ao exército. Dunant defendia que cuidar dos feridos e doentes em guerra não deveria ser responsabilidade dos militares, mas sim de profissionais de saúde voluntários e civis[31].

Os militares e as enfermeiras

No Brasil, a presença dos militares na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira pode nos apontar para o interesse em formar profissionais influenciados pelo *habitus* militar para a participação em guerra e calamidade pública. Isto nos leva a inferir que a instituição tinha interesse em formar mulheres para ocupar os hospitais militares, visto que os presidentes da sociedade foram em sua maioria diretores de saúde do Exército e o Hospital Central do Exército, onde era seu principal campo prático. Logo, isso era favorecido no ensino sob prerrogativas militares, como característica da instituição na construção da identidade da enfermeira[32].

Como vimos anteriormente, o hospital como lócus de tratamento surgiu nos hospitais militares e a enfermagem era composta principalmente por homens, pois às mulheres era vedada a descoberta do corpo, inclusive do seu[33].As Escolas de Enfermagem, como a Cruz Vermelha Brasileira e a Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, era exclusivamente para o

sexo feminino. Existia uma feminização da enfermagem e as justificativas estão na inserção da mulher no mercado de trabalho e a crença de que o sexo feminino tem maior aptidão para o cuidado de enfermagem, visto que este é a reprodução do serviço doméstico como alimentar, higienizar[34].

Cabe ressaltar que o conceito de sexo está relacionado ao biológico e que as características sociais eram na época creditadas às definições biológicas e não de construção. A construção do conceito gênero e sua construção social foi amplamente divulgada pelo movimento feminista. Scott [35] relata que o conceito gênero é tão recente que, ainda, não tem seu caminho definido nos dicionários e enciclopédias das ciências sociais.

O caminho percorrido pela construção da profissão enfermagem nos leva a compreendê-la como uma profissão inventada. Apesar do cuidado existir "desde que há vida humana e como atos de humanidade"[36], ele enquanto atividade profissional foi construída e concebida como atividade meio da enfermagem. Apesar de dedicarmos a criação da enfermagem moderna à Florence Nightingale, a necessidade de profissionais com ensino formal é um projeto dos médicos. Helmstadter[37] levantou iniciativas anteriores à Escola de Enfermagem do Hospital Saint Thomas para a construção de um saber com base na disciplina para atingir a melhoria nos serviços de enfermagem em Londres.

Os médicos têm o *habitus* científico e dominam o campo saúde e isso torna o projeto de profissionalização da enfermagem uma engenhosa iniciativa de manter o prestígio sem dividir espaço ao limitar a enfermagem a um papel secundário. Florence Nightingale trouxe como proposta, o protagonismo das enfermeiras que deveriam deixar o papel de assistente dos médicos para o cuidado de enfermagem baseado no método científico. Sabe-se que existiram outras enfermeiras contemporâneas de Nightingale, mas o *habitus* herdado de sua classe social a distinguiu.

No Brasil, essas iniciativas também partiram dos médicos com a criação das primeiras Escolas como Alfredo Pinto, Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery na figura de Carlos Chagas. Com exceção da Escola profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (seção feminina), a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e a Escola de Enfermagem Anna Nery eram exclusivamente voltadas para as mulheres. A justificativa para essa escolha nos indica um projeto de feminização da profissão para manter a ordem social patriarcal[13], quando o médico detinha o saber e a enfermeira repetia a função doméstica feminina.

No caso da Cruz Vermelha Brasileira, a violência simbólica [13] era cometida pelo *habitus* masculino e militar ao mesmo tempo. Esta tinha por objetivo manter o *status quo* entre dominados e dominadores. Frequentar o Hospital Central do Exército, um ambiente de cuidado prestado pelo masculino, como estagiárias, pois as primeiras enfermeiras ao

ingressarem no Exército Brasileiro ocorrem após a Segunda Guerra Mundial[38], era inovador, mas podemos pensar que só foi possível pelo fato dos militares estarem em importantes posições dentro da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira.

***Habitus* instituído para as enfermeiras**

O uniforme apesar da semântica nos trazer a ideia de tornar semelhante, uniformizar, tem o objetivo de diferenciar. Ele ou entendido como farda é uma das representações objetais de uma instituição ou status social[39].

O fardamento tem seu surgimento no século XV com a criação dos exércitos. Apesar de anteriormente a este marco, os soldados já utilizavam roupas semelhantes entre si, apenas com a criação dos exércitos permanentes que foram traçadas fardas para identificar os soldados inimigos no campo de batalha. Logo, o enfardamento militar representou a profissionalização do exército[39].

O uso da farda gera uma nova identidade e códigos de conduta daquele que a está vestindo. Sua função de controle e padronização traz distinção social e comunica hierarquia[40]. Elas são utilizadas para a incorporação de papéis no coletivo ao impedir a individualização[41]. São características de instituições que impõe uniformes aos seus indivíduos: a escola, o hospital, os militares. A Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira transita por essas três instituições: é escola e por isso uniformiza as alunas, frequentam o hospital como campo de estágio e segue as regras militares a partir de seus diretores.

A enfermagem desde sua primeira Escola no país exigia o uso de fardamentos e simbologias, o que permitia a identificação da Escola de origem desses profissionais. Compreendemos a Enfermagem como profissão nascida em campos de batalha e o uso de uniformes/fardas para o ensino e prática profissional aproxima a profissão com seu nascedouro.

O braçal é uma peça de tecido que envolve a parte superior do braço. O nome foi advindo da palavra francesa brassard (bras=braço) [42] e sua origem é desconhecida, mas alguns textos referem à uma adaptação mais prática da proteção dos braços pelas armaduras medievais. A escolha da cruz vermelha sobre o fundo branco como símbolo da Cruz Vermelha ainda não está claro, mas existe a teoria de que houve influência da Ordem de São João de Jerusalém que utiliza uma cruz vermelha em fundo branco no peito e algumas vezes no braço. Essa ordem militar cristã auxiliava os soldados feridos em guerra na figura de seus cavalheiros hospitalários[43].

O braçal ou braçadeira é uma indumentária que tem a função de identificar o grupo, instituição ou espaço ocupado por quemo veste. A Cruz Vermelha desde sua criação prevê o uso do braçal com a cruz vermelha para fins de neutralidade e proteção. Segundo a Convenção de Genebra[44], aqueles que ostentam o signo no peito ou braço não podem

ser atacados. Logo, portá-lo era assumir a identidade da instituição e comunicar sua distinção entre outros. Utilizar o braçal significa que aquele que ostenta é a própria instituição, tal qual o policial que representa o Estado em uso do braçal lhe conferindo a legitimidade da força.

O uso do braçal está associado diretamente à influência militar da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha, pois o ele foi utilizado em guerra por acreditar que era uma identificação mais visível em combate.

O símbolo da cruz vermelha em fundo branco está associado ao serviço de saúde, hospitais e ambulâncias. É um símbolo anteriormente utilizado pelas ordens religiosas em atendimento como por exemplo os cavaleiros hospitalários que usavam uma cruz no peito e/ou num braçal. Essa ordem militar religiosa era responsável por muitos hospitais na Europa medieval e foi aparelhada com armaduras, cavalos e lanças[45].

A escolha da cruz vermelha sobre o fundo branco para ser o símbolo da Cruz Vermelha foi escolhido como o símbolo da caridade e não se sabe quais participantes do Congresso de Genebra sugeriu, mas acredita-se que a influência da Ordem de São João de Jerusalém e os cavalheiros hospitalares tenham influenciado pois muitos aristocratas, governantes, militares e médicos pertenciam a essa ordem[46].

Utilizar o símbolo da Cruz Vermelha conferia à Escola a representação de uma instituição internacional. Ela se apossou do símbolo de tal forma que utilizá-lo com outras representações às sanções que diferem conforme a legislação local. O Decreto n. 2380, de 31 de dezembro de 1910, proibia o uso por instituições diferentes, exceto as forças armadas.

As alunas da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha juravam perante a bandeira com o símbolo da Cruz Vermelha como rito de formatura[47]. Para os militares, o juramento à bandeira, é um rito de passagem que marca o abandono do *status* de cidadão civil para militar[48]. O juramento como rito de formatura das alunas da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha tinha a simbologia de compromisso com a instituição Cruz Vermelha, visto que o juramento é para seu símbolo.

Limitações do estudo

O estudo encontra limitações pela falta de mais fontes tratadas sobre a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, visto que os documentos foram perdidos e o edifício, onde funcionava foi colocado à leilão. As atas de reunião se limitaram aos anos de 1908- 1927.Deixamos para estudos futuros a contribuição da primeira diretora mulher da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira enquanto representante do movimento feminista da época.

3.3.6 Considerações Finais

A profissão de enfermeira foi um projeto médico-masculino que não aconteceu apenas no Brasil, mas o caso da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira nos indica que a escolha do sexo feminino para a função auxiliar do médico se deu com base na teoria da dominação masculina, visto que os professores da instituição eram homens, militares e médicos. A combinação desses três *habitus* que trazem privilégios sociais facilitando institucionalizar a posição de dominância sobre as alunas docilizando o corpo egresso da Escola.

A contribuição deste estudo se pauta em compreender que o cuidado não é função exclusiva do gênero feminino e sim, uma construção a partir da imagem da enfermeira-mãe-mulher que encontrou na profissão a possibilidade de ascender socialmente. O apoio do movimento feminista, inclusive dentro da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, contribuiu para a feminização da enfermagem, visto que atualmente as mulheres são maioria da força de trabalho da profissão.

Referências

1. Costa R, Padilha MI, Amante LN, Costa E, Bock LF. O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo. Texto Contexto – Enferm [internet].2009 **[acesso em 10 out 2024]**; 18(4): 661-9. **Disponível em**: https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000400007
2. Porto F. Cinderelização: de camareiros/as a enfermeiros/as (1890-1931) [Tese de professor Título]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2024.
3. Porto F**.** Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery (1935-1956) [Relatório de estágio de pós-doutoramento]. São Paulo: Escola de Enfermagem de São Paulo, Universidade de São Paulo; 2009.
4. Cardoso MMVN, Miranda CML. Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira. R BrasEnferm. Jul/set 1999; 52(3): 339-48.
5. Porto F. Anna Justina Ferreira Nery: exame microscópio da biografia e pós-passamento. Rev IGHB. 2020; 115: 149-169.
6. Mott L. Anna Néri: uma personagem muito festejada, mas pouco conhecida. RevInstHist e Geogr Bras. Abril/junho 2002; 163(415): 203-207.
7. Moorehead, C. Dunant'sdream: war, SwitzerlandandthehistoryoftheRed Cross. New York: Carroll & Graf Pub; 2001.
8. Boissier P. Florence Nightingaleand Henry Dunant. International Review oftheRed Cross. 1973 **[acesso em 5 out 2024]**; 13(146): 227-38. DOI: 10.1017/S0020860400006203
9. Labriola C, Porto F, Lourenço LHSC. Gregório Thaumaturgo de Azevedo e a

enfermagem brasileira. RevPesqui (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) [Internet]. 8º de fevereiro de 2022 **[acesso em 5 out 2024]**; 14: e-10523. **Disponível em:** https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10523

10. Porto F, Santos TCF. A divulgação da competência técnica em socorro das enfermeiras da Cruz Vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (1917-1918). RevEletr de Enferm. 2006 [acesso em 20 set 2024]; 8 (2): 273-281. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_2/v8n2a12.htm.
11. Labriola C, Porto F, Oliveira AS, Sousa RP. Cruz Vermelha Brasileira: ensino e saúde nos jornais do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Brasil (1911-1918). Cuad Ed Desar [internet]. 2023 **[acesso em 24 set 2024]**; 15(12): 15718-36. **Disponível em:** https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2128
12. Bourdieu P. A Distinção: crítica social do julgamento. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Zouk; 2011.
13. Bourdieu P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2003.
14. Bourdieu P. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2008.
15. Barros JD. A história social: seus significados e seus caminhos. LPH Rev Hist. 2005 **[acesso em 10 nov 2024]**; 15: 235-56. **Disponível em:** https://lph.ichs.ufop.br/publications/lph-revista-de-hist%C3%B3ria- volume15-2005-%E2%80%A2-departamento-de-hist%C3%B3ria-ufop
16. Porto F, Campos PF de S, Oguisso T. Cruz Vermelha Brasileira (filial São Paulo) na imprensa (1916-1930). Esc Anna Nery [internet]. Jul 2009 **[acesso em 20 set 2024]**; 13(3): 492-9. **Disponível em:** https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300006
17. Cruz Vermelha Brasileira. História da CVB. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira. [acesso em 15 out 2024]. **Disponível em:** http://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/
18. Labriola C. Cruz Vermelha Brasileira: gestão de Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal(1908-1918) [mestrado em Enfermagem]. Rio de Janeiro (Basil): Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2021. **Disponível em:** https://www.unirio.br/ppgenf/dissertacoes-ppgenf-unirio-ano-2021/claudia-labriola/view
19. Boletim da Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira. Regulamento da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira. 1919; 1916-1919: 97-97.
20. Aguiar S, Veraldo T, Cruz C, Goulart S, Porto F. Enfermeiras no rito de passagem de Getúlio dos Santos (1929). CogitareEnferm. 2013; 18(3): 521-6.
21. O Paiz. Cruz Vermelha Brasileira. O Paiz. 22 de outubro de 1915; pg. 2.
22. Souza MIS, Abdala-Mendes MF. A formação científica e profissional das mulheres

no Brasil: a contribuição de Bertha Lutz. HistCienc Ensino. 2018; 18 (especial): 22-46.

23. Abrão JLF. Marialzira Perestrello: mulher de vanguarda e pioneira da psicanálise. Memorandum. 2016; 30: 38-62.
24. Menezes SS, Baptista SS, Barreira IA. O perfil das (os) alunas (os) de enfermagem da Escola Anna Nery: décadas de 20, 30 e 90. Esc Anna Nery RevEnferm. Abr/set 1998; 2 (1): 34-48.
25. Sousa LGP, Sombrio MMO, Lopes MM. Para ler Bertha Lutz. Cad Pagu [internet]. Jan 2005; 24: 315-25. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100016
26. Mayer JM. Luis, Washington. Dicionários históricos biográficos: primeiro república. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas **[acesso em 20 set 2024].Disponível em:** https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LU%C3%8DS,%20Washington.pdf
27. Foucault M. A microfísica do poder. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2021.
28. Foucault M. Vigia e Punir: nascimento da prisão. 27ª ed. Petrópolis: Vozes; 1987.
29. Nascimento FT, Amorim W. Os congressos médicos latino-americano e a enfermagem (1904-1907). In: Porto F, Amorim W (orgs.) História da Enfermagem – identidade, profissionalização e símbolos. São Caetano: Yendis; 2013.
30. Almeida M. Das cordilheiras dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929) [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2003.
31. Morehead, C. Dunant'sdream: war, SwitzerlandandthehistoryoftheRed Cross. New York: Carroll & Graf Publisher; 1999.
32. Mecone MCC, Freitas GF, Bonini BB. Formação em enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira na década de 1940: uma abordagem foucaultiana. RevEscEnferm USP. 2015; 49 (esp. 2): 60-67. DOI: 10.1590/S0080-623420150000800009
33. Padilha MI, Borenstein MS, Bellaguarda MLR, Santos I. Enfermagem: história de uma profissão. 3ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora; 2020.
34. Lopes MJM, Leal SMC. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. Cad Pagu [internet]. 2005Jan; (24): 105-25. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100006
35. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educ Real [internet]. 1995; 20 (2): 71-99. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667
36. Coelho EAC, Fonseca RMGS. Pensando o cuidado na relação dialética entre sujeitos sociais. RevBrasEnferm. 2005; 58 (2): 214-7. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/9tS7nTM6Yyn7ks7F6Y9Hh8q/?lang=pt&forma t=pdf

37. Helmstadter C. Early Nursing reform in nineteenth-century London: a doctor-drivenphenomenon. Med Hist. 2002; 46: 325-60. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0025727300069386
38. Oliveira AB, Santos TCF, Barreira IA, Filho AJA. As enfermeiras da força expedicionária brasileira e a divulgação de seu retorno ao lar. RevLat-amEnferm. Nov/dez 2009; 17 (6): 1050-56. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000600019
39. Halpern EE, Leite LMC. O "uniforme" e o "copo": entrecruzamentos (des)necessários. RevContemp de Antropol. 1º sem 2014; 36: 179-209.
40. Borges, LO. A produção de identidade através dos uniformes escolares: significação e conceituação. RevLhiste. Jul/dez 2015; 3 (2): 322-36.
41. Enriquez E. Vida psíquica e organização. Ogs. Motta FCP, Freitas ME. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2000.
42. Larousse É. Définitions: brassard - Dictionnaire de français Larousse [Internet]. Larousse.fr. 2024 [acesso em 4 dez 2024]. Availablefrom: https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/brassard/11003
43. Nicholson HJ. The knights hospitaller. New York: The Boydell Press; 2001.
44. Visser LE. La Convention de Genevedu 22 aout 1864. Les Sociétés de la Croix
45. Rouge. La Haye: LibraireBelinfanteFréres; 1902.
46. Ramos LGG. Papado, cruzadas y órdenes militares, siglos XI-XIII. Madrid: Cátedra; 1995.
47. Hutchinson JF. Rethinking the origins of the Red Cross. Bull Hist Med. 1989; 63: 557-78.
48. Porto F, Santos TCF. O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal (1924-1925). Esc Anna Nery R Enferm. Abril/junho 2009; 13 (2): 249-55.
49. Nunes JA. Breve considerações historico-jurídicas sobre a institucionalização do juramento de bandeira nas forças armadas. Rev Militar. Maio 2021 **[acesso em 7 dez 2024]. Disponível em:** https://www.revistamilitar.pt/artigo/1559

SEÇÃO 4 -EXAME DA HIPÓTESE

49.1 Introdução

Nesta seção, apresentamos o exame da hipótese com base nos resultados das seções anteriores, na modalidade de artigos, para confirmar, refutar ou relativizá-la em prol da produção do conhecimento como possibilidades de versões e interpretações.

Para tanto, antes precisamos da síntese dos resultados das seções anterior para em seguida examinar a hipótese traçada. Assim sendo, recuperamos a ideia central dos resultados da seção 3 com o artigo intitulado Cruz Vermelha: ideia e difusão.

Neste artigo, pudemos acompanhar o processo para a divulgação da Sociedade de Ajuda aos Soldados Feridos – primeiro nome da instituição - em Genebra. O protagonismo de Henry Dunant e sua figura mítica foi relativizada, pois a contribuição de Gustave Moynier e sua rede de contatos concretizou a proposta. As estratégias utilizadas pelo Comitê dos Cinco, somadas aos *habitus* de cada um dos participantes foi imprescindível para a materialização da ideia.

Numa época em que a organização de congressos contava com a participação de pessoas influentes, utilizar dessa cultura para divulgar e criar uma conferência para disseminar o preceito da Convenção de Genebra até sua assinatura foi um passo acertado. Apesar de ser considerada uma empreitada de sucesso, a Cruz Vermelha não foi uma idéia inédita, visto que na Itália, França e Bélgica já haviam apontado para a necessidade de melhores tratamentos dados aos feridos em batalha, mas somente a Cruz Vermelha conseguiu conquistar a adesão das nações e apontamos as estratégias de divulgação utilizadas como razão para o sucesso.

Ainda na seção 3, analisamos e discutimos a ideia de militarização com o segundo artigo, Cruz Vermelha Brasileira: a ideia de militarização. Em síntese, ele indica o momento de criação da Cruz Vermelha no Brasil a partir da viagem do médico Joaquim de Oliveira Botelho à Suíça, mas apesar de ser o idealizador da instituição no país, ficou a cargo de Oswaldo Cruz a ocupação da cadeira de presidente da direção provisória. Apesar do sanitarista ser indicado como primeiro presidente da Cruz Vermelha no país, o regimento interno e a data de criação foram determinadas com o engenheiro militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo ocupando este cargo.

Depois do marechal Thaumaturgo de Azevedo, mais três militares foram indicados à presidência da instituição e todos tiveram longos mandatos. Eles tinham em comum a posição na alta hierarquia do exército e ter na corporação, sua primeira experiência profissional visto que Thaumaturgo de Azevedo teve toda a sua formação na instituição e os demais que eram médicos foram absorvidos desde sua conclusão de curso na Faculdade

de Medicina.

Com o artigo denominado Escola Prática de Enfermeiras – Cruz Vermelha Brasileira: *habitus* militar para o exercício civil, apresentado como terceiro artigo, discutimos e analisamos alguns aspectos sobre a formação das enfermeiras da instituição. Em suma, pudemos identificar que a participação dos militares ia além da presidência da instituição, pois os diretores da Escola de Enfermeiras também eram militares e o campo de prática das alunas aconteciam no Hospital Central do Exército.

A influência dos militares na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira se deu por meio de signos e ritos com o objetivo de incorporação do *habitus* militar para as alunas que utilizavam fardamento, braçal, realizavam o juramento ao símbolo da instituição em suas formaturas que também contava com a participação de autoridades militares.

Mediante aos resultados das seções anteriores partimos para o exame da hipótese ao articular o que foi dito e não dito. Em outras palavras, examinamo-la na perspectiva da microanálise, em metáfora, arguimos a proposição teórica em dois campos de observação para entendermos o texto e contexto para confirmar, refutar ou relativizá-la.

49.2 Exame da Hipótese

A hipótese a ser examinada é:

Os militares configuraram a Cruz Vermelha Brasileira com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação com reflexo na formação das enfermeiras institucionais.

Como dito antes, ela foi examinada em dois campos de observação. Isto em virtude do entendimento do que se trata de um laboratório historiográfico, com base no que cita Ginzburg, Castelnuovo e Poni (1989) apropriado por José D'Assunção Barros (2007).

Para Ginzburg, Castelnuovo e Poni (1989, p. 180) a expressão laboratório historiográfico é o espaço para a produção de provas (evidências[21]), mas não irrefutáveis, para a construção de possibilidades de narrativas, como espaço de experiências, também apropriada[22] por Barros (2007, p. 170) especialmente, ao aplicar a metáfora que é possível enxergar em uma gota d'água algo do oceano por inteiro. Isto implica que ao examiná-la é aceitável compreender, dentro de suas limitações, a composição molecular da água, por exemplo.

[21] Termo aplicado no sentido estreito da relação história e retórica (Ginzburg; Castelnuovo e Poni, 1989 e Ginzburg, 2002).

[22] O termo apropriação é aplicado na perspectiva de Roger Charthier(Guimarães, 2021) no sentido de mesclar e inventar possibilidades de um sentido único, como também a produção de outros.

Isso se articula a proposta do grupo de pesquisa Lacuiden, como laboratório de pesquisa no campo da história da enfermagem e cuidado com ênfase em imagens, como uma das estratégias nos constructos para novas versões e interpretações.

A trajetória do exame da hipótese se deu com base nos resultados, como dito, articulado a alguns conceitos de Pierre Bourdieu em discussão com outros teóricos e literatura de aderência.

Os militares configuraram a CVB com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação

Na teoria de Pierre Bourdieu, os militares seriam as estruturas estruturantes e estruturadas (Bourdieu, 2002, p.170), isto é, impregnado pelo *habitus* militar pelas suas ações. O *habitus* estrutura o pensar e o agir militar e é estruturado por ele. Para a introspecção e manutenção dele, existe a seleção, formação e distinção reconhecida socialmente.

Os quartéis e as escolas militares são os responsáveis pela produção dessa estrutura de forma individual e coletiva. Castro (1990, p. 36) identificou os ritos de formação de oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras, apontando para a construção da identidade que conta inclusive com a seleção a partir da desistência de cadetes. As normas gerais de ação conduzem às ações dentro e fora da academia. Isto nos mostra que a produção do espírito militar estrutura aqueles que se deixam estruturar formando um grupo homogêneo permitindo a produção do *habitus* militar.

As normas de ação não estão limitadas às academias de formação de oficiais, pois na admissão de praças inclui cursos de formação intensivos que afasta o indivíduo da sociedade durante sua duração. Essas escolas são baseadas na disciplina e hierarquia com cotidiano organizado ao permitir o estudante a desenvolver habilidades mentais e físicas, a partir do ethos e hexis corporal, esperadas de um soldado (Atassio, 2012, p. 52). Ao inculcar esse *habitus*, o indivíduo assume estruturas geradoras e organizadoras de práticas e adotam sentimentos de pertencimento a partir das representações de seu cargo (Bourdieu, 1990, p. 171).

Neste aspecto, a hexis corporal e o ethos entendidos como dimensões do *habitus* são produzidos, concomitantemente, em direção ao coletivo (Bourdieu, 2007, p. 47). A hexis é a disposição física do *habitus*– inculcação incorporada - é identificada a partir do estilo do corte de cabelo, maneira de falar, por exemplo, e œthoso valor interiorizado a partir da educação como condutas sociais clivadas nos espaços militares - quartéis, escolas e academias militares

Os militares das forças armadas possuem a crença que fazer parte de um grupo distinto da sociedade é estar imbuído de capital simbólico. Este os fazem ser reconhecidos em sua distinção por si e em grupos – interno e externo. Para manter essa posição na

hierarquia social por eles instituída, fazem uso de estratégias para a manutenção da estrutura. Assim sendo, o ato mágico do *habitus* - em fazer ver e crer - é a mantido em suas ações práticas pelos signos e normas difundidos.

O campo como espaço social é onde os agentes se encontram posicionados. Este pode ser físico ou abstrato ao representar o micro no macrocosmo social (Bourdieu, 1983, p. 90). Este dialoga, direto e/ou indiretamente, o que nos faz recorrer a Revel (1998, pág. 14) no sentido do micro (relativização) engendrar o macro (fundamentalista) nas relações sociais. Logo, para examinar o fragmento da hipótese se faz necessária atenção, pois a Cruz Vermelha Brasileira é uma entidade civil (micro) em comparação ao exército (macro), mas que não impede o diálogo entre ambas, com suas devidas limitações e reservas.

As posições são ocupadas a partir de suas leis próprias e estabelecidas, como resultados de lutas simbólicas entre dominados e dominantes. Estas relações são compreendidas como a configuração. Isto implica que hierarquicamente o poder simbólico se faz presente, por meio da violência, ao estabelecer posição ao fazer ver e crer com base nos capitais como posição legítima e legitimizada.

A manutenção das forças armadas, mais precisamente do Exército na Cruz Vermelha Brasileira, entendemos como configuração institucional fora do espaço militar. Isto teve por efeito as escolhas de seus presidentes, por meio de eleições – prática civil -, e na participação direta na formação das enfermeiras da instituição. Logo, o campo da Escola Prática de Enfermeiras da CVB era um lócus de atuação dos militares para práticas civis e ao mesmo tempo inculcarem suas crenças na formação do *habitus* delas.

A teoria das representações sociais de Moscovici (2007) justifica a escolha de militares de alta patente do exército para os cargos de presidente da instituição. Esta tangencia a teoria de Bourdier (1998), por meio do efeito de porta voz, quando o grupo se faz representar um agente legitimado de poder e autoridade no campo.

As representações sociais têm a função de classificar o indivíduo, dando-lhe o valor a partir da trajetória de sua história, costume e conteúdo cumulativo (Moscovici, 2007, p. 40) ao refletir o que ele representa para o grupo; enquanto Bourdieu identifica-a como porta voz do grupo (Bourdieu, 1998, p. 82). Assim sendo, Moscovici entende o grupo representado pelo indivíduo e Bourdieu o amplia pelo poder que cada um atribuí a um dos seus o poder e autoridade para agir em seu nome.

Isso significa, pela perspectiva de Bourdieu, que na Cruz Vermelha Brasileira os militares representavam os *habitus* militares, tendo porta voz à ocupação em cargos diretivos na instituição. Neste sentido, a ocupação hierárquica construída na entidade era dada pela representação do grupo, o que nos faz entender e ratificar a compreensão da configuração como efeito simbólico oriundo da inculcação do *habitus*, mesmo que por releitura – em espaço civil.

A hierarquia instituída na Cruz Vermelha Brasileira era aplicada na Escola Prática de Enfermeiras, por exemplo, na divisão social do trabalho – enfermeiras voluntárias e profissionais (Santos, 1928). Ela era estruturada pelo Regimento Interno da instituição de ensino ao replicar, em parte ou no todo, a inculcação legítima dos militarismo, em releitura, adaptada para ensinar e exercer as atividade apreendidas. Isto nos conduz ao entendimento que a escola era, de fato, o espaço social de treinar/adestrar as aspirantes a enfermeira a terem condutas e ações, seja nos ritos e nos cuidados a ser prestado, quando o *habitus* adquirido era o resultado do exercício do poder simbólico submetido e a sua replicação nas instituições de saúde.

Neste momento, arriscamos ao entendimento da relação militar com a sociedade civil, ou seja, uma simbiose simbólica. O termo aplicado adjetivado no sentido das representações sociais, o que requer certa reflexão.

Segundo Ricklefs (2010), simbiose é um conceito da biologia que representa a relação de dois organismos diferentes que convivem trazendo vantagens recíprocas como a coevolução. Para Cassirer (2017, p. 27), o homem é um animal simbólico que transforma suas relações com o meio, pois a linguagem, o mito, a arte e a religião fazem parte desse mundo por ele criado. Logo, considerando as devidas proporções e limitações, a configuração da Cruz Vermelha Brasileira e o militarismo apontam indícios, quando articulamos ganhos mútuos, mediante as adaptações das normas e aspectos simbólicos - linguagem, rito, comportamentos -, como uma das formas de instituir o *habitus* pelo exercício do poder simbólico.

Ao aprofundar o exame da hipótese na reflexão da simbiose simbólica, a princípio em duas camadas – externa e interna -, entendemos certa relação harmoniosa em prol de um objetivo comum – atender aos feridos e doentes em momentos de conflitos bélicos e nas calamidades públicas. Isto não significa que não havia lutas simbólicas entre os envolvidos, mas que em nome da instituição nacional com matriz internacional as ações humanitárias eram de maior objetivo.

A simbiose simbólica também pode ser entendida pelos jogos de interesses dita por Bourdieu. Estes ocorrem quando, por exemplo, o reconhecimento é aspecto relevante para ambas as partes envolvidas. Isto implica que para o Exército era ampliar sua ideologia e raios de ação para além dos limites territoriais dos quartéis e espaços de comandos para a esfera civil e para a Cruz Vermelha Brasileira era a possibilidade de se manter no campo, especialmente da saúde, com o fortalecimento da credibilidade do que se produzia simbolicamente.

A reverberação da Cruz Vermelha Brasileira na sociedade, podemos citar diversas em releituras na imprensa, tal como nas publicidades com vista ao consumo de bens materiais - os remédios, por exemplo. Estudos sobre a veiculação desses produtos ocorriam nas revistas da Semana e Fon-Fon, quando as artes publicitárias utilizavam

atributos das enfermeiras, por meio dos signos institucionais – símbolo da cruz na paleta de cor vermelha, por exemplo, (Porto e Santos, 2010; Silva et al, 2015) - para o consumo e pela credibilidade que as agentes mensageiras – enfermeiras – ofereciam (Porto e Santos, 2008).

Para tanto, ao reduzirmos mais a escala de observação com vistas a Cruz Vermelha Brasileira (macro) e a Escola Prática de Enfermeira (micro). Isto possibilitou clarividente no exame da hipótese sobre outra camada da militarização na instituição.

Dito de outra maneira, a simbiose simbólica ocorrida entre os militares e a Cruz Vermelha Brasileira produzia efeito na formação das enfermeiras. Ao reduzirmos mais o campo de observação, nos fez remeter ao efeito de reprodução da crença simbólica da Cruz Vermelha articulada as enfermeiras como um dos resultados da pesquisa de Mercedes Neto (2011).

Em síntese, o círculo da crença simbólica (Pierre Bourdieu, 2004, p. 23) é determinante de onde advém o poder no sentido de consagrar o agente mensageiro no campo. Isto fez com que ocorresse em quem representava o reconhecimento por outrem.

Para tanto, Neto (2011, pag. 108) construiu um esquema sinóptico (anexo n. 1) com a finalidade de entender o fenômeno investigado, quando identificou que a enfermeira formada pela Cruz Vermelha Brasileira era, de fato, a agente mensageira (Porto e Santos, 2008). Logo, ela reproduzia a crença instituída no Brasil, produzida pela matriz internacional, sendo sua função repleta de interesses em prol do efeito de credibilidade e manutenção dos ideais depositados na sociedade, se fazendo ver e se fazendo crer.

Considerando a reprodução da crença citada por Bourdieu (2004) aplicada na pesquisa por Neto (2011) clivada na Cruz Vermelha (Brasileira), de fato, podemos identificar aderência e coerência com a simbiose simbólica. Esta ocorreu com o militarismo e a instituição brasileira em manter as características particulares entre si, mas com concessão de credibilidade entre elas, por exemplo, pelo signo – a cruz vermelha em fundo branco.

Isso pode ser comprovado pela regulamentação do uso do signo da Cruz Vermelha Brasileira com a seguinte redação.

Artigo 3º - O emblema da Cruz Vermelha sobre o fundo branco e as palavras CRUZ VERMELHA não poderão ser empregados, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra, senão para proteger ou designar os productos ou estabelecimentos sanitários, o pessoal e material protegido pela Convenção (artigo 23 da Convenção de 06 de julho de 1906). Parágrafo Único – É expressamente proibido o uso do emblema da Cruz Vermelha como marca de fábrica ou commercio. Para que se dê a imitação, não é necessário que as semelhanças, a possibilidade de erro e confusão, sempre que a diferença das duas marcas não possam ser reconhecidas, sem exames attento ou com”front”ação (...) Artigo 8º - Esta lei se aplica ao uso do signal da

94RUZ VERMELHA pelos militares na forma das leis e regulamentos relativos ao Exército e à Armada (Cruz Vermelha Brasileira, 1923, p. 52).

Ademais, as enfermeiras formadas pela Cruz Vermelha Brasileira são apontadas como subordinadas ao Ministério da Guerra pelo Decreto n. 21.141/1932 em seus artigos:

> Art. 33. O diploma dos enfermeiros militares, bem como o das enfermeiras diplomadas pelas Escolas Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, por sua legislação subordinada, ao Ministério da Guerra, serão reconhecidos idôneos em qualquer outro departamento governamental, não ficando as respectivas escolas sujeitas à equiparação e fiscalização previstas no decreto n. 20.109, de 15 de junho de 1931
>
> § 1º Essas escolas terão fiscalização permanente da Diretoria de Saude da Guerra para onde serão anualmente remetidos as programas de ensino, elaborados pelas respectivas congregações, para necessária aprovação.
>
> § 2º Os diplomas de enfermeiro militar, ou da Cruz Vermelha Brasileira, facultam o exercício da profissão, no meio civil em qualquer parte do território nacional, uma vez registados na Diretoria de Saude da Guerra.
>
> (...)
>
> Art. 40. O Governo poderá deixar de preencher vagas de enfermeiros militares para admitir, em serviços de especialização (duchas, massagens, serviço de ginecologia e pediatria das policlínicas, etc.), em comissão, e com os vencimentos correspondentes ao primeiro posto do quadro de enfermeiros, enfermeiras diplomadas por escolas idôneas, de preferência as diplomadas pela Cruz Vermelha Brasileira, e neste caso a Diretoria de Saude submeterá a proposta de nomeação à aprovação do ministro da Guerra.

Até o momento o campo de observação reduzido para o exame da hipótese "Os militares configuraram a CVB com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação" se mostra confirmada relativamente. Isto em virtude da dominação que iremos melhor averiguar no sentido do masculino mais adiante de forma transversal.

Sobre a configuração a simbiose simbólica articulada à reprodução da crença de Bourdieu evidencia a ratificação da assertiva, mesmo que em termos. Logo, seguir no exame da hipótese de forma aprofundada em mais um campo de observação reduzida no sentido do reflexo na formação das enfermeiras institucionais.

49.3 [com] Reflexo na formação das enfermeiras institucionais

Para darmos continuidade ao exame da hipótese, por meio de sua redução na frase [com] reflexo na formação das enfermeiras institucionais, seguiremos por alguns aspectos, a saber: a dominação masculina e *habitus* por Bourdieu, e gênero pela história das mulheres.

Em 1916 ocorreu a criação da Escola Prática de Enfermeiras nas dependências da Cruz Vermelha Brasileira – órgão central – Rio de Janeiro. Contudo, cabe lembrar que na filial de São Paulo havia um Curso de Enfermeiras Voluntárias (1912) e no contexto

inicial da I Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, cria-se o Curso de Enfermeiras Voluntárias (1914) e depois o Curso de Enfermeiras Profissionais (1916), quando a instituição de ensino – Escola - abrigou ambos.

A direção da instituição de ensino era do médico Getúlio dos Santos e depois dele outros mais seis diretores militares até que em 1946, uma enfermeira civil assumiu a Escola Prática de Enfermeiras. Pensar nessa perspectiva requer trazer à luz do exame da hipótese a presença dominante do masculino pelo arco temporal traçada pela pesquisa.

No ensino para a formação das enfermeiras na instituição os docentes eram homens exceto na matéria de economia doméstica e aquelas como instrutoras no campo de prática. Isto pode ser entendido pelas palavras de Bourdieu (2003), ao citar que o espaço privado era destinado ao feminino e o público o masculino.

Por outro lado, a educação em espaço privado, em ensino domiciliar, cabia ao feminino, mas no campo da saúde quando o dominante era o masculino, pois eles precisavam ministrar o que as enfermeiras deveriam saber para não haver competição, ou seja, estabelecer os limites na atuação. Isto nos faz remeter ao neologismo de cinderelização aplicado por Porto (2024), quando no período de análise e discussão ocorreu de 1890 a 1931, no contexto desde o internacional ao nacional com diversas disputas entre médicos/as e enfermeiras para a profissionalização da Enfermagem brasileira.

A limitação para ensinar enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira pelo feminino era delimitado ao ensino de economia doméstica quando após anos de formação de mulheres enfermeiras, uma mulher assume a direção da Escola Prática de Enfermeiras. Mas precisamos retroceder no tempo aos anos de 1910 a 1930, quando eles dominavam. Isto implicava em não colocar em risco a inculcação do *habitus* militar na formação das voluntárias e profissionais para a enfermagem. Logo, a dominação masculina se fazia presente com estratégias nos ritos e hexis corporais, por exemplo, o que direcionava a disciplina rígida envernizada pelos aspectos militarizantes.

Cabe destacar que a inserção de mulheres no campo militar ocorreu de forma limitada quando da posição de alunas ou instrutoras, entende-se como auxiliar do docente, as formandas não ocupavam o cargo de enfermeiras no Exército, pois apenas homens poderiam exercer a profissão.

As primeiras mulheres a serem admitidas no Exército ocorreram em 1943. Isto nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial como enfermeiras formadas, especialmente, pelo Curso de Samaritanas promovida pela Cruz Vermelha Brasileira (Bernardes; Lopes; Santos, 2005). Tal fato, coaduna ao movimento feminista no país que culminou com o direito ao voto feminino, em 1932, bem como a promulgação do Decreto n. 21.141/1932 referente às formandas da instituição.

Apesar de o movimento feminista ter perdido forças na década de 1940, também

foi nesse momento que a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira admitiu sua primeira diretora mulher e enfermeira. Maria Beatriz Pontes de Miranda pertencia ao movimento feminista, sendo a vice-presidente de Bertha Lutz na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Pinto, 2010).

A simbiose simbólica trouxe ganhos e perdas para os agentes envolvidos, pois as enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira portaram o *habitus* militar e tinham a representação social desses, mas ficaram em cargos hierárquicos de subordinação ao masculino na formação profissional devido ao poder e dominação masculina no campo.

As enfermeiras careciam de capital suficiente para mudar as regras do jogo social institucionais naquele microcosmo – Escola Prática de Enfermeiras - e as que tinham capital simbólico como, por exemplo, Edith Magalhães Fraenkel – egressa da instituição como Enfermeira Voluntária da turma de 1918 e depois empregada no Departamento de Nacional de Saúde Pública (DNSP), ao liderar o Serviço de Visitação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose (1920) - foi estrategicamente convencida por Ethel Parsons – enfermeira norte-americana e Superintendente do Serviço de Enfermagem do DNSP (1921) - para a implantação da enfermagem de saúde pública, nos modelo anglo-saxônico, talvez, para não afastá-la para disputa simbólica em prol do ensino da enfermagem brasileira (Porto, 2024).

A incorporação do *habitus* militar pelas egressas da CVB pode ser identificado a partir do ensino ministrado nos cursos de enfermagem, por meio das materiais e atividades práticas, ministradas por docentes militares. Para Bourdieu (1997a, p. 22), o *habitus* é incorporado a partir da socialização do sujeito no campo em que atua. Apesar das estudantes terem seu *habitus* primário e dotadas de capital simbólico, se precisa reconfigurar para o secundário no sentido de configuração da instituição.

As estudantes sofreram violência simbólica durante a trajetória de formação até a reconfiguração de seu *habitus*, mas os militares também sofreram mediante a inserção delas nos espaços do cuidar. Este ambiente era dominado pelo masculino, logo, a simbiose simbólica possui seus dois lados, ao menos, de agregar valor e a violência para manter o equilíbrio entre os organismos envolvidos.

Para docilizar a violência simbólica praticada pela presença das estudantes no espaço militar, algumas táticas foram elaboradas. Para Certeau (2008, p. 101), a tática é a ação calculada para se manter no território inimigo docilizando a mobilidade permitida por ele. Ela não se conserva/mantem, pois trata-se de ganho temporário, considerando a obstrução normativa militar para a sua inserção Exército até as circunstâncias da II Guerra Mundial. Logo, o status de poder era efêmero no entendimento o trânsito do feminino apenas aprender e cuidar em treinamento, mas não como profissionais.

O aproveitamento do campo prático no Exército evoca o conceito de efeito de lugar de Bourdieu (2008, p. 157) em que o espaço físico define a posição do agente no

espaço social e para melhor performance. As estudantes eram imbuídas de códigos militares e sua passagem pelo espaço de cuidar do exército acrescentava capital simbólico para sua formação. De forma simbiótica, a passagem delas pela instituição hospitalar militar favorecia o acúmulo de capital simbólico e o Hospital Central do Exército melhorava a qualidade do cuidado aos pacientes internados, por exemplo, bem como os códigos militares ostentados por elas tratavam em seus uniformes com representação dos signos da instituição internacional, pois ele tinha a função de expressar distinções.

Roche (2007, p. 245) identifica que a origem do uniforme é militar e que os princípios do uso são: inculcar o ethos militar e instilar o senso de hierarquia. Para Lurie (1997, p. 33), o uniforme tira a humanização de quem o veste e o transforma em uma instituição militar, civil ou religiosa. Logo, o uniforme das estudantes evocava a distinção e a hierarquia no interior da instituição.

O braçal utilizado pelas estudantes nos remete às insígnias de distinção nos uniformes do exército. Os símbolos que identificam e hierarquizam os agentes sociais ostentados em seus braços. A escolha do atributo como forma de identificar um voluntário da Cruz Vermelha foi justificado pela facilidade de visualização no campo da guerra, da mesma forma que no Exército pelo soldado.

O uniforme, o braçal e o símbolo ostentado no peito das estudantes são representações objetais utilizadas como estratégia de manipulação e dominação. Eles representam a instituição com fortes elementos em releitura oriundos dos militares. Carregá-los fornecia autoridade legítima a quem a portava, fazendo menção ao ausente pelo presente na representação (Chartier, 1990, p. 20).

A socialização no campo Escola Prática de Enfermeiras - Cruz Vermelha Brasileira - se fazia por meio das relações e ritos similares aos dos militares que foram adaptados para a realidade da instituição.

Os ritos importados da tradição castrense eram de violência simbólica para a inculcação do *habitus* militar. Essa estratégia mantinha os porta-vozes no poder de forma legitimada e inquestionada. Afinal, eles eram os portadores dos ritos com tradição a ser seguida para a inculcação de valores simbólicos.

Apontar para ritos, como tradição nos faz remeter a tradição inventada, segundo Hobsbawn & Ranger (2008, p. 9). Esta era criada pelos presidentes e diretores da Escola Prática de Enfermeiras para produzir a distinção, o que se trata de condição de passagem.

Essa condição de passagem estava no rito de formatura ao imprimir de forma mágica outra identidade (Segalen, 2002, p. 49) – enfermeira. Nele é expresso o juramento à bandeira, bem como fazem os militares com imposição do braço semelhante ao que ocorria nas formaturas das enfermeiras da CVB, bem como a instituição com o artefato do braçal e seu signo (Porto e Santos, 2009).

As formaturas aconteciam no pátio da instituição e contava com a presença de

autoridades políticas e militares, o que formaliza a liturgia e sua legitimidade (Segalen, 2002, p. 33). Ademais, ele é considerado a confirmação do encerramento da formação profissional e reconfiguração do *habitus* representado pela entrega do diploma.

Para tanto, a liturgia da diplomação é uma das maneiras de materialização e apresentação social dos *habitus* inculcado ao atestar o objetivo atingido pelos códigos investidos pertencentes a determinado grupo (Segalen, 2002, p. 31). Logo, é evidenciar que a enfermeira diplomada passou pelo processo necessário para atuar nos espaços do cuidado, bem como deveria manter o simbólico como pertencimento a lembrança de ter passado pela caserna.

49.4 Hipótese: confirmada, refutada ou relativizada?

Chegamos ao momento de responder à questão anunciada no subtítulo. Pensar no exame da hipótese "Os militares configuraram a Cruz Vermelha Brasileira com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação com reflexo na formação das enfermeiras institucionais" é estacionar para se posicionar.

Na trajetória do exame da hipótese várias reflexões ocorreram, inclusive revisitar o que foi escrito nas seções anteriores, até mesmo no sentido de relativização. Isto ocorre pelo tempo da escrita que é diferente do amadurecimento intelectual.

A Cruz Vermelha Brasileira oriunda da reprodução da crença da Cruz Vermelha com seus signos internacionais precisava de apoio para sua materialização, o que as palavras ajudam, mas carecem de erguer paredes e produzir ações. Elas se encontram no campo simbólico, repletas de ideologias representadas de signos, o que tivemos a oportunidade de ler sobre a ideia circulante no século XIX no discurso de Joaquim Nabuco.

Anos mais tarde, ocorreu movimentação para sua materialização e com ele os ritos, signos, influências, porta-vozes para a criação, passando para a consolidação e manutenção da crença estabelecida.

Os militares, de fato, configuraram a Cruz Vermelha Brasileira, não apenas eles, mas com forte influência. Os ritos e signos foram adaptados em comunhão com os instituídos no âmbito internacional, quando emergiu a simbiose simbólica, como ensaio teórico e teorizante pela pesquisa construída pela pesquisadora.

O poder simbólico simbiótico ocorreu entre o Exército e a Cruz Vermelha Brasileira sob o domínio do masculino, por meio da violência doce ou não, ao forjar diversos aspectos para sua consolidação, dentro do período pesquisado.

A necessidade da presença feminina estava em pauta transversal de texto e contexto, quando a luta simbólica ocorreu em cenário de dominação. A hierarquia estabelecida era do masculino, mas sem exclusão total do feminino, considerando o contexto do movimento feminista da época com a Diretoria Feminina da instituição.

A Escola Prática de Enfermeiras deveria ser um lócus para dominação do feminino, mas o masculino obstruiu até a década de 1940, quando uma mulher assumiu a direção da instituição de ensino. Isto implicou em violência simbólica, mas também violentou o espaço do cuidar exercido por mulheres no Hospital Central do Exército antes exclusivo masculino.

Mediante ao exposto, em síntese, pelo exame realizado a hipótese que **os militares configuraram a Cruz Vermelha Brasileira com seu *habitus* tornando-a campo de poder e dominação com reflexo na formação das enfermeiras institucionais** foi confirmada. Isto se deve pelas argumentações teóricas e teorizantes, mas de forma verossímil, pois o passado ficou lá. Afinal, examinar o passado requer relativizações e não construções de verdades absolutas.

Assim sendo, não queremos com isso afirmar que o conhecimento produzido até aqui não esteja repleto de desconexões, lacunas, incertezas, fragmentos perdidos e ruínas a serem exploradas (Ginzburg; Castelnuovo; Poni,1989). Sua construção ocorreu com base em fontes históricas, mas não como janelas escancaradas e nem entre muros, mas pelo entendimento que ele - conhecimento – é possível, mesmo de forma verossímil (Ginzburg, 2022), sendo necessário empreendimento no aspecto da vigilância epistemológica (Japiassu, 1991).

SEÇÃO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cruz Vermelha foi criada em Genebra por um grupo de cinco homens representantes da elite suíça. Havia no grupo, o herói militar, o médico cirurgião, comerciante, filantropo e o médico especialista em medicina militar. À época de sua criação, era uma instituição com o objetivo de organizar e fornecer serviço de auxílio aos feridos em guerra de forma voluntária e complementar aos exércitos dos países signatários. Os serviços voluntários deveriam ser neutros mesmo pertencendo aos países em combate.

A necessidade de melhorar o atendimento aos feridos em guerra já havia sido apontada, mas não teve sucesso. A Conferência que culminou na criação da Cruz Vermelha não fez menção aos seus percussores e nem mesmo convidou estes para o evento. Os pais da ideia não queriam dividir o holofote, mas perderam a oportunidade de congregar mais simpatizantes pela causa.

A Cruz Vermelha trata Henry Dunant como o principal fundador do movimento deixando os demais cofundadores ofuscados apesar da importância de Dufour e Moynier, este último principalmente. Dunant recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1901 protagonizando a história da Cruz Vermelha deixando os demais como figurantes da cena de criação do Direito Humanitário Internacional. Seus biógrafos também contribuem para a manutenção do mito, mas pesquisas recentes apontam que Dunant era um homem ambíguo.

Acreditar que o livro de Dunant foi o responsável pela criação da Cruz Vermelha seria muito ingênuo, pois nem todos os apoiadores foram leitores. A estratégia de divulgação do livro não foi suficiente e infelizmente Moynier não recebeu os créditos na história oficial deixando Dunant como o herói. Em algumas biografias de Dunant, Moynier é retratado como o vilão que perseguiu e empobreceu Dunant, expulsando-o da instituição, mas não há evidências suficientes para comprovar.

Henry Dunant envelheceu na miséria, perdeu todo o seu patrimônio, fugia dos inimigos que queriam matá-lo, mudou de cidade várias vezes. Todas esses indícios me levam a acreditar que ele sofria de um transtorno mental não identificado. Mas a falta de um diário com registro dos seus pensamentos torna o diagnóstico falho.

Moynier foi presidente da Cruz Vermelha até sua morte, mas apenas Dunant foi indicado ao prêmio Nobel por sua criação. Pensar que a instituição oficializa o mito de Dunant como criador da Cruz Vermelha tendo Moynier como o presidente, me faz crer que a ideia de perseguição de Dunant se tratava de um delírio persecutório que acontecia apenas em sua cabeça adoecida.

A partir desta pesquisa, fica claro que algumas versões confirmadas oficialmente

pela Cruz Vermelha não são reais. Escolher o símbolo da cruz vermelha sobre o fundo branco em homenagem ao país de origem da instituição é outro mito que vem sendo repetido com o objetivo de aceitação por parte das nações não cristãs, pois a cruz foi o símbolo utilizado entre religiosos cristãos em campos de batalha como por exemplo os cavaleiros hospitalários e os camilianos.

Não foi encontrado indícios da escolha do símbolo da Cruz Vermelha, mas Henri Dufour, militar que compunha o Comitê dos Cinco, foi o responsável pelo desenho da bandeira suíça que foi influenciada pela bandeira do Cantão da Suiça. Por essa razão, infiro que o símbolo foi escolhido por Dufour, mas é sabido que na Conferência de Genebra estavam presentes importantes cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém e existe a possibilidade de a escolha pela cruz vermelha como símbolo ter sofrido influência desses.

A escolha de um símbolo de fácil reprodução, título da instituição autoexplicado e o uso de seu distintivo em local visível para adquirir imunidade justifica a concretude do projeto levando à criação de Sociedades por todo o planeta. Podemos também conferir o sucesso ao grupo de trabalho formado pelo Comitê dos Cinco de Genebra, pois todas as iniciativas anteriores foram solitárias. Com esses indícios, confirmo a importância de todos os cofundadores e retiro sobre a figura de Dunant o papel de protagonista da criação da entidade distribuindo o mérito para cada um dos integrantes do Comitê que originou a Sociedade.

Diferente da criação da Cruz Vermelha em Genebra, no Brasil a instituição teve um idealizador, mas outros receberam o crédito. Joaquim de Oliveira Botelho, médico, mobilizou a sociedade médica e militar para a criação de uma Cruz Vermelha no país, mas Oswaldo Cruz protagonizou o evento quando aceitou ser o primeiro presidente da instituição numa diretoria provisória.

Existiu uma Cruz Vermelha Brasileira anterior a que conhecemos hoje, mas falta material para compreender sua trajetória e porque não deu certo. Encontrei em minhas pesquisas por jornais, os anúncios das reuniões desta, mas não encontrei mais nada que venha trazer mais informações.

Apesar da Cruz Vermelha Brasileira ter o busto em homenagem ao primeiro presidente no interior do que era o palácio da Cruz Vermelha Brasileira, que atualmente está abandonado e foi colocado em leilão, mas sem interessados, defendo que o primeiro presidente da instituição foi o marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Penso que Oswaldo Cruz ficar no cargo de presidente de uma diretoria provisória anterior a data decriação foi um combinado entre as partes para elevar o cargo da Sociedade utilizando o nome deste cientista internacionalmente conhecido. No momento de criação da Cruz Vermelha no Brasil, ele já tinha o reconhecimento da sociedade.

Não acredito que Oswaldo Cruz aceitaria ser presidente, mas depois reclinar do cargo. Penso que ele cedeu sua imagem para a materialização da ideia. Penso que a relação Joaquim de Oliveira Botelho/Oswaldo Cruz pode ser futuramente pesquisada. Acredito que relacionar a instituição ao nome de Oswaldo Cruz deu privilégios à Cruz Vermelha, mas o que Oswaldo Cruz ganhou em troca?

Defendo que o primeiro presidente foi Thaumaturgo de Azevedo porque na reunião de criação da entidade, Oswaldo Cruz entrega o cargo e o militar assume por aclamação. Foi esta reunião que regulamentou a entidade. Acredito que foi combinado com todos, mas também penso que o crédito deve ser dado a quem realmente atuou no cargo. Gregório Thaumaturgo de Azevedo teve uma gestão de muito trabalho, mas penso que o momento colaborou para suas conquistas. Afinal, ser o primeiro traz alguns benefícios como por exemplo, fundar todos os serviços, visto que nada existia anteriormente.

E foi exatamente o que Thaumaturgo de Azevedo fez. Criou cursos de enfermagem, a Escola de Enfermeiras, conquistou o terreno a duras penas e contribuiu com o tratamento durante a pandemia de gripe espanhola. Foi o vice-presidente na chapa de Oswaldo Cruz e por isso já deveria estar combinado sua escolha, mas a verdade é que não existe indícios para isso além do fato dele presidir as reuniões pela ausência do importante médico sanitarista.

A Seção Feminina da sociedade foi por muito tempo apontada como a responsável pela criação da Escola de Enfermeiras, mas encontrei nas atas institucionais que Thaumaturgo de Azevedo já tinha demonstrado o interesse pela criação do curso. Thaumaturgo de Azevedo era casado e tinha 7 filhas mulheres e nenhuma estudou enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira, o que me leva a crer que a presença das mulheres na instituição o incomodava e não quis envolver suas filhas que foram estudar para ser professoras.

A Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha manteve a instituição nas páginas dos jornais e por isso posso confirmar que a enfermagem foi tão importante para a Cruz Vermelha como a Cruz Vermelha foi para a enfermagem. A instituição não foi a pioneira na formação de enfermeiras deixando esse posto para a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto criada no nascer da República, mas foi tão importante quanto.

A manutenção do título de primeira escola de enfermagem nos moldes nightingaleano conferido à Escola de Enfermagem Anna Nery sempre me deixou com a dúvida sobre o que é o modelo ninghtingaleano? A diferença crucial entre a Escola Anna Nery e a Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha era o papel da mulher na formação. Enquanto a Escola Anna Nery tinha como docentes as enfermeiras, a Cruz Vermelha tinha médicos, assim como a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, atual Escola de

Enfermagem Alfredo Pinto.

Não me deixa dúvidas que a Cruz Vermelha foi uma escola com importante papel formador para a profissão, pois o símbolo da Cruz Vermelha esteve atrelado a enfermagem por muito tempo. Pesquisas anteriores a minha me mostraram que o uniforme da Cruz Vermelha era utilizado em propagandas de medicação indicando a crença na instituição e em suas enfermeiras.

A crença na instituição pode ser devido ao seu internacionalismo, mas no Brasil seu nome esteve atrelado aos militares que ocupavam cargos de presidente e estavam presentes na Escola Prática de Enfermeiras. Depois da Guerra do Paraguai, os militares alçaram o posto de salvadores da pátria culminando no golpe republicano. Desde então, os militares se colocam no lugar dos garantidores da democracia, mesmo sendo os responsáveis pela ditadura que durou duas décadas.

Durante muito tempo, não houve suspeitas de corrupção nas forças armadas porque não existia transparência institucional e a imagem dos militares era ilibada. Essa imagem pode ter sido a responsável pela escolha de militares para os cargos diretivos da Cruz Vermelha no Brasil. Esses militares, principalmente do Exército, foram eleitos ou aclamados presidentes da instituição. Também ocupavam cargos de diretores e professores da Escola de Enfermeiras.

É interessante observar que os militares na Cruz Vermelha Brasileira presidiram até 1947, antes da instauração da ditadura militar, o que corrobora com a ideia de credibilidade das forças armadas após a Guerra do Paraguai. A escolha do presidente era na maioria das vezes por eleição, mas dos militares foram escolhidos por aclamação. Por não se tratar de um cargo indicado pelo presidente do país, pode-se inferir que os escolhidos passavam a imagem de cidadãos com competência de gestão, integridade e honestidade.

A saída desses militares do posto de presidente da Cruz Vermelha Brasileira se deu por motivo de óbito ou renúncia, com exceção do primeiro militar na presidência. Gregório Thaumaturgo de Azevedo ficou 10 anos como presidente da instituição por reeleição. Desde o ano de 1908, ano de criação da instituição, até 1918 quando foi derrotado nas eleições devido aos escândalos envolvendo seu nome nas páginas do jornal O Paiz. Thaumaturgo de Azevedo, foi descrito em minha dissertação, foi apontado como responsável por uma carta anônima publicado em jornal denunciando a seção feminina da instituição de desvio de verba.

Os demais militares no posto tinham em comum a medicina, uma carreira de sucesso dentro do Exército e a aposentadoria no mais alto posto dentro das forças armadas, o posto de marechal. Também foram diretores do Hospital Central do Exército, campo de estágio das alunas da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, e

diretores de Saúde do Exército, o mais alto posto dentro da saúde na instituição.

Além de militares na presidência da Cruz Vermelha Brasileira e na escola de enfermeiras da instituição, as alunas frequentavam o Hospital Central do Exército como principal campo de prática e algumas disciplinas eram ministradas nas dependências desse hospital. O acesso das alunas de enfermagem em um hospital militar foi uma importante mudança de paradigma, pois o hospital militar era masculino e as moças que frequentavam em campo de estágio eram na maioria das vezes, moças de alta sociedade carioca.

Os presidentes da CVB terem sido diretores do HCE facilita a entrada das alunas em campo de estágio. Essa inserção de mão dupla, chamei de simbiose simbólica. Esse conceito foi importado da Biologia, ecologia para ser mais exata, que significa viver junto. Dois organismos de espécie diferente convivendo e evoluindo igualmente. Os militares e as alunas de enfermagem viviam em simbiose simbólica, mas o *habitus* incorporado é o *habitus* do mais forte, os militares.

A incorporação do *habitus* pelas alunas foi a partir da violência simbólica a partir da relação entre a dicotomia homem/mulher, militar/civil, médico/enfermeira. Nessa simbiose, o *habitus* que domina é o do poder legítimo: os signos masculinos.

A primeira metade do século XX, tempo estudado por mim, foi uma época de mudanças nas relações de gêneros. As mulheres começaram a se afastar das atividades domésticas, pelo menos de forma exclusiva e na Cruz Vermelha Brasileira puderam ocupar cargos de liderança como a Seção Feminina. Esta seção era um corpo diretivo paralelo ao corpo diretivo masculino, mas como menos poder. Acredito inclusive, que a saída de Thaumaturgo de Azevedo se deu pelo machismo comum em um homem nascido no século anterior, militar e do interior do país, ele era nascido em Barras, interior do Piauí.

O militar Getúlio dos Santos foi o responsável pela gestão mais prolongada da história da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira. Essa gestão foi encerrada por motivo de seu falecimento em 1929. Getúlio dos Santos tinha o projeto de fornecer para o mercado de trabalho enfermeiras com boa formação e para isso publicou um livro que contribuiria para a profissão. Getúlio era médico militar e como iremos discutir mais a frente, o redirecionamento da profissão foi um projeto médico.

Não existe registro de pagamento para os professores ou diretores da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, mas certamente trouxe visibilidade para o profissional médico fazer parte do corpo docente, pois verifiquei em minhas pesquisas que os anúncios de jornais publicados pelos médicos que trabalhavam na referida escola continham entre dados do seu currículo, o cargo de professor da instituição. Me parece que trazia confiabilidade ao profissional ser professor de enfermagem.

No regulamento de criação do curso de enfermagem, era exigido do docente que fosse sócio da instituição e cabia aos médicos as disciplinas específicas da enfermagem e a outras consócias, a disciplina de economia doméstica. Como antes citado, o fato do médico militar Getúlio dos Santos ter sido o único que ficou no cargo desde a criação da Escola de Enfermeiras mais de uma década e após sua saída foi uma alta rotatividade no cargo, podemos inferir que as vantagens de se manter diretor da escola não eram muito convidativas.

Os diretores que passaram pela Cruz Vermelha Brasileira foram em sua maioria médicos militares, mas no final da década de 1940, justamente o final da delimitação temporal da pesquisa surge uma diretora mulher e civil. Diferente de todos os diretores anteriores. Maria Beatriz Pontes de Miranda desponta como uma mulher à frente de seu tempo, pois em 1947 lidera o movimento feminista no Brasil, se torna enfermeira já com a idade considerada avançada para iniciar uma nova profissão, dirige uma Escola que tinha uma cultura militar anterior e como diretora da Escola P r á t i c a de Enfermeiras da Cruz Vermelha, discursa na Escola de Enfermeiras Anna Nery sobre a importância da Cruz Vermelha para o país.

A primeira diretora mulher enfermeira, exige de suas filhas que tenham profissão para conquistar a independência financeira e poder se casar por amor. Pode-se inferir a partir deste discurso, sua infelicidade no casamento que veio a terminar em 1949. Maria Beatriz foi a primeira namorada de seu marido, Pontes de Miranda, um jurista, escritor, diplomata, que ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Entendo a partir desta assertiva que Maria Beatriz era uma mulher que assim como Florence Nightingale, educada e culta. Esta inferência é a partir do capital cultural de seu esposo que provavelmente escolheria uma mulher do seu nível intelectual para o casamento.

Até 1946, a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira foi dirigida quase que exclusivamente por médicos militares. Fica para pesquisas futuras a contribuição de Maria Beatriz para o curso enquanto mulher, feminista e civil. Ainda faltam respostas sobre as alterações que dona Beatriz provocou, mas sabe-se que a Escola de Enfermeiras reduziu suas turmas na década de 1930, retomando seu funcionamento na década de 1940.

Apesar da Cruz Vermelha Brasileira ter perdido seu prestígio enquanto instituição de auxílio e formadora de profissionais de enfermagem, seu símbolo ainda é internacionalmente reconhecido pela simplicidade e por se confundir com a história da saúde, pois a cruz vermelha em fundo branco é facilmente confundida com o símbolo da ambulância, dos hospitais e farmácias.

Por esse motivo, uma pessoa com um símbolo como o da cruz vermelha em seu uniforme, não deixa dúvidas de se tratar de uma pessoa da profissão de enfermagem.

Apesar da cruz vermelha ser um símbolo para uso em guerra ou calamidade pública, ele se confunde com todos os serviços de saúde. Inclusive, em 1961, uma lei obriga todos os serviços de saúde se identificarem com uma cruz vermelha sobre fundo branco deixando a exclusividade da simbologia que marca a instituição internacional.

Mas na década de 1920, o uniforme das alunas com a cruz vermelha no peito, o braçal com o símbolo e o véu conferia para aquelas que os vestiam a credibilidade de uma instituição reconhecida. Suas enfermeiras eram representadas em propagandas de remédios e outros serviços. O ritual de formatura da Escola era muitas vezes noticiado em páginas da imprensa e a ritualística do momento marcava a transição da mulher civil para a enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira.

Essa ritualística se assemelha em muito a transição do cidadão civil para o militar praticados na caserna. Juramento à bandeira, colocação do braçal ou medalhas, uso do uniforme profissional e deixando o uniforme do aluno das academias militares. Essas representações institucionais têm o objetivo de incorporar a missão da entidade representada.

Esses objetos de representação e o ritual de transição marca a morte de um indivíduo para o nascimento de um novo profissional que carrega a legitimidade da entidade. A aluna da Escola Prática de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira carrega a farda, o braçal e o símbolo da instituição. Essa aluna é um indivíduo antes, outro durante e um terceiro após sua formatura na instituição.

Penso que ter militares como professores, diretor de ensino e presidente da instituição, inculcou o *habitus* militar nessas enfermeiras egressas da Escola Prática da Cruz Vermelha. Esse modelo era o adequado para a função, visto que a profissão de enfermeira foi um projeto médico que necessitava de uma auxiliar subordinada e ofuscada como um soldado e com conhecimento suficiente para cumprir com as tarefas, mas sem questioná- las.

O projeto de enfermagem surgiu em momento oportuno, pois as mulheres estavam desejosas de ter uma função social com maior visibilidade, insatisfeitas com as atividades do lar. Também coincidiu com o período entre guerras que exigia a contribuição de todos na vida econômica do país com o aumento da industrialização e urbanização das cidades. Mas na Cruz Vermelha, o papel das mulheres ficou limitado. Pensando numa instituição com capital militar, não poderia ser diferente.

Assim como os militares, a religião também limita o papel da mulher e a enfermagem também tem sua origem religiosa. A configuração da profissão com base em sua história não permitiria outro lugar senão as coxias. O palco foi feito para os médicos e cabe à enfermagem o papel secundário. Os responsáveis pela Escola Prática de Enfermagem da CVB eram homens, médicos e militares.

Essa tese trouxe contribuições que deixam alguns alertas sobre as narrativas sobre a Cruz Vermelha, a saber: a escolha do símbolo como homenagem à Suiça, país que contribuiu para a criação da instituição. Esse discurso foi posterior a sua escolha, visto que havia uma necessidade de aceitação da cruz vermelha sobre o fundo branco pelos países não cristãos; também pode ser observado a construção do mito de Henry Dunant, principalmente em detrimentos dos demais co-fundadores, pois o sucesso da Cruz Vermelha foi um conjunto de estratégias adotadas deixando o livro de sua autoria como uma dessas estratégias, mas não somente ele. No Brasil, Oswaldo Cruz foi presidente de uma diretoria provisória anterior a data de criação e por esse motivo, não pode ser considerado o primeiro presidente, já que a instituição ainda não existia.

A participação dos militares nas primeiras décadas de existência da sociedade no Brasil contribuiu com uma imagem de entidade para-militar, mesmo que essa influência tenha sido encerrada há décadas atrás. Com a entrada dos cursos de enfermagem nas universidades, a instituição perdeu sua importância visto que suas atividades foram atreladas à formação de enfermagem.

Essa relação enfermagem/Cruz Vermelha que não se limitou ao território nacional criando uma simbiose simbólica. Essa relação importada da ecologia, identifica uma co-vivência entre a instituição Cruz Vermelha e a instituição Enfermagem onde uma se beneficia da outra trazendo visibilidade para ambas. Esse conceito pode ser utilizado em pesquisas futuras quando diferentes corpos se fundem trazendo benefícios e algumas vezes havendo dúvidas sobre a autonomia de cada um.

Por outro lado, lacunas foram deixadas, tais como: a participação da primeira diretora mulher – Maria Beatriz Pontes de Miranda - da Escola Prática de Enfermeiras, pois carecemos de respostas sobre as condições da escolha/indicação de seu nome para o cargo visto que existiam outras enfermeiras de destaque na instituição na época. Isto nos leva a pensar que pode ter ocorrido certo rompimento com o modelo militar a partir de sua posse, mas é necessário identificar se houve nesse momento a saída dos médicos militares como professores e quem assumiu o ensino da enfermagem na instituição.

Enfim, mas não como ponto final, pois precisamos ficar atentos na vigilância epistemológica. Estacionar aqui é ao mesmo tempo abrir outras janelas investigativas para outros pesquisadores e quiçá no futuro uma autoanálise/crítica do que foi escrito até o momento.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Jorge Luis Ferreira. Marialzira Perestrello: mulher de vanguarda e pioneira da psicanálise. Belo Horizonte: **Memorandum**, v. 30, p. 38-62, 2016.

ADOR, Gustave; FAVRE, Camille. "Reconnaissance de la Société brésilienne de la Croix-Rouge (Cent quarante-et-unièmecirculaireaux Comités centraux)". In: Bulletin InternationaldesSocietes de la Croix-Rouge. Cambridge: **Cambridge University Press**, 43 (170): 91-93; 1912.

AGUIAR, Simone; VERALDO, Tainara; CRUZ, Claudia; GOULART, Sandra; PORTO, Fernando. Enfermeiras no rito de passagem de Getúlio dos Santos (1929). Curitiba: **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 521-526, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Da Conferência da Paz de Haia (1907) às negociações de paz de Paris (1919): Quando o Brasil emergiu para a diplomacia mundial?** Palestra Embaixada da Bélgica, Brasília. Comemoração do Centenário da Visita do rei Alberto ao Brasil (1920);28 jul 2020. Disponível em: https://diplomatizzando.blogspot.com/2020/07/da-conferencia-da-paz-da-haia-1907-as.html

ALMEIDA; Marta de. **Das cordilheiras dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929)**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ALVES, Claudia. Educação e identidade no discurso militar do século XIX. Uberlândia: **História & Perspectivas**, v. 38, p. 191-211, jan/jun 2008.

ANDRADE, Carlos Rafael de Sousa. **Violência política em Goyaz na Primeira República a partir da obra O Tronco**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História, PUC Goiás, Goiânia, 2021.

ARAÚJO, Thaise de Sousa. Governo Taumaturgo de Azevedo: o Piauí, o começo republicano e o velho arcabouço político monárquico (1890). Porto Alegre: **Revista Contraponto**, v. 6, n.1, p. 103-121, 2017.

ARAÚJO, Brenda M. Ramos. **Contribuição de Rui Barbosa a uma ordem mundial democrática.** Monografia (graduação Faculdade de Direito) – PUCRJ, Rio de Janeiro, 2013.

ATASSIO, Aline Prado. **A Escola de Sargento das Armas: um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

BAÍA, Anderson da Cunha. **Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

BARBOSA, Luiz Henrique Lucas. As Convenções de Genebra e o estatuto de Roma: normas de efeito moral? Rio de Janeiro: **Revista SJRJ**, v.17, n. 28, p. 289-318, 2010.

BARCROFT, Stephen. The Hague Peace Conferenceof 1899. Dublin: **Irish Studies in International Affairs**, v. 3, n. 1, p. 55-68, 1989.

BARRETO, Pedro Henrique A. **Organizações não governamentais nas políticas mundiais: análise da atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na difusão de normas no sistema internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). 2022, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BARROS, José D'Assunção. A história social: seus significados e seus caminhos. Ouro Preto: **LPH Revista de História**, v. 15, p. 235-56, 2005. Disponível em:https://lph.ichs.ufop.br/publications/lph-revista-de-hist%C3%B3ria-volume15-2005-%E2%80%A2-departamento-de-hist%C3%B3ria-ufop

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. Goiânia: **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 167-185, jul-dez 2007.

BATISTA, Dieckson de Oliveira. **O mito Anna Nery e a enfermagem brasileira**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

BATISTA, Fabrício Martins. **Ética na guerra: a conduta humanitária em conflito armado.** 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

BENNET, Angela. **The Geneva Convention: thehiddenoriginsoftheRed Cross**. Gloucestershire: Sutton Publishing, 2005.

BERNARDES, Margarida M Rocha; LOPES, Gertrudes T; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O cotidiano das enfermeiras do exercido na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). Ribeirão Preto: **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 314-321, maio 2005.

BIÉLER, André. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**, 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BIMPAGE, Serge. **Moi, Henry Dunant, j'airêvéle monde**. Paris: Albin Michel, 2003.

BOHN, Maurício F. A militarização da Polícia Militar no Brasil: os obstáculos para uma polícia cidadã. Cuidabá: **RHM**, v. 16, n. 03, p. 9-30, jul/dez 2006.

BOISSIER, Pierre. Florence Nightingaleand Henry Dunant. Cambridge: **International Review of the Red Cross**,v. 13, n. 146, p. 227-38, 1973. DOI: 10.1017/S0020860400006203

BORGES, W. Dantas. A indústria de explosivos no Brasil. Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**, v. 50, n. 590-1, p. 11-28, 1963.

BORGES, Letícia Oliveira. A produção de identidade através dos uniformes escolares: significação e conceituação. Porto Alegre: **Revista do Lhiste**, v. 3, n. 2, p. 322-36, Jul/dez 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões e práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997a.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão, Seguido de A Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción – criterios y bases Sociales delgusto.** Trad. Del. Carmen Ruiz de Elvira. Cidade do México: Taurus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para a economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004b.

BOURDIEU. Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EdUSP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino.** 7ª ed. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910.** Reorganiza o Serviço de Saúde do Exército. Disponível emhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/ decret/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-republicacao-79918-pe.html. Acesso em 08 out 2023.

BRUM, Cristiano Enrique. A medicina vai a guerra: a missão médico-militar brasileira na França durante a Primeira Guerra Mundial (1918-1919). Passo Fundo: **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 2, p. 306-316, jul/dez, 2014.

BRUM, Cristiano Enrique. **A (des) mobilização de médicos na Grande Guerra: o caso da Missão Médica brasileira na França (1918-1919)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2018.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Miguel Calmon Du Pin e Almeida**. In: Biografias – Memória da Administração Pública Brasileira. 2022. Acesso em 30 set 2023. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/1087-miguel-calmon-du-pin-e-almeida

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces.** São Paulo: Ed. Pensamento, 1949.

CARDOSO, Maria Manuela Vila Nova; MIRANDA, Cristina Maria Loyola. Anna

Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira. Brasília: **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 52, n. 3, p. 339-348, Jul/set 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia; 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Uma República tutelada. In: **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Todavia; 2021.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CASSIRER, Ernst. **Antropología filosófica: introducción a uma filosofia de la cultura**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 2017.

CAVALCANTE, Ruth. Guerra do Pacífico: a história de uma derrota. São Paulo: **Cadernos Prolam USP**, v. 18, n. 34, p.74-94, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1. Artes de fazer**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Betrand, 1990.

CHANG, Aramis López. La acción de las ambulâncias de la Cruz Roja peruana y boliviana em la Batalla del Alto de la Alianza, 26 de mayo de 1880. Lima: **Cátedra Villarreal**, v. 5, n. 2, p. 173-194, 2017.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia**. Florianópolis: Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 1, p. 33-46. 2012.

CID, Gabriel Ferreira. **A missão médica militar na Primeira Guerra Mundial**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Programa de Pós-graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, Escola de Saúde do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

CID, Gabriel Ferreira; FERREIRA, Gabriel Lobo. A missão médica militar na Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: **EsSEX: Revista Científica**, v.4, p. 91-102, 2022.

CONVENTION DE GENEVE. **Actes de laConférence de Revision – reunie a Genève**, 11 jun a 6 jul 1906. Genève: Imprimerie Henri Jarrys; 1906.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; FONSECA, Rosa Maria G.Serpa da. Pensando o cuidado na relação dialética entre sujeitos sociais. Brasília: **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 2, p. 214-217,2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/9tS7nTM6Yyn7ks7F6Y9Hh8q/?lang=pt&format=pdf

COSTA, Roberta; PADILHA, Maria Itayra; AMANTE, Lúcia Nazareth; COSTA, Eliani; BOCK, Lisnéia Fabiani. O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo**.** Florianópolis:**Texto Contexto – Enfermagem [internet]**, v. 18, n. 4, p. 661-9, 2009.

Disponível em:https://doi.org/10.1590/S0104-07072009000400007

CROSSLAND, James. **War, Law andHumanity: thecampaigntocontrolwarfare**, **1853 – 1914**. London: Bloomsbury Academy, 2018.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Boletim da Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira**. Regulamento da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira. 1916-1919, p. 97-97, 1919.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Histórico da Cruz Vermelha Brasileira: 1908-1923**. Rio de Janeiro: Editora Cruz Vermelha Brasileira, 2023.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Livro ata das Reuniões do Conselho Diretor Nacional: 1908-1929**. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira, 1929.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **História da CVB**. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira. [acesso em 15 out 2024]. Disponível em: http://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/

CUNHA, Pedro Penner da. **A diplomacia da paz – Ruy Barbosa em Haia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1977.

DUARTE, Robinson Santos. Guerra de Canudos (1896-1897): da emancipação sertaneja a barbárie promovida pelo Estado-nação. São Cristóvão: **Revista Geonordeste**, ano XXXI, n. 1, p. 131-147, 2020.

DUNANT, Jean Henry. **Lembrança de Solferino.** Genebra: Cruz Vermelha Internacional, 2016. Disponível em: https://www.icrc.org/pt/lembranca-de-solferino

DURANT, Roger. ThéodoreMaunoir est aussiunfondateur de la Croix Rouge. Gesnerus: **SwissJournaloftheHistoryof Medicine andSciences**, v. 34, p. 139-155, 1977.

ENLOE, Cynthia. **Globalizationandmilitarism: feminists make the link**. Lanham: Rowman&Littlefield, 2007.

ENRIQUEZ, Eugène. Vida psíquica e organização. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; FREITAS, Maria Ester de (Ogs.).**Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FALCON, Francisco, et. al. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1985.

FANTINATO, João Marcos de Castello Branco. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho. **Revista da EMERJ**, v. 20, n. 79, p. 263-308, Maio/Agosto 2017. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista79/revista79_263.pdf

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 1965.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO. **Guia do papel auxiliar das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho África**. 2ª ed. Genebra: IFRC, 2021.

FERREIRA, Adriana**.** O realismo imaginário das primeiras fotografias de guerra. **Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais**, v. 2, n. 2, p. 142-161, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/2186. Acesso em 15 ago. 2023.

FORSYTHE, David P.; RIEFFER-FLANAGAN, Barbara Ann. **The InternationalCommitteeoftheRed Cross: a neutral humanitarianactor**. New York: Routledge, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigia e Punir: nascimento da prisão**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes; 1987.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2021.

GARCIA, Eugenio Vargas. Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa. Brasília: **Tempos de História**, v. 4, n. 1, p. 103-124, 1996.

GASSER, Hans-Peter. A look attheDeclarationof St. Petersburg of 1868. In: International Review oftheRed Cross (1961-1007). Cambridge: **Cambridge University Press**, v. 33, n. 297, p. 511-516, 1993.

GILL, Rebecca. The originsofthe British Red Cross Society andthepoliticsandpracticesofrelief in war, 1870-1906. **Asclepio**, *[S. l.]*, v. 66, n. 1, p. p029, 2014. DOI: 10.3989/asclepio.2014.03. Disponível em: https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/581. Acesso em: 8 feb. 2023.

GINZBURB, Carlo. **Relações de força – história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand, 1989.

GOMES, Haendel. A trajetória do médico dedicado à ciência. Rio de Janeiro: **Revista de Manguinhos**, n. 37, p. 40-46, 2017.

GUEDES, Maria Tarcila F. A Proteção dos Bens Culturais em Tempos de Guerra e de Paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto Roerich e na Convenção de Haia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material***,* v. 26, p. e19, 2018.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier - Representações das práticas, práticas da representação. São Paulo: **História**, v. 40, p. e2021065, 2021 **Disponível em:** https://www.scielo.br/j/his/a/bfq7nTxStMTxXn7M9VX6j8z/

GUMPERT, Martin. **Dunant, the Story oftheRed Cross**. Oxford: Oxford University Press, 1938.

HALPERN, Elizabeth Espíndola; LEITE, Ligia Maria Costa. O "uniforme" e o "copo": entrecruzamentos (des)necessários. Niterói: **Antropolítica -Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, p. 179-209, 10 nov 2014.

HELMSTADTER, Carol. Early Nursing reform in nineteenth-century London: a doctor-

drivenphenomenon. Hong Kong: **Medical History**, v. 46, p. 325-360, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0025727300069386

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUTCHINSON, John F. Rethinking the origins of the Red Cross. Baltimore: **Bulletin oftheHistoryof Medicine**, n. 63, p. 557-578, 1989.

HUTCHINSON, John F. **Championsof Charity – warandtheriseoftheRed Cross**. Boulder: Westview Press, 1996.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

LABRIOLA, C. **Cruz Vermelha Brasileira: gestão Gregório Thaumaturgo de Azevedo nos jornais do Distrito Federal (1908-1918)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021.

LABRIOLA, Claudia; PORTO, Fernando; LOURENÇO, Lúcia Helena. Gregório Thaumaturgo de Azevedo e a enfermagem brasileira. Rio de Janeiro: **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental (Online)**, v. 14, p. e-10523, 8º de fevereiro de 2022. Disponível em:https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10523

LABRIOLA, Claudia; PORTO, Fernando; OLIVEIRA, Andréia Sant'Ana; SOUSA, Renato P. Cruz Vermelha Brasileira: ensino e saúde nos jornais do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Brasil (1911-1918). Curitiba: **Cuadernos de Educacion y Desarrollo** [internet], v. 15, n. 12, p. 15718-36. Disponível em:https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2128

LANGENDORF, Jean-Jacques. **Guillaume Henri Dufour ou lapassiondu juste milieu**. Michigan: Editions René Coeckelberghs, 1987.

LAROUSSE ENCYCLOPEDIE. Définitions: brassard - **Dictionnaire de français Larousse [Internet]**. Larousse.fr. 2024.Disponível em: https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/brassard/11003

LIMA, Jorge Alves. **O ovo da serpente: Campinas, 1889**. São Paulo: Arte e Escrita, 2013.

LIRA, Isidro Huete. La medicina militar chilena durante la Guerra del Pacífico (1879-1884). Santiago: **ARS Médica, Revista de CienciasMedicas**, v. 30, n. 1, 2016.

LOPES, Raimundo Helio. Gregório Thaumaturgo de Azevedo. In: ABREU, Alzira et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. Campinas: **Cadernos Pagu [internet]**, v. 24, p. 105-25, Janeiro 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-

83332005000100006
MACIEL, Tadeu Morato; MENDONÇA, Thaiane. **A tutela como forma de atuação das Forças Armadas: do marechal Rondon aos militares do governo Bolsonaro**. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS (virtual), dez 2020.

MAGALHÃES, Bruno Barbosa Fett. Inovação na guerra moderna: marcos principais, limitações impostas pela ética militar e pela lei internacional. **Military Review**, 3º trim, p. 3-9, 2017.

MALANGA, Eugenio. **Publicidade: uma introdução**. São Paulo: Edima, 1987.

MARQUES, Janote Pires. Uniformes e educação: considerações sobre fardamentos militares na perspectiva dos mitos e dos ritos. **Anais do XIV Encontro Cearense de História da Educação**, Fortaleza, 17 a 19 de setembro, p. 450-460, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41478.

MAYER,Jorge Miguel. **Luis, Washington**. Dicionários históricos biográficos: primeiro república. Rio de Janeiro: Fundação GetúlioVargas.Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LU%C3%8DS,%20Washington.pdf

MECONE, Mária Cristina da Cruz; FREITAS, Genival Fernandes de; BONINI, Bárbara Barrionuevo. Formação em enfermagem na Cruz Vermelha Brasileira na década de 1940: uma abordagem foucaultiana. Ribeirão Preto: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. esp. 2, p. 60-67, 2015. DOI: 10.1590/S0080-623420150000800009

MEINERO, Fernando Pedro; PERNA, Fernanda Haab. Teoria das organizações internacionais: análise dos elementos que permitem identificar a Cruz Vermelha enquanto organização internacional intergovernamental. Caxias do Sul: **Revista do Curso de Direito – FSG**, v. 9, n. 17, p.106-119, 2015.

MENEZES, Simone dos Santos; BAPTISTA, Sueli de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. O perfil das (os) alunas (os) de enfermagem da Escola Anna Nery: décadas de 20, 30 e 90. Rio de Janeiro: **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, n. 2, v. 1, p. 34-48, Abril/setembro 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de consulta para vigilância epidemiológica, assistência e atenção nutricional dos casos de béri-béri. Série A. **Normas e Manuais Técnicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

MOLES, Abraham. **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MONTEIRO, Rogério. Pureza e desinteresse como distinção: as matemáticas entre engenheiros politécnicos na virada do século XIX para o XX. São Leopoldo: **História Unisinos**, v. 22, n. 4, p. 534-546, 2018.

MOOREHEAD, Caroline. **Dunant'sdream: war, switzerlandandthehistoryoftheRed**

Cross. New York: Carroll & Graf Publishers, 1998.

MORAIS, Fernanda Teles; AMORIM, W. Os congressos médicos latino-americano e a enfermagem (1904-1907). In: Porto, Fernando; Amorim, Wellington (orgs.) **História da Enfermagem – identidade, profissionalização e símbolos**. São Caetano: Yendis; 2013.

MORGENSTERN, Sallie. Henry DunantandtheRed Cross. New york: **Bulletin ofthe New York Academyof Medicine**, v. 57, n. 4, p. 311-326, Mai, 1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silencio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 243-254, 1995. https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200012

MOTT, Maria Lúcia. Anna Néri: uma personagem muito festejada, mas pouco conhecida. Rio de Janeiro: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 163, n. 415, p. 203-207,Abril/junho 2002.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. A política externa de Rio Branco. Rio de Janeiro: **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Discurso do dr. Joaquim Nabuco pronunciado na kermesse organizada pela comissão central da Cruz Vermelha a favor dos feridos da Guerra Civil do Rio Grande do Sul a 2 de julho de 1893 no Cassino Fluminense**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1893.

NAKAO, Hiroyuki, et al. Review ofthehistoryoftheoriginoftriagefrom a disaster medicine perspective. Tokio: **JournalofJapaneseAssociation for Acute Medicine**, v. 4, n. 4, p. 379-384, 2017. DOI:10.1002/ams2.293

NAZARETH, Gleydson Gonçalves. As convenções e recomendações de direitos humanos da OIT e sua aplicação no direito brasileiro. Teresina: **Revista Jus Navigandi**, ano 15, v.2702, 24 nov 2010. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/17891. Acesso em 23 set 2023.

NETO, Mercedes. **A produção da crença na imagem da enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira no período da I Guerra Mundial (1917-1918)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA JR, João Flávio. Breve história da otorrinolaringologia: otologia, laringologia e rinologia. São Paulo: **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 73, n. 5, p. 693-703, 2007.

NICHOLSON, Helen J. **The knights hospitaller**. New York: The Boydell Press, 2001.

NUNES, João Andrade. Breve considerações historico-jurídicas sobre a

institucionalização do juramento de bandeira nas forças armadas. **Revista Militar**, n. 2636, Maio 2021. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1559

O PAIZ. **Cruz Vermelha Brasileira**. O Paiz. 22 de outubro de 1915, pg. 2.

OLIVEIRA, André Luiz. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. Santa Catarina: **Encontros Teológicos**, v. 27, n. 1, p. 31-42, 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar; FILHO, Antônio José de Almeida. As enfermeiras da força expedicionária brasileira e a divulgação de seu retorno ao lar. Ribeirão Preto: **Revista Latino – Americana de Enfermagem**, v. 17, n. 6, p. 1050-1056,Nov/dez 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000600019

OTTAVIANI, Raimonda, et al. Rewritingthebiographyof Henry Dunant, thefounderoftheInternationalRed Cross. Brussels: **Vesalius**, v. 11, n. 1, p. 21-25, 2005.

PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; Santos, Iraci dos. **Enfermagem: história de uma profissão**. 3ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2020.

PARISI, Maurício Orestes. A guerra no "longo século XIX: teorias da guerra e análise histórica. Guarulhos: **Revista Hades**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2017. DOI: 10.34024/hades.2017.v1.7964. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/hades/article/view/7964.

PARSONS, R; DELVECCHIO, Giorgio. On The HistoryOf The Red Cross. Philadelphia: **JournalOf The HistoryOfIdeas**, v. 24, n. 4, p. 577-583, 1963.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Ideologia e ética militar no Brasil. Brasília: **Coleção Meira Mattos -Revista das Ciências Militares [internet]**, v. 27, n. 11, 2012. Disponível em: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/236/213

PEREIRA, Antônio Celso Alves Pereira. Guerra nuclear e proteção internacional dos direitos humanos. Belo Horizonte: **Revista da Faculdade Direito UFMG**, v. 26, n. 9, p. 9-21, 1983.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, história e poder. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PORTO, Fernando. **Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery (1935-1956)**. 2009. Relatório de Pós-doutorado, Escola de Enfermagem USP, São Paulo, 2009.

PORTO, Fernando; SANTOS, Tânia, Cristina Franco. A divulgação da competência técnica em socorro das enfermeiras da Cruz Vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial (1917-1918). Goiânia: **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 8, n. 2, p. 273-281, 2006. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_2/v8n2a12.htm.

PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. **História da Enfermagem brasileira: lutas,**

ritos e emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007.

PORTO, Fernando; SANTOS, Tania Cristina Franco dos. O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal (1924-1925). Rio de Janeiro: **Escola Anna Nery**, n. 13, v. 2, p. 249-55,Abril/junho 2009.

PORTO, Fernando; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka. Cruz Vermelha Brasileira (filial São Paulo) na imprensa (1916-1930). Rio de Janeiro: **Escola Anna Nery [internet]**, v. 13, n. 3, p. 492-499, Jul 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300006

PORTO, Fernando**. Enfermagem: Cruz Vermelha Brasileira e Anna Nery (1935-1956)**. 2009. Relatório (estágio de pós-doutoramento) - Escola de Enfermagem de SãoPaulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PORTO, F.; SANTOS, T. C. F. Propagandas de remédio na imprensa ilustrada e a imagem da enfermeira brasileira (1920-1925). São Paulo: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 3, p. 819-826, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300038.

PORTO, Fernando. Anna Justina Ferreira Nery: exame microscópio da biografia e pós-passamento. Salvador: **Revista IGHB**, v. 115, p. 149-169, 2020.

PORTO, Fernando. **Cinderelização: de camareiros/as a enfermeiros/as (1890-1931)**. 2024. Tese (Tese de professor Título) - Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RAMOS, Luis Garcia-Guijarro. **Papado, cruzadas y órdenes militares, siglos XI-XIII**. Madrid: Cátedra, 1995.

RICOEUR, Paul. **La memoria, lahistoria, el olvido**. Madri: Ed. Trotta, 2003.

RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

RIEGEL, Fernando; CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira; MARTINI, Jussara Gue; NES, Andrea A. Gonçalves. A teoria de Florence Nightingale e suas contribuições para pensamento crítico holístico na enfermagem. Brasília: **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 2, p. e20200139, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0139

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SAES, Guillaume Azevedo M**. A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - USP, São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias. Memória e Representações: entre lembrança e esquecimento. Salvador: **Revista Fontes Documentais,** v. 3, n. 3, p. 62 – 75, 2020.

SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, Gonzalo. EnemiesbyAccident, NeutralontheRebound: diversityandcontigencyatthebirthofwarhumanitarianism, 1862 – 1864. Madrid: **Asclepio**, v. 66, n. 1, 2014. DOI: 10.3989/asclepio.2014.02. Disponível em: https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/580. Acesso em 8 fev. 2023.

SANTOS, Gabriela Zanella. **O Comitê Internacional da Cruz Vermelha**. 2014. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Getúlio F. **O Livro do enfermeiro e da enfermeira para uso das pessoas que se destinam à profissão de enfermeiro e das pessoas que cuidam de enfermos**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1928.

SANTOS, Marco. Demógrafos sanitaristas: o remédio era a boa estatística. Rio de Janeiro: **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, v. 7, p. 185-204, 2015.

SANTOS, Sebastião Dodel. **Florence Nightingale**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1917, p. 78.

SANTOS, Tânia Cristina F; BARREIRA, Ieda de Alencar. Rachel Haddock Lobo, mito de enfermeira nos anos 30. Rio de Janeiro: **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem,** v. 6, n. 1, p. 29-38, abril 2002.

SBROCCO, Fernando Moreira. **A Alemanha no Período Entre-guerras: um estudo sobre a hiperinflação e a ascenção do nazismo**. 2011. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Unesp, Araraquara, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação e Realidade [internet]**, v. 20, n. 2, p. 71-99,1995 Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

SILVA, Arthur Lobo da. **O serviço de saúde do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex; 1958.

SILVA, Arthur Lobo da. **Serviço de Saúde do Exército (memorial)**. [s.l.: s. ed.]. 2001.

SILVA, Alberto Martins. **Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar**. Brasilia: Thesaurus, 2004.

SILVA, Keythluci Faria Trigueiro da et al. Imagem da enfermeira nas publicidades de remédios no Brasil (1916-1931). Coimbra: **Revista de Enfermagem Referência**, v. IV, n. 7, p. 123-128, dez. 2015. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-2832015000700013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 ago. 2024.

SILVEIRA, Isadora Loreto; QUAGLIA, Laura de Castro; CARDOSO, NathassiaArrúa

de Oliveira; BITTENCOURT, Taiane de. A inauguração do multilateralismo na política externa brasileira: a participação do Brasil na 2ª Conferência de Paz de Haia. Belo Horizonte: **Fronteira**, v. 9, n. 17, p. 29-46, 2010.

SOARES, Jô; SUZUKI JR., Matinas. **O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada**. vol. 1. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2017.

SOARES, Otávio Augusto B; SILVA, Leonardo Ferreira B; ORLANDINI, Fernanda Vieira C (orgs). **Escola de Saúde do Exército: mais de um século de ensino em saúde militar**. Rio de Janeiro: EsSEx, 2021.

SOUZA, José Edimar de. Notas de pesquisa: a batalha de Porongos no contexto da Guerra dos Farrapos (1844). Goiânia: **Revista Expedições**, v. 9, n. 3, p. 90-102, 2018.

SOUSA, Lia Gomes Pinto; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. Campinas: **Cadernos Pagu [internet]**, n. 24, p. 315-25, Jan. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000100016

SOUZA, Maria Izabel Siciliano; ABDALA-MENDES, Marta Ferreira. A formação científica e profissional das mulheres no Brasil: a contribuição de Bertha Lutz. São Paulo: **História da Ciência e Ensino**, v. 18, n. especial, p. 22-46, 2018.

SWIECH, Gregório Furtado. **Barão do Rio Branco: entre o direito internacional e a política**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

TANAKA, Heiji. Doutrina e ideologia dos militares. Umuarama: **Akrópolis**, v. 12, n. 1, p. 57-66, jan/mar 2004.

TAKA, Oguisso; DUTRA, Vanderli de Oliveira; CAMPOS, Paulo F. de Souza. **Cruz Vermelha Brasileira: formação em tempos de paz**. São Paulo: Ed. Manole, 2009.

TEIVE, Januária. Revolta da Armada. In: **Que República é essa?** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 25 mai 2021. Acesso em 01 out 2023. Disponível em: http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/308-revolta-da-armada.html

TEIXEIRA, Márcio Leite. **Munição de infantaria para combate em ambientes urbanos**. 2007. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

THOMAZI, Robson Luiz Marques. **A hierarquia e a disciplina aplicadas as instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Faculdade de Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

TRAN, Tri. Behindthemyth: therepresentationofcrimeanwar in nineteenth-centurybritishnewspaper, governmentarchives&contemporaryrecords. Montpellier: **Cahiers Victoriens et Édouardiens [online]**, 66 Automme, p. 54-82, 2007. DOI: 10.4000/cve.10385. Disponível em: http://journals.openedition.org/cve/10385. Acesso

em: 23 jun. 2023.

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA. **Diretrizes da Educação Básica Camiliana**. São Paulo: Editor Gráfica Bernardi, 2010. *E-book*.

VANNI, Duccio; Fabbricatore, Fabio; Vanni, Paolo; Vanni, Simone. A Memoryof Solferino ("Um Souvenir de Solferino") in Italy. The role of a book ontheoriginof Italian Red Cross Society. Fidenza: **Medicina Histórica**, v. 4, n. 1, p. 7-11, 2020.

VISSER, Lodewijk E. La Convention de Genevedu 22 aout 1864. **Les Sociétés de la Croix Rouge**. La Haye: LibrairieBelinfanteFréres, 1902.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Berlim: Dunker&Humblot, 2015.